

ANDRÉ FERNANDES FERREIRA

A MÍDIA E A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS:

Uma análise crítica

Brasília — DF

2011

ANDRÉ FERNANDES FERREIRA

**A MÍDIA E A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS:
Uma análise crítica**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em Rela-
ções Internacionais do Centro Universitário de
Brasília (UniCEUB)

Orientadora: Prof^ª. Raquel Boing Marinucci

Aprovada em 14 de junho de 2011

BANCA EXAMINADORA:

Raquel Boing Marinucci
(Professora Mestre - orientadora)

Delmo de Oliveira Arguelhes
(Professor Doutor - examinador)

Marco Antonio de Meneses Silva
(Professor Mestre – examinador)

Brasília — DF

2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, pois estes, além de possibilitar as condições materiais para que eu fizesse este curso superior, me ajudaram em todos os aspectos a ser um cidadão mais consciente.

A minha professora e orientadora, Raquel Boing Marinucci, pois seu profundo conhecimento e sua orientação objetiva foram extremamente importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

A todos os meus professores do curso de Relações Internacionais, que em maior ou menor medida me forneceram um vasto conhecimento e me ajudaram a construir uma análise crítica e ser uma pessoa mais questionadora.

A minha família toda minha família, meu irmão Leonardo e minha irmã Isabella.

A minha namorada e companheira, Suelen Maia, por todo o apoio e incentivo que me ajudou nos momentos difíceis.

Aos meus amigos e amigas, pois sem eles eu não teria tantas boas lembranças.

Gostaria de agradecer em especial a um grande amigo de infância que as circunstâncias da vida acabaram nos afastando. Felipe Augusto, muito obrigado por todo o apoio na revisão técnica deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho investiga a relação entre a mídia e a política externa dos Estados Unidos a partir de uma perspectiva crítica. O modelo teórico do consenso fabricado, reforçado pelo conceito de hegemonia da Teoria Crítica, será usado para analisar os artigos do jornal *The New York Times* referentes à Guerra do Golfo, Ataques Terroristas de 11 de Setembro, Guerra do Afeganistão e Guerra do Iraque. Esta pesquisa mostra como a mídia em certo ponto ajuda a construir o conceito de “Nova Ordem Mundial” e legitimar a atuação dos Estados Unidos nas relações internacionais para “combater o terrorismo” e “defender a democracia”.

Palavras-chave: Mídia, política externa, Estados Unidos, consenso fabricado.

ABSTRACT

This work investigate the relation between the United State's media and foreign politic from a critical perspective. The theoretical model of manufacturing consent, supported by the hegemonic idea of the Critical Theory, will be used to analyse *The New York Times* article's reffering to Gulf War, September 11 Terrorist Attacks, Afghan and Iraq War. This research shows in right point how the media helps to build the idea of "New World Order" and legitimate the United State's performance in the internacional relations to "fight the terrorism" and "defend the democracy".

Key words: Media, foreign politic, United States, manufacturing consent.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 OS DEBATES TEÓRICOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O MODELO EXPLICATIVO DE NOAM CHOMSKY	10
1.1 OS DEBATES TEÓRICOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	10
1.2 A TEORIA CRÍTICA E O MODELO EXPLICATIVO DE NOAM CHOMSKY	12
1.3 O MODELO TEÓRICO DO CONSENSO FABRICADO	15
1.3.1 PRIMEIRO FILTRO: PORTE, PROPRIEDADE E ORIENTAÇÃO PARA OS LUCROS DA MÍDIA DE MASSA.....	17
1.3.2 SEGUNDO FILTRO: A LICENÇA DA PROPAGANDA PARA FAZER NEGÓCIOS	20
1.3.3 TERCEIRO FILTRO: BUSCANDO FONTES DE NOTÍCIAS DE MÍDIA DE MASSA	24
1.3.4 QUARTO FILTRO: A BATERIA DE REAÇÕES NEGATIVAS E OS FISCAIS DE CUMPRIMENTO.....	26
1.3.5 QUINTO FILTRO: O ANTICOMUNISMO COMO MECANISMO DE CONTROLE	28
1.4 ASPECTOS POSITIVOS DO MODELO TEÓRICO DE CHOMSKY E HERMAN	29
1.5 ASPECTOS NEGATIVOS DO MODELO TEÓRICO.....	30
2 A "NOVA ORDEM MUNDIAL": O CONTEXTO POLÍTICO-HISTÓRICO PÓS 1989.....	32
2.1 REFLEXÕES SOBRE A “NOVA ORDEM MUNDIAL”	32
2.2 O CONTEXTO HISTÓRICO PÓS 1989.....	39
2.3 A GUERRA DO GOLFO.....	41
2.4 ANÁLISE DO FENÔMENO DO TERRORISMO	43
2.4.1 O TERRORISMO ISLÂMICO E A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS	43
2.5 A “GUERRA JUSTA” CONTRA O AFGANISTÃO.....	47
2.6 A GUERRA DO IRAQUE.....	50
3 APLICAÇÃO DO MODELO TEÓRICO DO CONSENSO FABRICADO NA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS	54
3.1 ARTIGOS SOBRE A GUERRA DO GOLFO	55
3.1.1 JANE GROSS (1991): WAR IN THE GULF: AMERICANS' REACTION; ANXIOUS NATION, DRAWN TOGETHER FOR SUPPORT, EXHIBITS A QUIET PRIDE.....	55
3.1.2 PHILIP SHENON (1991): WAR IN THE GULF: WAR NOTEBOOK; AIR FORCE MAKES THE KILLING METHODICAL.....	60
3.1.3 TÓPICO ESPECIAL: ANÁLISE DE UM RELATO DE UM JORNALISTA.....	62
3.2 ARTIGOS SOBRE OS ATAQUES TERRORISTAS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 ...	63
3.2.1 ADAM CLYMER (2001): A DAY OF TERROR: IN THE CAPITAL; IN THE DAY'S ATTACKS AND EXPLOSIONS, OFFICIAL WASHINGTON HEARS THE ECHOES OF EARLIER ONES	63
3.2.2 FELICITY BARRINGER E GERALDINE FABRIKANT (2001): A DAY OF TERROR: THE MEDIA; AS AN ATTACK UNFOLDS, A STRUGGLE TO PROVIDE VIVID IMAGES TO HOMES	66

3.3	ARTIGOS SOBRE A GUERRA DO AFGANISTÃO	69
3.3.1	<i>BARRY BEARAK (2001): A DAY OF TERROR: THE AFGHANS; CONDEMING ATTACKS, TALIBAN SAYS BIN LADEN NOT INVOLVED</i>	<i>69</i>
3.3.2	<i>JOHN MEARSHEIMER (2001): GUNS WON'T WIN THE AFGHAN WAR.....</i>	<i>72</i>
3.4	ARTIGOS SOBRE A GUERRA DO IRAQUE	74
3.4.1	<i>EDITORIAL DESK: THE WRONG TIME TO FIGHT IRAQ</i>	<i>75</i>
3.4.2	<i>NICOLAS D. KRISTOF (2003): IRAQ WAR: THE FIRST QUESTION</i>	<i>78</i>
3.4.3	<i>THOMAS L. FRIEDMAN (2003): A WAR FOR OIL?</i>	<i>80</i>
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS	87
	ANEXOS.....	91

INTRODUÇÃO

Em um mundo globalizado caracterizado pela compressão do espaço-espço tempo, os veículos de comunicação desempenham um papel fundamental nas sociedades: “conectar” os cidadãos aos fatos que ocorrem no mundo. O desenvolvimento das tecnologias tem possibilitado cada vez mais uma transmissão instantânea e simultânea do fato ocorrido ao cidadão comum por intermédio dos jornalistas. Os atentados terroristas de 11 de setembro parecem ilustrar esta tendência do mundo contemporâneo, no qual os ataques e a queda das torres gêmeas do *World Trade Center* foram transmitidos ao vivo para o mundo. Para termos uma noção desta tendência, vale ressaltar os ataques japoneses a *Pearl Harbor* em 1941, no qual as fotos foram reproduzidas uma semana após os ataques e o rádio transmitiu informações às populações do continente somente três horas após a investida dos camikases.

Contudo, existem correntes teóricas que não acreditam na mídia como sendo “neutra e imparcial” e meramente um veículo de transmissão de notícias, mas a veem como um agente de manipulação a serviço dos interesses do governo e do setor empresarial. Um destes teóricos é Noam Chomsky. Considerado um importante intelectual no campo de estudo da lingüística e já publicou vários livros criticando a política externa dos Estados Unidos. Ao lado de Edward Herman, Chomsky escreveu *A manipulação do público* (2003), no qual analisam o papel de importantes veículos da mídia norte-americana durante o período da Guerra Fria. A partir da pesquisa de dados quanto ao número de artigos e boletins escritos e produzidos sobre determinado tema, Chomsky e Herman conseguiram mostrar que a mídia se comportou diferentemente quando noticiou alguns eventos políticos, refletindo muitas vezes o ponto de vista do governo norte-americano.

O modelo teórico desenvolvido no livro – denominado consenso fabricado – é composto por cinco “filtros de notícias” que explicariam o comportamento da mídia norte-americana na análise de notícias nacionais e internacionais. Neste trabalho utilizaremos esse modelo teórico, pois acreditamos que esse poderá fornecer uma explicação alternativa e crítica da cobertura da mídia de massa (principalmente artigos do *The New York Times*) em relação aos principais eventos do período posterior à Guerra Fria: a Guerra do Golfo, Ataques Terroristas de 11 de setembro, a Guerra do Afeganistão e a do Iraque.

Neste trabalho procuramos responder as seguintes perguntas:

O modelo do consenso fabricado explicaria de forma coerente a cobertura da mídia norte-americana nos eventos atuais da realidade internacional? A chamada “Nova Ordem Mundial” representa mais democracia nas relações internacionais ou apenas a continuação da hegemonia norte-americana no mundo? Em que medida a cobertura da mídia norte-americana contribui para legitimar a política externa do seu país de intervenção em outros países no combate ao terrorismo e a ‘governos hostis’ ?

Para explicar melhor a análise que queremos desenvolver, dividimos este trabalho em três capítulos.

No primeiro capítulo, além de mostrar o modelo teórico de Noam Chomsky e Edward Herman, ainda faremos uma pequena descrição dos grandes debates teóricos da academia de Relações Internacionais (RI) e mostraremos em qual corrente teórica as ideias chomskianas se “encaixam”. O conceito de hegemonia da Teoria Crítica de Cox também será utilizado neste trabalho, pois acreditamos que este conceito dará um maior embasamento teórico ao argumento de Chomsky e Herman.

No segundo capítulo, para contextualizar o período histórico de análise deste trabalho (1991-2003), serão feitas reflexões sobre a chamada “Nova Ordem Mundial” e a atuação externa de Washington com base nas ideias de pensadores críticos, como o próprio Noam Chomsky, Eric Hobsbawm, Octavio Ianni, Antonio Negri e Michael Hardt. A análise de Armand Mattelart sobre a cobertura da mídia na Guerra do Golfo também será utilizada para analisar a cobertura da mídia nas duas outras guerras.

No terceiro capítulo, utilizaremos como base o modelo teórico do “consenso fabricado” para analisar o comportamento da mídia norte-americana. Dando ênfase ao quinto filtro do seu modelo de análise da mídia, porém adaptado ao contexto atual. Por fim, faremos nossas considerações finais acerca do que foi trabalhado.

1 OS DEBATES TEÓRICOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O MODELO EXPLICATIVO DE NOAM CHOMSKY

Neste capítulo trataremos dos debates teóricos em Relações Internacionais. Analisaremos três debates mais relevantes e mostraremos em qual corrente teórica as ideias de Noam Chomsky e Edward Herman se encaixam. Também apresentaremos o seu modelo teórico (os filtros) e o contexto em que foi criado (Guerra Fria), discutindo se este modelo será relevante para a análise da relação da cobertura da mídia sobre determinados episódios com a política externa dos Estados Unidos no período pós Guerra Fria (1991-2003). As falhas teóricas deste modelo também serão analisadas. Outros modelos teóricos que analisam o papel da mídia na política internacional serão apresentados como complemento ao modelo do consenso fabricado.

1.1 OS DEBATES TEÓRICOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A disciplina de Relações Internacionais tem seu nascimento em 1919, com a criação da primeira cadeira, denominada cadeira Woodrow Wilson de Política Internacional. Após a Primeira Guerra Mundial, os objetivos deste campo de estudo eram conhecer os fenômenos da Guerra e descobrir como preveni-las (SARFATI, 2005). Depois deste episódio cresceu o interesse geral pelo assunto (isso explica a criação de uma disciplina específica das Relações Internacionais que “mesclava” conhecimentos das áreas de História, Economia, Ciência Política e Ciências Sociais). O contexto histórico da época inspirou o surgimento das duas principais correntes teóricas e do debate entre elas.

O chamado primeiro debate de Relações Internacionais entre idealistas e realistas tratou de questões substantivas relativas à guerra e à paz (JACKSON, SORENSEN, 2007). A corrente realista (que vê as relações internacionais como sendo conflituosas) surge como uma crítica ao idealismo (analisa as relações internacionais sendo regidas pelo direito internacional), incapaz de prevenir o crescimento da violência e agressão internacional que originou a Segunda Guerra Mundial (SARFATI, 2005).

O segundo debate teórico da disciplina de Relações Internacionais também é conhecido como “Neo-neo” e também se dá entre estas duas teorias, mas seus preceitos são reformulados para melhor se adequarem à explicação da realidade internacional. Segundo Sarfati (2005), ambas as correntes concordam que o sistema internacional é anárquico, entretanto discordam sobre a natureza e as consequências dessa anarquia nas relações internacionais. Os neo-realistas tendem a dar mais ênfase à anarquia como uma função que restringe o comportamento dos Estados. Por outro lado, os neoliberais tendem a enfatizar que a anarquia refere-se apenas à ausência de um governo central mundial (SARFATI, 2005).

O chamado terceiro debate teórico das Relações Internacionais se dá no campo metateórico (campo das ideias). É válido ressaltar que ambas as correntes teóricas dos debates anteriores possuíam uma base epistemológica positivista (neutralidade do pesquisador, buscar dados empíricos para explicar a realidade). Os teóricos realistas acreditavam que o aprendizado das relações internacionais vem de uma pesquisa objetiva relacionada ao esclarecimento de fatos verificáveis da política mundial com base em técnicas válidas de pesquisa científica (JACKSON, SORENSEN, 2007).

Em contraste, a partir do final da década de 1980, várias correntes teóricas começaram a questionar a filosofia positivista de formação teórica, como a Teoria Crítica e o Pós-Modernismo (SARFATI, 2005). Os teóricos pós-modernos (ou pós-positivistas) criticam a noção de racionalidade das teorias com epistemologia positivista. Eles buscavam analisar as relações de poder por trás dos discursos teóricos dominantes nas relações internacionais (Realismo e Liberalismo).

Immanuel Wallerstein, na sua obra *O fim do mundo como o concebemos* (2002) faz uma análise profunda acerca da origem da produção do conhecimento social. Ele afirma que a ciência moderna é filha do capitalismo e dele permanece dependente.

Ele também explica a origem deste modelo positivista de ciência a partir de uma “vitória” da ideologia liberal frente ao radicalismo e o conservadorismo. Segundo Wallerstein (2002), uma exigência do liberalismo era de que as pessoas competentes (intelectuais) não agissem com base em preconceitos adquiridos, mas sim baseadas em informações anteriores sobre prováveis consequências das reformas propostas.

A ciência social desenvolveu-se seguindo o modelo de racionalidade e comprovação empírica. Logo, para ser considerado conhecimento válido, era preciso seguir a risca estas exigências. O cientista social deveria considerar-se “neutro” ao estudar um evento social. Deveria agir da mesma forma que um cientista das ciências naturais age ao pesquisar os efeitos do câncer. Portanto, de acordo com as premissas positivistas de se fazer ciência, o

pesquisador social deve manter-se distante do seu objeto de estudo para não se “contaminar” com ideologias e produzir um conhecimento livre de influências.

“Os pós-modernos denunciam esta naturalização dos pressupostos da atividade científica como um movimento para silenciar e excluir formas alternativas de produção do conhecimento e reproduzir relações de dominação” (NOGUEIRA, MESSARI, 2005, p. 189). O discurso neo-realista da anarquia internacional acaba influenciando a ação dos tomadores de decisão da política internacional e a realidade internacional acaba se tornando reflexo desta teoria.

Coincidência ou não, essas teorias favorecem a manutenção da ordem internacional, que é de interesse dos atores dominantes (Estados poderosos). De acordo com João Pontes Nogueira e Mizar Messari (2005, p. 188): “para os pós-modernos, toda verdade é a afirmação de uma posição de poder e reflete estruturas de dominação que pretendem, por meio do discurso científico, apresentar-se como neutras e naturais.” Segundo estes autores, o problema com as teorias positivistas é que partem de pressupostos que são colocados fora de qualquer debate e tratados como dados essenciais para a análise do contexto internacional e para produção de conhecimento (a metodologia positivista requer que o cientista se mantenha “neutro” para produzir uma teoria mais eficaz).

O chamado terceiro debate tentou mostrar que o campo de relações internacionais era muito complexo para que poucas teorias pudessem explicar de forma coerente todos os fenômenos internacionais. O pós-positivismo, ao desconsiderar a premissa de uma realidade objetiva, assume uma perspectiva metodológica relativa na qual é plenamente aceitável a convivência de várias explicações sobre uma mesma realidade (SARFATI, 2005). Uma diversidade de paradigmas passaria a reger os debates em RI. Mostraremos a seguir a Teoria Crítica, outro paradigma que não aceita as explicações da corrente realista como verdade absoluta.

1.2 A TEORIA CRÍTICA E O MODELO EXPLICATIVO DE NOAM CHOMSKY

Segundo Silva (2005), a teoria é sempre para alguém e para algum propósito. O autor destaca que as teorias não são neutras, ao contrário do que afirma a epistemologia positivista. Não existe teoria desconectada de um referencial no tempo e no espaço. Essa ideia vai contra as premissas positivistas, que afirmam que a teoria realista pode ser aplicada adequadamente no estudo da época do império romano e também da Segunda Guerra Mundial.

O autor nota que as teorias tradicionais são marcadas pela metodologia positivista e pela tendência de legitimar a ordem social e as estruturas políticas prevaletentes. “Por outro lado, a Teoria Crítica não aceita considerar as instituições e as relações de poder como dadas e passa a questionar suas origens e como podem ser modificadas” (SARFATI, 2005, p. 252). De acordo com os teóricos críticos, não existe uma política mundial ou uma economia global operando segundo leis sociais imutáveis, e ainda segundo eles, o conhecimento não pode ser neutro e sempre reflete os interesses do observador (JACKSON, SORENSEN, 2007).

A Teoria Crítica é de inspiração marxista, mas não se limita apenas ao estudo do materialismo histórico (as teorias marxistas tradicionais tendem a olhar os fenômenos sociais pela ótica da luta de classes), busca analisar outras formas de dominação. Robert Cox (apud SILVA, 2005) aplica a ideia neogramsciana de hegemonia no sistema internacional, no qual a hegemonia é vista como uma ordem política relativamente incontestada, e habitualmente aceita de maneira passiva, isto é, uma combinação da coerção e do consentimento (SILVA, 2005).

É interessante acrescentar a definição de Nogueira e Messari (2005) de que a hegemonia não deve ser entendida apenas como a supremacia de Estados poderosos, mas também como uma combinação de recursos materiais, ideias e instituições destes Estados que convençam os demais países das vantagens daquela ordem para o funcionamento do sistema internacional. O tema de hegemonia é central na Teoria Crítica de Cox, envolve processos de institucionalização e de construção de legitimidade que viabilizam o papel dirigente das classes dominantes nas esferas mais importantes da política mundial (Nogueira, Messari, 2005).

É possível afirmar que existe uma espécie de “afinidade” entre a teoria de Robert Cox e o modelo do consenso fabricado de Noam Chomsky e Edward S. Herman. Ambos os modelos de explicação da realidade rejeitam esta como uma verdade absoluta. Este modelo, formado por “filtros de notícias”, “é uma estrutura analítica que procura explicar o desempenho da mídia dos Estados Unidos em termos de estruturas sociais básicas e os relacionamentos nas quais ela opera” (CHOMSKY, HERMAN, 2003, p. 11).

O conceito de hegemonia como uma ordem política pouco contestada e aceita de maneira passiva por meio do consenso (SILVA, 2005) pode ajudar a entender o comportamento que a mídia dos Estados Unidos teve durante a Guerra Fria. A ideia chomskyana de manipulação do público afirma que durante o período da Guerra Fria, a mídia de massa norte-americana se comportou inúmeras vezes de acordo com os interesses dos empresários e do governo dos Estados Unidos, no que tange a assuntos internacionais, para

“fabricar” o consenso da opinião pública. Utilizando esta ideia de hegemonia neogramsciana, podemos afirmar que a mídia de massa dos EUA serviu como “canal” para difundir a ideologia dos EUA, onde em muitos casos os jornalistas analisaram as notícias seguindo a política externa oficial (durante a Guerra Fria, a ideologia anticomunista esteve presente em várias notícias).

Ainda segundo os autores, a mídia de massa serve como um sistema para comunicar mensagens e símbolos à população em geral e assim difundir valores e ideologias por meio deste veículo de comunicação. “A função destas mensagens e símbolos é informar, entreter e inculcar nas pessoas os valores, credos e códigos de comportamento que as integrarão às estruturas institucionais da sociedade maior” (CHOMSKY, HERMAN, 2003, p. 61). Este modelo analisa o papel da mídia na cobertura de notícias nacionais e internacionais e mostra a relação que existe entre os grandes veículos de comunicação, agentes estatais e empresários. O ponto em comum com a teoria de Cox pode ser de que os veículos de comunicação de massa são usados como “ferramentas” para manter a hegemonia dos grupos dominantes e transmitir suas ideologias.

Conforme mencionamos anteriormente, a academia de RI foi muito influenciada pelo modelo positivista de se produzir conhecimento científico. Na obra de Steve Smith (2001): *The United States and the Discipline of international Relations: hegemonic country, hegemonic discipline*. O autor analisa a hegemonia da academia norte-americana de Relações Internacionais na produção de conhecimento no campo de estudos de RI e argumenta que esta disciplina reflete a hegemonia política, econômica e cultural dos Estados Unidos.

A análise de Smith mostra que, além de ser o país dominante na política internacional, os Estados Unidos também possuem a predominância da sua academia na produção de conhecimento no campo de estudos de RI. Sendo assim, os intelectuais norte-americanos desenvolvem teorias que refletem o sistema dominante e dão respaldo à política externa dos Estados Unidos.

Em relação à questão de hegemonia no campo teórico, é válido ressaltar que Noam Chomsky é considerado um autor muito respeitado no campo de estudos de linguística. Todavia, mesmo sendo um intelectual norte-americano, suas análises teóricas referentes à política externa do seu país não são consideradas como científicas pela academia de RI, isto porque Chomsky não segue o modelo positivista de se fazer ciência, que prioriza o conhecimento produzido com base na racionalidade e na comprovação empírica, e por conta disso ele é considerado um “radical” e acusado de ideologizar a teoria. Entretanto, é válido dizer que a análise feita pela teoria realista da Guerra Fria também era parcial (Marinucci,

2008), pois priorizava a análise da realidade baseada em um mundo bipolar disputado pela política do poder das duas superpotências.

A partir das explicações do Pós-Modernismo e da Teoria Crítica, acreditamos que toda forma de análise e produção de conhecimento acaba refletindo uma relação de poder. Teorias baseadas no positivismo acabam refletindo direta ou indiretamente a realidade dominante e impedindo uma análise mais profunda sobre determinado tema que não é considerado na análise destas teorias dominantes. Mesmo sendo parcial na sua abordagem, a pesquisa de Chomsky e Herman a respeito da mídia norte-americana e sua cobertura sobre determinados eventos políticos, mesmo não seguindo os pressupostos científicos de produção de conhecimento, pode fornecer outras ferramentas de análise e interpretação que as teorias tradicionais de RI não utilizam.

Este trabalho terá como base este modelo teórico, pois ele mostrou-se bastante eficiente na análise da cobertura da mídia dos Estados Unidos sobre acontecimentos políticos na época da Guerra Fria, e por ser um modelo de análise que “foge” dos rígidos critérios que o positivismo impõe, acreditamos que possa fornecer uma explicação alternativa quando analisar a cobertura que parte da mídia norte-americana (alguns artigos do *The New York Times*) fez de ações da política externa dos Estados Unidos no período pós-Guerra Fria. O conceito neogramsciano de hegemonia da Teoria Crítica de Robert Cox também será usado para a explicação dos eventos estudados. As possíveis falhas deste modelo teórico serão complementadas com obras de outros autores que trabalham com outra perspectiva de como o Estado vê e relaciona-se com a mídia de massa. Este ponto será mais detalhado no final deste capítulo.

1.3 O MODELO TEÓRICO DO CONSENSO FABRICADO

No cenário contemporâneo os veículos de comunicação desempenham um papel muito importante na difusão de notícias. A mídia possui a importante função de ser “intermediária” entre os fatos (atores) políticos que estão sendo noticiados e o público em geral. Uma espécie de “agente” que têm o dever de informar os principais acontecimentos do dia à população em geral.

Entre os diversos tipos de mídia, é possível dizer que a mídia televisiva atualmente tem o maior poder de informação perante as populações de diversos países, devido à maior “facilidade” com a qual o telespectador recebe a notícia transmitida na televisão. Por

exemplo, a mídia impressa, embora seja mais barata que a televisiva, é feita com a análise de notícias até o fechamento da sua edição, antes de ir para as bancas¹. A mídia televisiva é muito mais rápida e pode noticiar um fato pouco tempo depois de acontecer. Vale mencionar a popularização do uso da internet, contudo, este veículo de comunicação ainda está difundindo-se, principalmente entre as populações do dito “terceiro mundo”. Enfim, os diversos exemplos de mídia servem para transmitir notícias e fatos históricos às populações, para mantê-las em “sintonia” com os principais acontecimentos políticos, sociais, econômicos, esportivos e culturais que acontecem no mundo afora.

Todavia, há alguns teóricos que veem na mídia em geral um veículo de “manipulação” e influência na formação da chamada opinião pública de acordo com os interesses das classes dominantes. O modelo teórico do consenso fabricado de Edward Herman e Noam Chomsky trabalha com esta visão. Segundo os autores (2003, p. 11) “a mídia serve aos — bem como propagandeia em nome de — poderosos interesses sociais que a controlam e a financiam.” Este modelo analisa a estrutura da mídia a partir de uma análise sobre a propriedade, as relações com o governo e os empresários, e a ideologia dominante do governo, que de acordo com os atores, acaba influenciando na produção de notícias sobre determinado tema contrário aos interesses do governo e dos empresários. Sobre este modelo de análise da mídia Chomsky e Herman (2003, p. 62) afirmam:

Um modelo de propaganda focaliza essa desigualdade de distribuição de renda e de poder e seus múltiplos efeitos sobre os interesses e opções de mídia de massa. Ele traça as rotas pelas quais o dinheiro e o poder são capazes de filtrar as notícias adequadas para serem impressas, marginaliza as opiniões contrárias e permite que o governo e os interesses privados dominantes transmitam suas mensagens ao público.

Para Raquel Boing Marinucci (2008), o consenso fabricado aborda o desempenho da mídia dos EUA, a partir da noção de que existem fatores estruturais que funcionam como filtros para produção de notícia. Não há, no entanto, uma relação mecânica entre o que a mídia aborda e os efeitos produzidos no público. Segundo a autora, o efeito sobre a população não é o eixo de interpretação dos autores, mas sim como a mídia se relaciona com os interesses econômicos e políticos.

Este modelo foi elaborado durante o período da Guerra Fria e mostrou-se muito coerente ao analisar a cobertura desigual da mídia em relação às eleições em países considerados “aliados” e “inimigos”, e mostrou que em alguns pontos parte da mídia

¹ O desenvolvimento tecnológico já propicia ler um “jornal virtual” em um computador avançado. Porém, o seu custo ainda é muito elevado e fica restrito a um público com alto poder aquisitivo.

reproduziu a política externa do “anticomunismo”. O modelo se divide em cinco filtros de notícias que serão explicados detalhadamente.

1.3.1 PRIMEIRO FILTRO: PORTE, PROPRIEDADE E ORIENTAÇÃO PARA OS LUCROS DA MÍDIA DE MASSA

Este filtro faz uma análise da concentração da propriedade dos meios de comunicação nas mãos de poucas empresas, que controlam as principais mídias (jornais, canais de televisão, televisão a cabo, revistas) dos Estados Unidos.

É inegável que, nos dias atuais, para se criar e manter um veículo de comunicação com grande alcance é preciso possuir um capital elevado. Chomsky e Herman (2003) mostram que, a partir do século XIX, o aumento na escala de produção de jornais e o aumento dos custos tiveram como causa os aperfeiçoamentos tecnológicos, juntamente com o interesse dos proprietários de jornais em alcançar públicos cada vez maiores. De acordo com os autores, a expansão do livre mercado foi acompanhada pela “industrialização da imprensa”. Os gastos com a manutenção de máquinas e produção de jornais eram altos até mesmo para jornais pequenos. Isso favorecia apenas os grandes empresários que possuíam capacidade econômica de manter estes jornais.

Na década de 1980 nos Estados Unidos existia uma espécie de “segmento superior”, que é um dos responsáveis (ao lado do governo e das agências de notícias) pelo fornecimento de notícias nacionais e internacionais aos seguimentos inferiores da mídia (CHOMSKY HERMAN, 2003). Nos anos 80 (atualmente o número de empresas controladoras da mídia está cada vez menor) este segmento superior era composto por 24 gigantescas corporações de mídia, que possuíam um elevado capital (algumas com mais de um bilhão de dólares) e eram controladas por verdadeiros “magnatas da mídia”. De acordo com Chomsky e Herman, muitas destas empresas estão totalmente integradas ao mercado e sujeitas a pressões de acionistas, diretores e banqueiros. Os autores notam que essa tendência tem se intensificado pelo afrouxamento das regulações que limitam o controle da mídia, ao controle por empresas de fora do setor. Isso tem levado cada vez mais ao uso comercial da mídia.

Segundo o jornalista chileno Ernesto Carmona (2010), dados mais atuais mostram que dez megacorporações detêm ou controlam os grandes meios de informação nos Estados Unidos. Carmona relata que:

Essa dezena de impérios controla, ainda, o vasto negócio do entretenimento e da cultura de massa, que inclui o mundo editorial, música, filmes, produção e distribuição de conteúdos para televisão, cinemas, Internet e parques tipo Disneyworld, não só naquele país, como na América Latina e no resto do mundo (2010, p. 1).

Este processo de formação de conglomerados da mídia concentrados nas mãos de um número pequeno de empresas pode ser explicado como uma tendência do sistema capitalista. No final do século XIX e começo do século XX ocorriam várias inovações tecnológicas na área de comunicação. Segundo Marcos Dantas (2002), os inventores que ficaram famosos souberam aproveitar para transformar seus inventos em fontes de acumulação. Primeiramente com a exploração monopolista dos inventos e depois com o registro da patente, documento público que dava direitos de uso e propriedade exclusiva da invenção. Esta estratégia propiciou para que os grandes inventos sempre ficassem concentrados nas mãos de um limitado número de pessoas, que detinham o conhecimento sobre a tecnologia.

Vale ressaltar que nessa época os cientistas recebiam recursos financeiros de empresários para produzir novas máquinas, e posteriormente as patentes sobre estes novos meios de produção. Dantas afirma que várias empresas surgiram nesta época, a partir da acumulação de riquezas, tais como a *General Eletrics* (que será analisada a seguir). O registro das invenções em patentes deu amplos poderes aos grupos que as adquiriam. Esta lógica explica porque o setor da mídia está concentrado nas mãos de um número limitado de corporações, que detêm o monopólio do uso das tecnologias de comunicação atuais e das futuras, por meio das patentes.

Notamos também a relação próxima que grupos controladores da mídia têm com empresários. Algumas destas (*NBC e Group W*) tinham executivos empresariais e financeiros como diretores (CHOMSKY, HERMAN, 2003). Na década de 1980 estas grandes empresas de mídia também tinham relações estreitas com banqueiros (obtenção de crédito e informações sobre a venda de ações). Chomsky e Herman (2003) afirmam que bancos e outros investidores institucionais também são grandes acionistas das empresas de mídia. Segundo eles “no início dos anos 80, essas instituições possuíam 44 por cento das ações de jornais de capital aberto e 35 por cento das ações de emissora de rádio e televisão de capital aberto (2003, p. 70)”. Este estudo mostra que os diretores dos principais meios de comunicação possuem uma relação próxima com pessoas que trabalham com volumosos recursos financeiros.

É importante mencionar que algumas destas grandes corporações da mídia também atuam em outros setores da indústria. Os autores mostram os exemplos referentes a meados da década de 1980, sendo a GE (*General Eletrics*), empresa especializada na produção de

motores aeronáuticos para uso comercial e militar, empresa proprietária da RCA (Radio Corporation of America) que é proprietária da rede NBC, e da *Westinghouse*, proprietária de importantes estações de televisão.²

A General Eletrics e a Westininghouse são grandes multinacionais envolvidas em áreas controversas como produção de armas e energia nuclear. Além do que estas empresas possuem ligações com o governo. Os autores destacam que todas as empresas e rádios de televisão precisam de concessões do governo para funcionar, e que por isso, ficam sujeitas ao controle e restrição do governo (CHOMSKY, HERMAN, 2003).

A partir dessa relação, com base no argumento dos autores, é possível dizer que a mídia fica dependente das concessões do governo e sujeita a política de banqueiros e patrocinadores. Um veículo de notícias que possua uma linha de ação mais crítica às políticas governamentais pode seriamente ter o direito de transmissão negado.

Um exemplo análogo a esta relação é o caso do governo venezuelano com o canal de televisão RCTV³. Porém, é importante perceber a diferença nos casos. Em abril de 2002, este canal não noticiou uma tentativa de golpe ao presidente Hugo Chávez e negava-se a transmitir pronunciamentos do presidente venezuelano na sua programação. Estes fatos contribuíram para Chávez não renovar a concessão deste canal, que em 2007 teve que encerrar suas transmissões.

De acordo com Elaine Tavares (2007) os fatores que contribuíram para a não renovação da concessão desta emissora podem ser explicados no documento governamental chamado “*Libro Blanco sobre RCTV*”. Este relatório afirmava que o sistema de comunicação venezuelano era monopólico, antidemocrático e concentrador. Além de relatar que a RCTV possuía como acionista uma empresa de Miami e transmitia programas baseados no “estilo de vida norte-americano”. A jornalista ainda relata que Hugo Chávez respeitou uma lei criada em 1941 e depois revisada em 1986 referentes às concessões para o funcionamento de canais de televisão.

Esse episódio pode ser explicado pela ascensão de Hugo Chávez ao poder, um político de esquerda considerado “radical”, que desde que chegou ao posto de presidente da república vem realizando reformas que visam diminuir as desigualdades sociais na Venezuela e dar mais poder ao governo.

² Dados mais atuais trazidos pelo jornalista chileno Ernesto Carmona mostra a *General Eletrics* entre as 10 maiores corporações que controlam diversas mídias importantes como a *NBC News*.

³ Radio Caracas de Televisão. Tradução nossa.

Diante desta nova fase da política venezuelana, fica fácil entender o comportamento da RCTV (que como mencionado anteriormente, possui uma programação direcionada para a elite do país, além de possuir como acionista uma empresa de Miami) de criticar o governo venezuelano, pois este, ao implementar reformas sociais, está indo diretamente contra os interesses dos poderosos e do sistema neoliberal, que não admite outro modelo de Estado que “impeça” a livre iniciativa privada.

Segundo Chomsky e Herman (2003), para que isso não ocorra, a mídia procura estabelecer boas relações com setores do governo e cuidando de suas políticas (para que elas não fujam da linha governamental). O caso da Venezuela pode ser considerado uma exceção a esta regra, pois não era do interesse da RCTV tentar adequar-se à nova realidade política e social que o governo de Hugo Chávez estava implementando na Venezuela.

Essa grande análise mostra que os grandes pólos detentores do monopólio da mídia possuem ligações com banqueiros e algumas relevantes redes de comunicação dos Estados Unidos possuem e já possuíram relações com empresas que atuam na área de energia nuclear e produção de armamentos. Além do que os grandes veículos de comunicação precisam da concessão do governo para funcionar.

Com base no modelo de manipulação do público e do caso específico da *General Eletrics*, que controla importantes canais de televisão, estes meios de comunicação controlados por esta corporação poderão dar preferência à veiculação de notícias que estejam de acordo com os interesses das multinacionais que são proprietárias destes canais televisivos (transmitir notícias e elaborar reportagens que deem respaldo às ações militares por parte do governos dos Estados Unidos e dos seus aliados).

1.3.2 SEGUNDO FILTRO: A LICENÇA DA PROPAGANDA PARA FAZER NEGÓCIOS

Neste filtro os autores analisam a relação existente entre os grandes veículos de comunicação e os empresários, que pagam determinado valor para anunciar os seus produtos nas páginas de jornais, revistas, nos intervalos de programas de televisão, etc. A mídia de massa que permite anúncios arrecada uma imensa quantidade de dinheiro. Esta relação econômica com os anunciantes pode influenciar no teor e na análise de determinada notícia.

Como mencionado no tópico anterior, os custos para a manutenção de um meio de comunicação de grande alcance, como jornais e canais de televisão, são muito altos. De acordo com Chomsky e Herman (2003, p. 73):

Antes de a propaganda se tornar proeminente, o preço do jornal tinha que cobrir os custos do negócio. Com o crescimento da propaganda, os jornais que atraíam anúncios puderam se permitir um preço abaixo dos custos de produção. Isso colocou os jornais que não tinham anúncios em grave desvantagem: seus preços tendiam a ser maiores, prejudicando as vendas, e tinham menos disponibilidade para investir na melhoria do jornal em geral (matérias, formato atraente, promoções, etc.). Por esta razão, um sistema com base na propaganda tenderá a eliminar a existência ou levar à marginalidade as empresas e os tipos de mídia que dependem unicamente das receitas de vendas.

A partir desta tendência, a grande mídia de massa passou a depender dos anunciantes para se manter. Parte da mídia que não tinha esse apoio financeiro se enfraqueceu consideravelmente. O dinheiro da propaganda dos anunciantes ajuda os veículos da mídia a adquirir melhores matérias e, no caso dos canais de televisão, a compra de bons programas que lhes proporcionarão maior audiência. Em contrapartida, estes veículos estão submetidos aos interesses dos anunciantes e, dependendo do conteúdo de determinada notícia (ir contra ou a favor dos interesses políticos dos anunciantes), esta pode receber maior ou menor destaque.

Devido a esta relação, para Chomsky e Herman (2003), a mídia de massa está interessada em atrair uma audiência com poder de compra, pois é esta a classe que interessa aos anunciantes. Logo, a veiculação de alguma notícia ou transmissão de um programa de televisão precisa ser “compatível” com os interesses dos patrocinadores destes veículos de comunicação, caso contrário, podem perder milhões e adquirir prejuízos.

Segundo os autores (2003, p. 75):

Os prêmios relativos ao tamanho e ao poder de compra da audiência são, portanto, bastante altos, e em um sistema de mercado há uma forte tendência de que estas considerações afetem profundamente a política. Isso é parcialmente uma questão de as pressões institucionais se focalizarem no lucro, e parcialmente uma questão de contínua interação da organização da mídia com os patrocinadores que fornece os dólares da receita.

Os autores citam o exemplo da estação de televisão pública WNET para explicar este filtro. Este veículo de comunicação perdeu patrocínio da Gulf + Western⁴ em 1985 após apresentar o documentário “*Hungry for profit*”⁵, que criticava as atividades corporativas de empresas multinacionais no terceiro mundo (CHOMSKY, HERMAN, 2003). O principal executivo da empresa ainda criticou o teor do programa como “antiempresarial” e “antiamericano”.

⁴ Foi um conglomerado norte-americano de empresas.

⁵ “Famintas por lucro”(Tradução nossa).

Episódios como este demonstram o poder que empresários têm de influenciar e até mesmo impedir a escolha da veiculação de determinados programas e matérias que possam ir contra os seus interesses comerciais. Os autores destacam ainda que “os anunciantes desejarão, de forma mais genérica, evitar programas com sérias complexidades e controvérsias perturbadoras que possam prejudicar o “espírito de compra” (CHOMSKY, HERMAN, 2003, p. 76). Logo, programas que passam mensagens “positivas” aos interesses empresariais ganharão destaque, e programas com teor cultural e crítico tendem a ficar cada vez menores.

Outro bom exemplo para caracterizar este filtro foram os protestos realizados em Seattle-EUA em 1999 contra a OMC⁶ e a cobertura de alguns veículos da mídia norte-americana. Milhares de pessoas pertencentes a movimentos sociais e ONGs protestavam contra a reunião da OMC.

Os militantes antiglobalização eram contrários às posições neoliberais que segundo eles só traziam prejuízos para os direitos humanos, saúde, educação e distribuição de renda nos países pobres e aumentariam as catástrofes ambientais a nível mundial.

Chomsky e Herman (2003) afirmam que a grande mídia tratou os manifestantes como baderneiros e não explicaram adequadamente os motivos que levaram milhares de pessoas a protestar contra as políticas da OMC. Um artigo do jornal *The New York Times* afirmava que os manifestantes haviam jogado pedras e coquetéis molotov contra delegados e policiais. Mais tarde o jornal publicou um artigo desmentindo o último artigo (CHOMSKY, HERMAN, 2003). Este episódio também será citado no capítulo 2, no momento em que falarmos sobre a “Nova Ordem Mundial” e a sociedade civil global.

Outro protesto que foi tratado pela grande mídia como “baderna” foi a reivindicação contra a aprovação do NAFTA⁷. Quanto à cobertura da mídia ao NAFTA e às pesquisas feitas com a população sobre a opinião em relação a esta zona de livre comércio, os autores (2003) afirmam que uma grande parte da população norte-americana era contra a implementação deste acordo econômico.

Porém, a cobertura jornalística não deu muito destaque à opinião de uma grande parcela da população. A mídia baseou-se na opinião de “especialistas” para mostrar os aspectos positivos que uma zona de livre comércio traria para os Estados Unidos, Canadá e México. A visão neoliberal, que ganhou muito destaque nos anos 90 (no segundo capítulo abordaremos este período histórico), preocupava-se principalmente com os “benefícios” que a livre concorrência e a liberalização dos mercados trariam para os países membros do NAFTA.

⁶ Organização Mundial do Comércio.

⁷ “Área de livre comércio da América do Norte”(Tradução nossa).

As consequências negativas que refletiriam nas sociedades do Canadá, Estados Unidos e principalmente na mexicana não ganharam muito destaque pelos principais meios de comunicação dos Estados Unidos.

Chomsky e Herman (2003) afirmam que o esforço dos sindicatos para influenciar o resultado dos debates sobre o NAFTA foi duramente atacado por veículos relevantes de comunicação como o *New York Times* e o *Washington Post*, que segundo eles, não se posicionaram da mesma forma em relação ao lobby e à propaganda dos governos e da comunidade corporativa do México e dos Estados Unidos.

Apenas 11 meses após o NAFTA entrar em vigor, o México sofreu uma grave crise financeira, onde teve uma grande fuga de capitais, desvalorização da moeda e solicitação de ajuda financeira ao FMI⁸, que exigiu que o país adotasse severas medidas desinflacionárias (CHOMSKY, HERMAN, 2003). Mesmo com a evidente conexão desta crise com a política do NAFTA, em que o livre comércio traz benefícios apenas para as empresas com vastos recursos de investimento e tecnologia (a grande maioria das empresas com este perfil estão em países ricos como EUA e Canadá), a grande mídia de massa dos Estados Unidos não fez nenhuma ligação entre esta grave crise financeira que trouxe sérios prejuízos para a sociedade mexicana e a entrada em vigor de um acordo de livre comércio que na maioria das vezes só traz benefícios para os países ricos com parque industrial desenvolvido.

Com base no modelo teórico dos autores, podemos dizer que essa cobertura jornalística pode ser caracterizada pela relação da mídia de massa com seus patrocinadores. Uma cobertura mais profunda dos protestos contra a OMC e o NAFTA vai contra os interesses dos patrocinadores, que almejam sempre o lucro. Para noticiar de uma forma coerente estes fatos, seria preciso mencionar a reivindicação dos manifestantes e isso iria na direção oposta aos interesses das empresas parceiras da mídia de massa e da política do governo dos Estados Unidos.

O ataque dos jornais *New York Times* e *Washington Post* aos sindicatos norte-americanos que tentavam participar mais dos debates sobre o NAFTA caracteriza o próximo filtro que será estudado. Neste, a mídia de massa procura fontes de informações de órgãos do governo, especialistas em determinadas áreas e de institutos para dar embasamento teórico e “confiabilidade” às suas notícias. A opinião de sindicalistas e de membros da sociedade civil, na grande maioria das vezes, não atende aos requisitos que grande parte da mídia de massa deseja. Esta relação será explicada no próximo tópico.

⁸ Fundo Monetário Internacional.

1.3.3 TERCEIRO FILTRO: BUSCANDO FONTES DE NOTÍCIAS DE MÍDIA DE MASSA

De acordo com CHOMSKY e HERMAN (2003, p. 77):

A mídia de massa é levada a um relacionamento simbiótico com as poderosas fontes de informação pela necessidade econômica e pela reciprocidade de interesses. A mídia precisa de um fluxo constante e confiável de matérias-primas para notícias. Ela tem demandas diárias e programações imperativas de notícias que precisa atender. Não é possível ter repórteres e câmeras em todos os lugares onde histórias importantes podem acontecer. A economia dita que a mídia de massa deve concentrar seus recursos onde possam ocorrer notícias significativas com mais frequência, onde importantes rumores e boatos surjam, e onde ocorram coletiva de imprensa regulares. A Casa Branca, o Pentágono e o Departamento de Estado em Washington, D.C. são eixos centrais dessas atividades.

A grande mídia de massa se concentrará em buscar as fontes de suas notícias nesses órgãos do governo, pois são consideradas fontes mais “confiáveis” e com chances mínimas de erros. Segundo os autores (2003), esse fato deve-se pelo grau de confiança que o governo norte-americano possui. Corporações de negócios e grupos comerciais também são fontes de informação que possuem o “status” de confiabilidade. Os jornalistas evitam ao máximo divulgar notícias de fontes duvidosas, pois essas são mais difíceis de serem apuradas e podem gerar reações negativas e críticas do governo norte-americano e dos “especialistas”.

Chomsky e Herman (2003, p. 78) afirmam que:

A magnitude das operações de informação pública das grandes burocracias governamentais e corporativas que constituem as fontes primárias de notícias é vasta e garante acesso especial à mídia. O Pentágono, por exemplo, tem um serviço de informações públicas que envolve milhares de empregados, gastando anualmente centenas de milhões de dólares, que não apenas excedem os recursos de informações públicas de qualquer pessoa ou grupo dissidente, mas também do conjunto desses grupos.

É possível observar que órgãos governamentais importantes dos Estados Unidos, como o Pentágono, possuem serviços de informações públicas que servem de referência para a veiculação de notícias na mídia de massa. De acordo com dados da Força Aérea norte-americana (apud CHOMSKY, HERMAN, 2003, p. 408), esta instituição revelou o alcance de suas informações públicas, das quais atingiam cerca de 140 jornais com 690 mil exemplares semanais, 34 estações de rádio e 17 estações de televisão, 3.200 coletivos de imprensa, 500 vôos de orientação para a mídia de notícias, 50 reuniões com conselhos editoriais e 11 mil discursos.

Esses dados mostram a importância que setores do governo atribuem à produção de notícias que serão transmitidas nos grandes canais de comunicação da mídia de massa. Estratégias como essas podem ser usadas para justificar ações e mostrar as opiniões governamentais sobre determinado assunto. Neste caso, a grande imprensa serve como “canal” de comunicação entre setores governamentais e a população, reproduzindo os discursos do governo.

Chomsky e Herman (2003) fazem uma comparação entre os gastos das agências de comunicação da Força Aérea dos Estados Unidos e duas empresas de informações públicas sem fins lucrativos, American Friends Service Committee (AFSC) e National Council of the Churches of Christ (NCC), que mantém opinião contrária ao Pentágono. Os gastos dos serviços de informações do escritório central do AFSC em 1984-1985 foram inferiores a 500 mil dólares, e suas equipes tinham 11 pessoas. Os “press releases” institucionais do comitê são emitidos à base de aproximadamente 200 por ano, fazem 30 coletivas de imprensa por ano e produzem um filme e duas ou três apresentações por ano.

Essa comparação mostra como uma instituição governamental importante como o Pentágono dá importância à sua “imagem pública”, ao destinar uma quantidade relevante de recursos financeiros para a produção de materiais de comunicação que transmitirão ao público, por meio da mídia, o ponto de vista e as opiniões desta instituição. Dessa forma, quando a mídia de massa trata de algum assunto da política externa, o Pentágono será uma fonte relevante de notícias para as matérias que serão produzidas.

Órgãos empresariais como a Câmara do Comércio também possuem vastos recursos financeiros para produzir fontes de notícias. De acordo com Chomsky e Herman (2003), a Câmara do Comércio tinha um orçamento de 65 milhões de dólares para pesquisas, comunicações e atividades políticas no ano de 1983. Este dado mostra como o investimento na produção de informações é importante para defender o ponto de vista do setor privado. Matérias jornalísticas e pesquisas bem produzidas fortalecem os argumentos empresariais perante o público.

Outra maneira do setor privado e dos departamentos do governo dos Estados Unidos produzirem fontes “confiáveis” de notícias é a partir da formação de “especialistas”. Estas pessoas com conhecimento mais aprofundado em determinado tema são “cooptadas” pelo governo norte americano e o setor privado para realizar consultorias, pesquisas e desenvolver opiniões que ajudarão a disseminar as mensagens empresariais e governamentais (CHOMSKY, HERMAN, 2003). Esta estratégia pretendia dar um embasamento teórico às

ações do governo e das empresas, pois o conhecimento produzido em instituições acadêmicas é muito respeitado e mais difícil de ser questionado. De acordo com os mesmos autores:

Durante os anos 1970 e no início dos anos 1980, de acordo com essa fórmula, foi criada uma série de instituições, e outras mais antigas reativadas, com o objeto de divulgar o ponto de vista empresarial. Centenas de intelectuais foram trazidos para essas instituições, onde seu trabalho foi financiado e seus resultados disseminados para a mídia por um sofisticado esforço de propaganda (CHOMSKY, HERMAN, 2003, p. 82-83).

Outra forma utilizada pelo governo dos Estados Unidos para “construir especialistas” acontece por meio de dissidentes políticos de regimes inimigos. Estes ganham destaque na mídia, pois fornecem informações detalhadas sobre seus antigos regimes, ao confirmar notícias veiculadas nos meios de comunicação. Estes “ex-radicais” foram muito utilizados no período da Guerra Fria, principalmente ex-comunistas, que foram usados para confirmar matérias sensacionalistas sobre uma possível invasão soviética (CHOMSKY, HERMAN, 2003). É perceptível a tendência da mídia de sempre buscar especializar-se e fornecer fontes que conhecem profundamente o assunto ou já viveram em determinado regime político (o caso dos dissidentes políticos da União Soviética).

Este filtro revela a grande importância de fontes de notícias para dar legitimidade às informações transmitidas pela mídia acerca de determinado assunto político ou econômico. “Especialistas” e institutos que realizam estudos sobre determinada temática ganham grande respaldo da mídia e são tratados como “fontes mais confiáveis”. Esta relação de dependência dessas fontes acaba excluindo opiniões contrárias à determinada política, pois estas serão taxadas de “fontes não confiáveis”.

1.3.4 QUARTO FILTRO: A BATERIA DE REAÇÕES NEGATIVAS E OS FISCAIS DE CUMPRIMENTO⁹

Este filtro refere-se a possíveis “efeitos indesejáveis” que o governo e o setor empresarial dos Estados Unidos possam sentir, caso algumas notícias possuam um teor muito

⁹ Sobre este filtro de notícias, vale mencionar o episódio envolvendo o Wikileaks (organização midiática sem fins lucrativos), que ao longo de 2011 vem divulgando milhares de documentos secretos sobre as violações de direitos humanos dos Estados Unidos e das Guerras do Afeganistão e Iraque. Este ato tem sido duramente criticado pelos governantes norte-americanos, e após estas revelações o fundador da Wikileaks, Julian Assange, tem sido perseguido e foi acusado de estupro na Suécia.

crítico aos interesses destes dois atores. Para formalizar estas queixas e pressionar a mídia de massa a rever suas políticas de informação, são criadas instituições que analisam o teor das notícias que são transmitidas pelos meios de comunicação.

A mídia fará o possível para não transmitir informações e notícias que possam gerar reações negativas dos departamentos do governo norte-americano e do setor empresarial (grande responsável pelos lucros da mídia através dos anúncios). As reações negativas podem ser diretas: Casa Branca telefonando para jornalistas e a FCC (Federal Communications Commission, agência do governo norte-americano) solicitando documentos que foram utilizados por canais de televisão para a produção de programas. E indiretas: financiando campanhas políticas que defenderão os interesses do setor privado (CHOMSKY, HERMAN, 2003).

Os autores também afirmam que nos anos 1970 e 1980 a comunidade corporativa patrocinou a criação de várias instituições organizadas com o propósito específico de produzir reações negativas. Uma delas é o *Media Institute*, criado em 1979 com o objetivo de fomentar a liberdade de discurso, a competitividade da mídia e indústria da comunicação e a excelência no jornalismo (The Media Institute, 2010). Chomsky e Herman (2003,) argumentam que esta instituição foi financiada por ricos patronos e empresários, e sua função é produzir conferências e estudos sobre a cobertura que a mídia faz de eventos econômicos.

Outra instituição que pressiona a mídia a seguir determinado caminho é a Freedom House¹⁰. Esta instituição existe desde os anos 1940 e segundo dados do seu próprio site, se considera um órgão de defesa (ou “cão de guarda”) que apoia a expansão da liberdade ao redor do mundo, através do apoio às mudanças democráticas, monitoramento da liberdade e defesa da democracia e dos direitos humanos. Para Chomsky e Herman (2003), a Freedom House possui ligações com órgãos do governo dos Estados Unidos e vem servindo como braço virtual de propaganda do governo e da ala direita mundial. Esta instituição realiza estudos para analisar o nível de democracia e liberdades civil e de imprensa nos países, além de cobrir eleições. A Freedom House critica a mídia quando esta não “simpatiza” com as diretrizes da política externa norte-americana (CHOMSKY, HERMAN, 2003). Os autores ainda relatam que esta organização possuía ligações com a World Anticommunist League¹¹. No que diz respeito ao comunismo, no próximo tópico explicaremos a relação entre mídia e a propaganda anticomunista.

¹⁰ “Organização independente que apoia a expansão da liberdade ao redor do mundo”. (FREEDOM HOUSE)

¹¹ Fundada em 1966 em Taipei, Taiwan. Se autodeclaram como uma aliança regional contra o comunismo. Inspirada no pedido de Chiang Kai-shek.

Este filtro de notícias será muito coerente ao analisar as denúncias feitas pela Wikileaks (Organização midiática sem fins lucrativos), que divulgou centenas de milhares de dados do arquivo secreto do governo dos Estados Unidos a respeito das violações de direitos humanos no Afeganistão e Iraque. A divulgação destes arquivos foi duramente criticada por Hilary Clinton. Este assunto será abordado com mais detalhes nos próximos capítulos.

1.3.5 QUINTO FILTRO: O ANTICOMUNISMO COMO MECANISMO DE CONTROLE

É importante lembrar que este modelo teórico foi desenvolvido durante o período bipolar da Guerra Fria, na época o grande inimigo político dos Estados Unidos era a União Soviética. Estes dois países dividiram o mundo sob suas esferas de interesse. A mídia de massa norte-americana contribuiu consideravelmente na divulgação da “ameaça vermelha”. Nos próximos capítulos este filtro será adaptado para a nova geopolítica mundial, onde o inimigo número um do regime norte-americano é o terrorismo e os “governos hostis”.

A ideologia comunista sempre causou preocupação às elites, pois sua crítica ameaça profundamente os benefícios dos donos de vastas propriedades privadas. Chomsky e Herman (2003) argumentam que as revoluções socialistas na União Soviética, China e Cuba foram traumas para as elites ocidentais e a oposição ao comunismo foi utilizada para mobilizar as pessoas contra um inimigo comum. Os autores explicam que o conceito do comunismo é obscuro e pode ser utilizado contra qualquer um que ameace os interesses dos grandes proprietários. Nessa época, até mesmo políticos democratas com ideias progressistas que desenvolviam políticas públicas para trazer benefícios às populações menos privilegiadas eram acusados de “pró-comunistas”. Sindicalistas que reivindicavam melhores condições de trabalho também tinham suas lutas menosprezadas ao serem classificados como comunistas. Katchaturov (1980) fortalece os argumentos de Chomsky e Herman quando ressalta que O anticomunismo é um pretexto para reprimir qualquer pessoa que pense diferente. Incluindo movimentos democráticos e progressistas.

O governo dos Estados Unidos utilizou muito este termo para criminalizar movimentos sociais dentro do seu território e justificar o apoio às ditaduras fascistas contra países que não seguissem as diretrizes da política externa norte-americana.

Conforme esse filtro, grande parte da mídia de massa era influenciada pela chamada “ameaça vermelha” e trabalhava para dar suporte e legitimidade às ações governamentais. Sendo assim, ações como a intervenção militar na Nicarágua e o apoio aos regimes ditatoriais

da América Latina no período da Guerra Fria eram justificadas como um “mal necessário” para garantir que a “democracia” fosse respeitada nesses países.

Um bom exemplo do anticomunismo usado por grande parte dos meios de comunicação de massa dos Estados Unidos foi a ligação de um possível complô KGB-búlgaro à uma tentativa frustrada de assassinar o Papa. Chomsky e Herman (2003) referem-se ao atentado contra o Papa João Paulo II, que ocorreu em maio de 1981. Seu autor foi o turco Mehmet Ali Agca, um direitista ligado à extrema direita turca e a narcotraficantes. Agca foi associado a um complô KGB-búlgaro porque havia passado um período na Bulgária.

De acordo com Chomsky e Herman (2003), grande parte da mídia de massa norte-americana fez a ligação de Agca com os soviéticos a partir de um documento do serviço secreto italiano (o regime italiano era aliado de Washington na época), que alegava que o ataque havia sido anunciado por uma autoridade soviética em uma reunião das potências do Pacto de Varsóvia em Bucareste, na Romênia, e que Agca havia sido treinado na União Soviética. Segundo Chomsky e Herman (2003), nesta época, notícias referentes a esta possível ligação foram amplamente divulgadas na mídia de massa dos Estados Unidos. Mais tarde, o tribunal italiano analisou o caso e, por falta de provas, acabou arquivando o processo.

Episódios como este mostram como a mídia de massa foi influenciada pela ideologia anticomunista e como a reproduziu através da transmissão de notícias e reportagens que deslegitimavam os soviéticos e seus aliados, ao tentar associar os soviéticos a assassinatos, e reproduziam a ideologia do governo norte-americano de combate ao comunismo.

1.4 ASPECTOS POSITIVOS DO MODELO TEÓRICO DE CHOMSKY E HERMAN

Uma das grandes vantagens do modelo teórico de Chomsky e Herman é dar uma explicação que analisa com detalhes a relação da mídia com o governo dos Estados e o setor empresarial deste país. Os autores analisam o histórico dos jornalistas e especialistas e as relações que os veículos de comunicação possuem com o governo e os empresários para responder por que estes seguem determinado caminho ao analisarem uma notícia. Essa investigação mais detalhada permite entender porque grande parte da mídia muitas vezes tem um posicionamento que converge com os interesses do governo norte-americano (deslegitimar as eleições de um país inimigo e tentar associar uma tentativa de assassinato contra o papa aos inimigos soviéticos) e do setor empresarial (não transmitir programas que critiquem a atuação de multinacionais em países pobres e que passem “mensagens negativas”

aos interesses dos patrocinadores). A abordagem da mídia sobre determinado assunto pode ajudar a dar legitimidade às ações políticas do governo dos Estados Unidos perante a sua população.

Após a explicação deste modelo teórico, acreditamos que o “consenso fabricado” de Chomsky e Herman, por ser um modelo de análise alternativo, poderá fornecer uma explicação coerente para o comportamento de parte da mídia norte-americana em alguns eventos contemporâneos, que serão analisados no terceiro capítulo.

1.5 ASPECTOS NEGATIVOS DO MODELO TEÓRICO

O modelo teórico de Noam Chomsky e Edward Herman se concentra unicamente na questão da mídia como veículo de manipulação do público. Isso tende a ser visto por muitos como especulação, principalmente pela academia de RI, com grandes influências do modelo positivista de se fazer ciência. Como já foi observado, o modelo teórico dos autores acaba “fechando-se” em vez de dialogar com outras teorias que estudam a mídia. O autor Jacques A. Wainberg tem outra visão da relação entre a mídia e os atores políticos e sociais. Na sua obra *Mídia e Terror: comunicação e violência política (2005)*, ele vê a mídia como uma “esfera de disputa”, onde os atores políticos interagem com a mídia para produzir resultados (difundir suas ideologias pelos meios de comunicação de massa). No caso dos grupos terroristas, a mídia é vista como um campo de ação e difusão das suas ideias. O autor também afirma que sem mídia provavelmente não existiria terror.

Wainberg (2005) também assinala o “fator CNN”, onde este canal norte-americano de televisão tem sido acusado por muitos de interferir e até determinar algumas ações de alguns governos ocidentais (semelhança com o modelo de Chomsky e Herman). Porém, o autor ressalta que outras pessoas classificam este fenômeno como “efeito CNN”, devido ao fato deste canal cobrir ao vivo importantes acontecimentos ao redor do mundo (inclusive guerras). Segundo o autor, esta crescente cobertura televisiva de episódios internacionais como guerras, genocídios e massacres, com forte apelo de imagens, pode influenciar o governo a tomar iniciativas como ajuda humanitária e até mobilização de tropas. A constante transmissão dessas notícias no território norte-americano pode também levar a mobilização da sociedade e da chamada opinião pública, onde jornalistas e especialistas (mencionados anteriormente) podem emitir opiniões que pressionem o governo norte-americano a tomar alguma iniciativa para solucionar o problema. Wainberg (2005, p. 39) afirma que:

Pode-se afirmar com certa cautela que a CNN e outras emissoras similares exercem certa influência nas decisões governamentais sobre crises internacionais quando há alguma contradição entre o desejo da autoridade (que não quer intervir) e o da opinião pública que exige uma reação dos governos ocidentais contra a violenta agressão aos direitos humanos refletida no noticiário de imprensa.

A teoria de Jacques A. Wainberg mostra outro caminho para se analisar as relações do governo com a mídia, no qual esta é uma arena disputada com outros grupos (terroristas) para que o governo possa alcançar legitimidade perante o público.

Como já foi descrito anteriormente, a academia de Relações Internacionais é de certa forma conservadora e tende a não “valorizar” pesquisas feitas sem os critérios científicos (neutralidade, empirismo, etc.). Para os principais teóricos deste campo de estudo, Noam Chomsky é considerado um “panfletário” e acusado de ideologizar a teoria (MARINUCCI, 2008). Porém, mesmo seu modelo de análise do comportamento da mídia não seguindo a risca os critérios científicos de produção de conhecimento, sua pesquisa (ao lado de Edward Herman) serve para mostrar outra forma de se analisar um fenômeno social.

Vale ressaltar também que a partir de sua pesquisa crítica sobre a relação da mídia com setores do governo e empresariais (que segundo o modelo manipulam a opinião pública), suas críticas a esta relação e à política externa dos Estados Unidos serviram para fomentar um debate dentro do campo de RI. No capítulo 3, alguns jornalistas citam a “defesa da democracia” como argumento para justificar a intervenção externa norte-americana no Iraque e Afeganistão.

Apesar de algumas limitações de interpretação da relação mídia e Estado pela obra de Chomsky e Herman, nesta monografia utilizaremos como base o seu modelo teórico, pois este poderá fornecer uma explicação alternativa para o comportamento da mídia no que diz respeito aos eventos políticos que serão analisados no capítulo 3. Neste trabalho, o modelo dos filtros de notícias “dialogará” com outros modelos teóricos que estudam a mídia como ferramenta política usada pelos atores (Estado, ONGs, movimentos sociais, grupos terroristas).

No próximo capítulo, descreveremos o contexto histórico no qual o modelo dos autores será empregado para analisar o comportamento da mídia na cobertura dos eventos da “nova ordem”.

2 A "NOVA ORDEM MUNDIAL": O CONTEXTO POLÍTICO-HISTÓRICO PÓS 1989

Neste capítulo estudaremos o contexto histórico mundial após a Queda do Muro de Berlim (que é considerado o fim simbólico do período bipolar), no qual o modelo do consenso fabricado será utilizado para analisar notícias de um importante veículo de comunicação dos Estados Unidos (*The New York Times*). Dentre os principais temas deste período que citaremos estão: efeitos da globalização, a preocupação mundial com meio ambiente, direitos humanos e armas nucleares.

As notícias que serão analisadas de acordo com o modelo teórico de Chomsky e Herman (2003) são referentes aos principais acontecimentos políticos do período que são: a Guerra do Golfo, o fenômeno do Terrorismo, os ataques de 11 de setembro, as Guerras do Afeganistão e do Iraque, bem como a atuação externa norte-americana nestes eventos. A cobertura da mídia norte-americana nestes eventos será analisada por Armand Mattelart e alguns jornalistas, como Carlos Fino.

Esse período histórico será descrito e analisado principalmente por Eric Hobsbawm, Michael Hardt e Antonio Negri, Noam Chomsky e Octavio Ianni.

Reflexões sobre a chamada "Nova Ordem Mundial" serão feitas com base na análise crítica dos autores citados e no final discutiremos se esse conceito de nova ordem de fato representa uma nova fase na política mundial ou se é apenas uma “continuação” da hegemonia norte-americana e qual o papel que a mídia tem na formulação deste conceito a partir da cobertura dos eventos noticiados.

2.1 REFLEXÕES SOBRE A “NOVA ORDEM MUNDIAL”

É comum nas diversas áreas do conhecimento (Geografia, História, Relações Internacionais) conceituar o período do Pós- Guerra Fria como sendo a Nova Ordem Mundial. É visível que após o ano de 1989 ocorreram mudanças significativas na política internacional, e a partir dos anos 90 a “ascensão” de duas instituições políticas e um movimento social em âmbito global caracteriza bem o novo cenário mundial.

Primeiramente ocorreu a formalização da União Europeia como uma nova organização internacional supranacional dotada de personalidade jurídica. Anos mais tarde todos os países do bloco, exceto o Reino Unido, adotaram o Euro como moeda oficial. Há anos atrás era quase inimaginável a integração dos principais países europeus (França, Inglaterra, Alemanha, Itália) a este nível. A formação da União Europeia é uma experiência inédita na história da política internacional. Porém, os Estados continuam fortes e mantendo sua soberania, mas em um mundo globalizado é cada vez mais difícil manter o pleno controle sobre as fronteiras nacionais.

Um segundo sinal de “mudança” que ocorreu nos anos 90 foi a retomada da importância dada pelos países à Organização das Nações Unidas (ONU). Não que antes ela não fosse relevante para a história da humanidade, contudo, no que se refere à atuação política do órgão destinado a manutenção da ordem mundial, o Conselho de Segurança, a dualidade do período bipolar atrapalhou uma atuação mais eficaz da ONU na questão da segurança internacional.

Ela foi criada após a Segunda Guerra Mundial com o objetivo de integrar as demais nações mundiais sob um regime de ordem e paz que evitasse que os horrores ocorridos nas duas guerras mundiais se repetissem. Entendemos que a criação das Nações Unidas é um fato histórico de extrema importância para as Relações Internacionais, pois após a experiência frustrada da Liga das Nações (sem a participação de alguns países importantes), os líderes mundiais perceberam que era preciso criar uma instituição supranacional que tivesse poder para manter a ordem global e evitar ao máximo que ocorressem novas guerras.

De acordo com a nossa opinião, a Assembleia Geral que ocorre todos os anos pode ser vista como uma “arena democrática de debate entre países a nível mundial”, onde os líderes mundiais discutem os principais temas internacionais. Porém, no período da Guerra Fria, a ONU teve seus poderes de atuação e de decisão “limitados” pela disputa ideológica entre as superpotências: Estados Unidos e União Soviética. As questões de intervenção internacional eram sempre vistas sob o olhar das duas potências e diversas vezes elas vetavam ações de acordo com seus interesses.

Com o fim da Guerra Fria a ONU voltaria a ganhar importância e fortaleceria o multilateralismo nas principais decisões internacionais. O ataque ao Iraque, em 1991, teve respaldo a partir da decisão do Conselho de Segurança, inclusive da URSS.

Mas até que ponto a ONU conseguiria ser um centro para a segurança coletiva internacional e ter uma atuação maior nas relações internacionais? Esta instituição refletiria uma maior democratização da política internacional, possibilitando que mais países ajudassem

na manutenção da paz e da ordem global? A partir de uma análise crítica é válido ressaltar que a Organização das Nações Unidas, que teria um papel de atuação mais relevante no cenário internacional na “Nova Ordem Mundial”, ainda possuía o seu principal órgão, o Conselho de Segurança, refletindo as relações de poder da época da Guerra Fria. Os cinco membros permanentes do conselho, Estados Unidos (grande potência mundial), Rússia (ex-URSS), Inglaterra, França e China (potência “socialista”) possuem poder de veto, além da posse de um gigante arsenal nuclear. Para procurar entender melhor como o papel da ONU nesta “Nova Ordem Mundial” foi legitimado, é importante utilizar as reflexões de Robert Cox sobre as instituições. Com base no pensamento de Robert Cox, Silva (2005, p. 267) afirma:

As instituições são fundamentais. Segundo Cox, desempenham função vital na estabilização e perpetuação de uma ordem particular. Originalmente, tendem a reforçar as relações de poder estabelecidas, cultivando imagens coletivas compatíveis. Contudo, no decorrer do tempo, imagens coletivas rivais ou até instituições concorrentes podem ser criadas ou lançadas. As instituições refletem, por conseguinte, uma combinação específica de ideias e poder material.

Esta análise crítica sobre o papel das instituições auxilia no entendimento da estrutura do Conselho de Segurança da ONU refletindo as relações de poder, onde os cinco membros permanentes possuem grandes capacidades materiais (poder econômico, militar ou a combinação dos dois).

A atuação da ONU na prevenção de conflitos internacionais continuaria seguindo a lógica da Guerra Fria, na qual as principais potências militares teriam mais poder que os membros rotativos (por este fato, o Brasil, ao lado da Índia, África do Sul, Alemanha e México lutam por uma reforma no Conselho de Segurança que reflita a nova conjuntura internacional). No ano de 2003, ficou bem claro que a ordem mundial que prevalece é regida pelo poder e o uso da força. Os Estados Unidos do então presidente George W. Bush não respeitaram a decisão da ONU de dar maior prazo para a investigação dos inspetores, e assim os EUA invadiram o Iraque (mais adiante a Guerra de 2003 será mais analisada).

Retomando as discussões teóricas do capítulo um, os paradigmas “mais estudados” na academia de RI para a compreensão dos fenômenos Internacionais (Liberalismo e (neo) realismo) aceitam como “normal” a atuação da política externa dos Estados Unidos no cenário mundial, pois o papel que se espera do “Hegemon” nas Relações Internacionais é o da “manutenção” da paz e da ordem, mesmo que seja preciso intervir militarmente.

No entanto, partindo de uma análise crítica, é possível afirmar que os Estados Unidos são o ator hegemônico nas relações internacionais não apenas no que diz respeito ao poderio militar, mas também na capacidade de produzir expectativa e comportamento nos demais

atores mundiais e também em quem produz conhecimento. Para melhor explicar esta última frase, vamos retomar as ideias neogramscianas da teoria crítica de Robert Cox.

Voltando na definição de hegemonia neogramsciana como uma ordem política relativamente incontestada, e aceita de maneira passiva, a partir de uma combinação de coerção e do consentimento. Silva (2005). Os autores críticos trabalham com o conceito de hegemonia que vai além das explicações do realismo político de superioridade bélica e econômica. Os Estados Unidos tem uma atuação política tão incessante no cenário internacional que existe quase “um consenso” entre a maioria dos países de que a ordem mundial é baseada pelas relações de força e que o Estado hegemônico tem praticamente o direito de intervir em outros países que “ameaçassem” a ordem global. É claro que o estabelecimento desta “ordem política relativamente incontestada” veio com o decorrer da história e do desenvolvimento econômico que permitiram que Washington se tornasse uma potência militar.

Segundo Nogueira e Messari (2005), a capacidade militar e econômica dos Estados Unidos lhes possibilitaram transformar-se na grande potência mundial. Baseado neste argumento é possível afirmar que a “Nova Ordem Mundial” é uma ideia construída para continuar legitimando o domínio político norte-americano no mundo e buscar o consenso entre os demais Estados para realizar suas ações políticas e intervenções no mundo. Antonio Negri e Michael Hardt (2001) afirmam que nos anos finais da Guerra Fria e na chamada Nova Ordem Mundial, os Estados Unidos detinham a responsabilidade de exercer um poder de “polícia internacional” para manter a ordem internacional. A Guerra do Golfo, que será analisada adiante, é um bom exemplo deste novo papel dos Estados Unidos na punição de Estados que ameaçassem o equilíbrio global.

Os fatos históricos que se seguiram após o término da Guerra Fria mostram que a chamada Nova Ordem Mundial é muito mais uma continuidade política do que uma inovação. Nesta nova (velha) ordem, os Estados Unidos continuariam exercendo seu poder de influência em escala global.

Em terceiro lugar, outro sinal de “mudança” no mundo pós- Guerra Fria é o que aconteceu na década de 1990, que foi marcada pela atuação de movimentos sociais que atuam no âmbito global. Ana Carolina Evangelista (2006) caracteriza este movimento como a sociedade civil global.

Ao longo das décadas anteriores, os diferentes tipos de tecnologia passavam por um amplo processo de desenvolvimento, que se concretizou em grande parte a partir de 1990. Nesta década, várias inovações tecnológicas ficaram conhecidas por parte da população

mundial. Um exemplo disso é a internet: meio de comunicação criado durante a Guerra Fria, com fins militares e depois difundida para uso civil.

A partir dos anos 90 aumenta a popularização e o uso da internet por parte da população mundial. A propagação desta importante ferramenta de comunicação e o desenvolvimento de outras tecnologias ajudaram a aumentar o contato entre diferentes povos e tornar as distâncias físicas mais curtas¹².

A economia mundial, que já passava por um processo de transformação, estava tornando-se cada vez mais globalizada com a expansão do capitalismo financeiro e com a internacionalização da produção (um produto consumido em um país era desenvolvido em vários países do mundo. Várias corporações “migraram” para países do terceiro mundo, integrando todas as regiões mundiais à economia global). Todos estes fatos, entre outros caracterizam a chamada globalização. Esta seria uma “interdependência acelerada entendida como a intensificação do entrelaçamento entre economias e sociedades nacionais, de tal modo que os acontecimentos de um país têm impacto direto em outros” (FONSECA, 2007, p. 1).

Ana Carolina Evangelista (2006) classifica em três etapas a formação da chamada Sociedade Civil Global. A primeira é caracterizada pelo grande envolvimento de ONGs nas Conferências da ONU. Segundo a autora, a partir daí o número de ONGs cadastradas e que participam de eventos paralelos aos da ONU aumentou muito. O chamado “terceiro setor” serve tanto para fazer pressão nos governantes como para atuar em áreas onde o governo não atua. Um bom exemplo de ONG com atuação na política mundial é o Greenpeace, organização ambientalista que luta contra a destruição do meio ambiente internacional e utiliza muito a mídia para divulgar suas ações.

A segunda etapa é caracterizada pelos movimentos antiglobalização. Os protestos destes grupos, principalmente em Seattle em 1999, ganharam muito destaque na mídia mundial devido ao grande número de participantes e aos violentos confrontos com a polícia. Estes grupos criticam os efeitos negativos da globalização neoliberal, principalmente no chamado “terceiro mundo”, tais como miséria, desemprego, destruição do meio ambiente, violações dos direitos humanos etc. Esses movimentos, que formam uma pequena oposição e resistência ao processo de globalização, são parte constitutiva do próprio fenômeno (Gomez apud EVANGELISTA, 2006), pois a sua atuação e mobilização foi possibilitada

¹² O desenvolvimento das telecomunicações favoreceu o encurtamento das distâncias físicas. Nos anos 90 era muito comum brasileiros indo trabalhar no exterior. Para se comunicarem com as famílias que ficavam no Brasil, o acesso à internet era uma forma mais barata e prática de estabelecer o contato social. As telecomunicações também ajudaram na mobilização a nível mundial dos movimentos sociais. Um bom exemplo é o do movimento zapatista do México, que será abordado ainda neste capítulo.

principalmente com o desenvolvimento dos meios de comunicação e difusão de informações, principalmente a internet.

Sobre o uso da internet por movimentos antiglobalização, vale à pena citar o caso do movimento zapatista. Segundo Downing (2002), o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) na véspera do começo de 1994, quando o México ingressaria no NAFTA, tomou o controle de gabinetes municipais de quatro cidades do Estado de Chiapas. Segundo o autor, as reivindicações dos zapatistas foram obtidas pelo semanário mexicano *La Jornada*, que o reproduziu na internet. Esse documento foi traduzido para vários idiomas e chegou às mãos de jornalistas, acadêmicos e ativistas dos direitos humanos ao redor do mundo. Dessa forma, o EZLN conseguiu chamar a atenção da mídia convencional que passou a publicar notícias e reivindicações dos manifestantes. Neste caso, observamos que o uso da internet ajudou a difundir os efeitos negativos que a globalização gerava em “grupos minoritários” de países pobres. Downing ainda afirma que a internet foi importante para divulgar as causas zapatistas, mas principalmente por estabelecer um “vínculo virtual” com a sociedade civil a nível mundial, que acompanhava de maneira ativa as relações entre o governo mexicano e os zapatistas. Se não houvesse este “público” internacional, é bem provável que o EZLN tivesse sido suprimido logo nos seus primeiros anos (DOWNING, 2002).

A respeito dos protestos de Seattle em 1999, ocorreu um fato interessante (já analisado no capítulo 1) envolvendo o importante veículo de comunicação norte-americano *The New York Times*. Durante os protestos, de acordo com Edward Herman e Noam Chomsky (2003), um artigo do *The New York Times* noticiou que os manifestantes haviam agido com violência contra policiais e delegados. Dias depois, o jornal publicou uma retratação dizendo que as afirmações eram falsas. Os autores ainda ressaltam que a grande mídia norte-americana, tais como NBC, ABC, CBS, o *The New York Times*, a CNN e o *Washington Post* ignoraram o relatório da ACLU: American Civil Liberties Union¹³ que afirmava que a ampla maioria dos protestos era pacíficos, diferente da atuação policial. Analisando estes episódios de acordo com a ideia chomskyana de manipulação da mídia, é conveniente afirmar que este comportamento é explicado pela relação dos grandes veículos de comunicação com o setor empresarial e com o governo. Durante os protestos antiglobalização em Seattle, foi criado o site *The Independent Media Center*¹⁴ (www.indymedia.org), que segundo seus criadores, tinha o objetivo de divulgar a visão dos manifestantes e dos movimentos sociais.

¹³ União Norte-Americana dos Direitos Cíveis. Tradução nossa.

¹⁴ Centro de mídia independente. Tradução nossa.

Uma terceira etapa que caracteriza a formação da chamada sociedade civil global é a formação de um bloco mundial anti-hegemônico formado por diversos grupos, movimentos sociais e ONGs para discutir um “outro mundo”. Vale ressaltar que o fenômeno da globalização também contribuiu muito com a formação a âmbito mundial de uma sociedade civil mobilizada, pois o desenvolvimento das telecomunicações ajudou muito no diálogo entre grupos de diferentes países.

De acordo com o pensamento de Cox, essa sociedade civil global é um espaço de contestação da hegemonia dominante e construção de uma ordem alternativa. Com base nessa ideia, Silva (2005, p. 265) afirma que: “A transformação somente emergirá se a hegemonia for contestada. O lócus para tal seria a sociedade civil, uma vez que iniciativas contra-hegemônicas devem desafiar a hegemonia a fim de que surja um bloco alternativo”.

A realização dos Fóruns Sociais Mundiais pode ser vista como iniciativa na tentativa de construção de um espaço para debater novas ideias que solucionem os problemas do mundo, criando assim um bloco alternativo. Porém, estes eventos acontecem no máximo uma vez por ano e o tempo é muito curto. Muitos dos grupos participantes comunicam-se entre si e articulam suas ações pela internet. O Greenpeace é um exemplo peculiar, pois além de utilizar muito a internet para divulgar suas causas e ações, ele visa chamar a atenção também dos meios de comunicação tradicionais, sempre utilizando protestos criativos que pretendem chamar a atenção da mídia convencional.

A descrição de Evangelista (2006) da chamada sociedade civil global mostra que existe certa “oposição” à nova ordem, inaugurada nos anos 1990 e marcada pelo fenômeno da globalização. É importante lembrar que uma das consequências da globalização, a difusão da internet, ajudou a mobilizar movimentos sociais para atuar no âmbito global. O desenvolvimento da internet também ajudou a criar um espaço para que estes grupos criassem “mídias alternativas” para divulgar suas ideias e ações (o Greenpeace e o EZLN exemplificam bem essa relação). Porém, a chamada mídia convencional ainda é a maior responsável por fornecer informações à maioria da população mundial. Como Downing (2002) relatou, mesmo criando uma rede de comunicação alternativa pela internet, o movimento zapatista precisou utilizar a “mídia empresarial” para difundir sua causa antiglobalização para a maioria da população mexicana e mundial.

2.2 O CONTEXTO HISTÓRICO PÓS 1989

A partir das reflexões sobre a "Nova Ordem Mundial", mostraremos agora o contexto e os principais eventos históricos da década de 1990. É importante descrevê-los, pois no terceiro capítulo analisaremos a cobertura de uma parte da mídia dos Estados Unidos (artigos do jornal *The New York Times*) sobre estes episódios, a partir da ideia do modelo teórico chomskyano do consenso fabricado.

A queda do Muro de Berlim é considerada o símbolo do Fim da Guerra Fria (embora ela tenha acabado oficialmente em 1991 com a desintegração da URSS). O bloco socialista já vinha enfrentando crises internas desde o começo da década de 1980 e "ruiu" no começo dos anos 90 (HOBSBAWM, 1995).

Este episódio não representou apenas a reunificação da Alemanha, mas principalmente uma ampla reconfiguração da Ordem Global e das Relações Internacionais. Desde 1945 a política mundial era regida sob as bases da bipolaridade capitalismo-socialismo, que influenciou as principais tomadas de decisões dos estadistas e diplomatas de todos os países do globo (entre as opções disponíveis estavam a adesão ao bloco capitalista, ao bloco socialista ou então a neutralidade, embora essa terceira opção seja um pouco discutível, pois muitos países que se auto declaravam "neutros" politicamente, estavam dependentes economicamente dos Estados Unidos ou de seus principais aliados). A partir de 1989 essa velha estrutura bipolar começava a ruir e as mudanças que vieram originaram um novo cenário em que deixaram de existir as pressões por alinhamentos ideológicos que até então definiam as relações internacionais e as políticas estatais (PECEQUILO, 2003).

No cenário internacional pós-Guerra Fria, os Estados Unidos se tornaram a única potência mundial com amplo poder militar, político e econômico. As antigas potências europeias França e Inglaterra, conseguiram se recuperar dos imensos prejuízos causados pela Segunda Guerra Mundial, entretanto, apenas gozavam de um status regional (porém, ambas possuem armas nucleares). O fim da União Soviética deu origem (ou trouxe de volta) a vários Estados. Entre eles estava a Rússia, que havia herdado grande parte das estruturas da antiga potência socialista (incluindo um imenso arsenal nuclear).. Vale ressaltar a ascensão da China no cenário internacional. Contudo, nenhum destes Estados detinha tanto poder como os Estados Unidos, que entraram nos anos 90 como a "potência vencedora".

Nos anos 90 também ganharam mais destaque na chamada "agenda internacional" temas como a questão ambiental, direitos humanos (estas importantes questões já eram discutidas no âmbito da política mundial, com a realização de diversas conferências e

convenções. Porém, sempre ficavam em segundo plano e eram tratadas como “embates” do conflito bipolar) e os efeitos negativos da globalização nos campos culturais, sociais e econômicos.

Eric Hobsbawm (1995) afirma que o medo do holocausto nuclear, originado pelas inúmeras guerras do século XX e uma possível Terceira Guerra Mundial entre as potências havia diminuído. De fato, é muito difícil imaginar que ocorresse no mundo pós-1989 um conflito bélico de proporções mundiais semelhantes ao de 1939-1945, devido à superioridade militar dos Estados Unidos e a intensificação do processo de interdependência global. Porém, a ameaça nuclear não desapareceu completamente, pois o número de ogivas nucleares nas mãos de alguns Estados ainda é grande, (Vale ressaltar que a Índia, Paquistão, Israel e Coreia do Norte também possuem armas nucleares, o que coloca estes países em outro patamar de análise na política internacional). Na visão do autor, após 1989, os meios de destruição foram democratizados (HOBSBAWM, 1995). Essa ideia parece explicar o medo da Comunidade Internacional de que mais países ou grupos terroristas tenham acesso à tecnologia de produção de energia nuclear e que possam desenvolver armas de destruição em massa

Os primeiros acontecimentos internacionais dos anos 90 mostraram que, mesmo com a impossibilidade de ocorrência de guerras entre as principais potências, o fenômeno da guerra não tinha desaparecido. As Guerras da Bósnia, do Golfo (que será analisada com maior detalhe), de Kosovo e vários conflitos na África mostram que esta ação política tão frequente na história mundial continuaria ocorrendo e poderia ser motivada por outros motivos além dos ideológicos: étnicos, religiosos, ambições territoriais etc. Outro assunto que ganhou ampla relevância nas relações internacionais nesta época foi a ascensão do Fundamentalismo Islâmico.

Sobre este último assunto, vale ressaltar que durante a Guerra Fria, o mundo árabe foi arena de disputa entre Estados Unidos e União Soviética. Em determinado momento, alguns países (como o Egito) se puseram a seguir uma espécie de “nacionalismo independente” e um alinhamento à URSS (na lógica da Guerra Fria, de oposição aos Estados Unidos). Todavia, os Estados Unidos sempre tiveram mais influência na região. De acordo com Rashid Khalidi (2011), durante a Guerra Fria, os Estados Unidos consideravam os países árabes aliados como “defensores da democracia e liberdade”. A ideia que o autor propõe é que mesmo após a Guerra Fria, os Estados Unidos mantêm as mesmas políticas de aliança com a maioria dos regimes árabes para assegurar seus interesses na região, o que pode ser entendidos com a questão energética. O Oriente Médio concentra grande parte das reservas de petróleo do mundo, que são vitais para o funcionamento da economia mundial.

O terrorismo islâmico tem como um dos seus fundamentos a “Guerra Santa”, e veem os Estados Unidos e seus aliados como “infiéis”. Seu ato mais simbólico foram os atentados contra as torres gêmeas do World Trade Center em 11 de setembro de 2001 (que será analisado com maior detalhe a seguir, a partir de uma perspectiva crítica).

A partir de agora descreveremos os quatro eventos políticos que serão relatados nos artigos do The New York Times e analisados a partir do modelo teórico da fabricação do consenso e do conceito de hegemonia da Teoria Crítica de Cox.

2.3 A GUERRA DO GOLFO

A invasão iraquiana ao Kuwait e o posterior ataque dos norte-americanos e aliados foi o primeiro grande conflito com relevância no cenário internacional após a queda do muro de Berlim em 1989. De acordo com Cristina Pecequillo (2003) o Iraque invadiu o Kuwait com base em reivindicações territoriais e com a possibilidade de aumentar o controle das reservas de petróleo no Oriente Médio.

Tendo como base uma análise da corrente realista clássica desta situação, não era interessante o Iraque romper o equilíbrio de poder da região, pois passaria a ameaçar diretamente os interesses soberanos dos seus vizinhos. Para evitar a emergência de uma potência regional na região do Golfo que “ameaçasse” os interesses ocidentais na região, os Estados Unidos e seus aliados atacaram o Iraque em 16 de janeiro de 1991. A superioridade bélica dos Estados Unidos e aliados logo destruiu o poderio iraquiano.

Analisando a Guerra do Golfo com base na Teoria Crítica, podemos afirmar que os Estados Unidos e seus aliados invadiram o Iraque para manter o domínio sobre uma região muito estratégica para a economia mundial. O petróleo é um produto muito importante para a maioria das atividades econômicas globais. As principais potências ocidentais temiam que Saddam Hussein controlasse grande parte das reservas de petróleo, pois isso daria imensos poderes de barganha ao ditador iraquiano¹⁵.

Entretanto, para justificar a invasão, os EUA afirmavam “defender” a “democracia” e a “liberdade”. Michael Hardt e Antonio Negri (2001) trabalham com o conceito de “Guerra

¹⁵ Havia um medo de que Saddam Hussein pudesse invadir também a Arábia Saudita. Se isso acontecesse, o então líder iraquiano controlaria cerca de 40% das reservas de petróleo do mundo (MILLER, MYLROIE, 1990).

justa”, no qual, quando um Estado se vê diante de uma ameaça de agressão, que pode por em risco sua integridade territorial ou sua independência política, tem um direito à guerra.

Teoricamente a Guerra do Golfo não foi uma ameaça direta à integridade territorial e política norte-americana. Porém, esta foi justificada como a “defesa da liberdade e da democracia na Nova Ordem Mundial”. Como já explicitamos anteriormente, a grande ameaça era que um único Estado concentrasse grande parte das reservas petrolíferas do mundo e ameaçasse os interesses ocidentais.

Noam Chomsky (1996) ressalta que os Estados Unidos tinham a opção de utilizar a diplomacia para solucionar a questão, porém, preferiram a ação militar. A Guerra do Golfo também pode ser vista como uma forma de mostrar a hegemonia norte-americana no pós-Guerra Fria, onde ameaças ao equilíbrio de poder e a estabilidade mundial não seriam toleradas. Neste caso, os Estados Unidos encaixar-se-iam como a “polícia do mundo” (HARDT, NEGRI, 2001).

É importante mencionar que Saddam Hussein não foi derrubado do poder. De acordo com Noam Chomsky (1996), mantê-lo no poder seria mais interessante para os interesses da Turquia, Arábia Saudita e dos Estados Unidos, pois ele manteria o país “unido” e controlaria o equilíbrio na região¹⁶.

Segundo Chomsky (1996), mesmo com Saddam Hussein se mantendo no poder, o Iraque não escapou da punição (a população iraquiana, além de ter sofrido imensamente com os bombardeios da coalizão ocidental, ainda foi vítima de um rigoroso embargo econômico que trouxe imensos prejuízos socioeconômicos para essa população¹⁷).

A cobertura da mídia norte-americana no conflito foi inovadora. O canal de televisão CNN muitas vezes mostrava ao vivo os ataques aéreos das forças norte-americanas e aliadas e exibia entrevistas com os principais comandantes das operações. Entretanto, segundo Mattelart (1994), a imprensa que cobria o conflito sofreu uma espécie de “censura militar”. E, como ocorreu no Vietnã, a televisão foi muito mais uma seguidora (do exército dos Estados Unidos) do que uma formadora de opinião. Esta ideia pode ser entendida pela postura seguida

¹⁶ Segundo Noam Chomsky, mesmo durante os bombardeios da coalizão liderada pelos Estados Unidos ao Iraque, Saddam Hussein reprimiu violentamente os protestos xiitas e curdos. Manter o ditador iraquiano no poder seria a “melhor solução” para evitar que a região enfrentasse instabilidade política. Saddam Hussein manteria o Iraque “unido” por meio da força e do terror e reprimiria as manifestações étnico-religiosas dos curdos e xiitas. Isso interessava diretamente à Turquia, que possui uma população curda vivendo em seu território e da Arábia Saudita.

¹⁷ Chomsky afirma que o embargo contra o Iraque deixou o poder de Saddam inalterado, causando muito mais baixas civis do que o próprio bombardeamento. O autor ainda acrescentou que as sanções tem causado mais mortes entre crianças e estão levando a população a um estado de pobreza cada vez maior.

por muitos repórteres, que seguiam diretamente os passos dos militares das forças da coalizão e acompanhavam ao vivo aos ataques aéreos contra as forças iraquianas.

Em uma Guerra, é muito difícil que os jornalistas consigam seguir uma “objetividade” (um dos preceitos do bom jornalismo) devido às dificuldades de obter outra fonte que não fosse a militar e também conseguir ouvir a versão dos iraquianos da Guerra.

Noam Chomsky (1996) trás a reflexão de três jornais de países do “terceiro mundo” sobre a Guerra do Golfo. O jornal *Times Of India* (apud CHOMSKY, 1996) afirmava, entre outras coisas, que a conduta das potências ocidentais tem revelado os lados mais ásperos da civilização ocidental: seu apetite irrestrito pelo poder, sua mórbida fascinação pela força militar de alta tecnologia, sua insensibilidade a culturas “estranhas”.

Sobre o “fascínio mórbido pela força militar de alta tecnologia”, Mattelart (1994) afirma que na Guerra do Golfo houve uma espécie de “exaltação estética da Guerra”, com a mídia (principalmente a norte-americana) valorizando muito os armamentos tecnológicos e as operações táticas. De acordo com o autor, não houve um debate profundo na mídia norte-americana sobre a “ética” desta nova guerra eletrônica, uma verdadeira exibição do potencial tecnológico do Ocidente (MATTELART, 1994).

2.4 ANÁLISE DO FENÔMENO DO TERRORISMO

O terrorismo como objeto de pesquisa é muito amplo e complexo. Embora não seja o nosso foco de pesquisa neste projeto, é impossível não analisar o terrorismo islâmico, pois os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center e ao Pentágono foram importantes acontecimentos históricos no período de análise deste trabalho (1991-2003), e que influenciaram na geopolítica global. Nosso intuito neste trabalho é o não aprofundamento deste tema e a explicação de forma mais precisa sobre o terrorismo islâmico, as consequências que os ataques terroristas causaram e a relação que os grupos terroristas têm com a mídia.

2.4.1 O TERRORISMO ISLÂMICO E A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

Noam Chomsky (2001, p. 104), baseado na definição de terrorismo do Departamento de Defesa dos Estados Unidos afirma que o terrorismo é: “o uso calculado da violência ou da

ameaça da violência para atingir objetivos políticos, religiosos ou ideológicos, em sua essência, sendo isso feito por meio da intimidação, coerção ou instilação do medo”.

Os atentados terroristas às torres gêmeas do World Trade Center e ao Pentágono foram acontecimentos históricos nas relações internacionais. Desde 1812 os Estados Unidos não sofriam um ataque tão devastador dentro do seu território¹⁸. Os ataques terroristas causaram grande comoção na população norte-americana e no resto do mundo, devido ao grande número de baixas civis. Muitos questionavam-se sobre o motivo de tanto ódio e destruição que prejudicavam principalmente civis inocentes. Octavio Ianni (2004, p. 224-225) afirma:

Em um instante, no centro da maior potência mundial, dois de seus mais notáveis símbolos são agredidos e desmoronam, arruinados. Em um instante, o poder econômico e o poder militar, compreendendo o monopólio da exploração e o monopólio da violência, são postos em causa, deixando de ser intocáveis. São as duas principais alavancas da supremacia das elites governantes e classes dominantes norte-americanas no mundo. Simbolizam as teias, redes ou sistemas com os quais essas elites e classes se associam com elites governantes e classes dominantes da maioria das nações do mundo. Nesse sentido é que o mundo assiste atônito e assustado, surpreendido e fascinado, o desabar de dois pilares do neoliberalismo e do ocidentalismo, isto é, do capitalismo.

As imagens dos aviões sequestrados foram transmitidas inúmeras vezes nos mais diversos canais de comunicação dos Estados Unidos e do mundo. O segundo ataque de outro avião sequestrado foi transmitido ao vivo para o mundo, assim como o posterior desabamento das torres gêmeas, o que contribuiu para aumentar o clima de tensão e revolta.

Sobre a relação entre terrorismo e mídia, Wainberg (2005, p. 63) ressalta que “esse fenômeno social e político do terror não ocorreria, se não fosse também, e em essência, um fenômeno comunicacional”. O autor defende a ideia de que o fenômeno do terrorismo moderno “necessita” da cobertura da mídia para que suas mensagens sejam enviadas e seus objetivos possam ser alcançados. Um destes objetivos seria o de criar um clima de terror e medo entre a população civil. Segundo Wainberg, este clima negativo faz com que a população perca a confiança de que seus líderes são capazes de fornecer segurança, abalando assim a relação entre governantes e governados.

¹⁸ Noam Chomsky defende a ideia de que desde a chamada Segunda Guerra de Independência dos Estados Unidos, na qual os ingleses conseguiram chegar até Washington e queimar vários prédios públicos, obrigando o então presidente James Madison a fugir da capital, os Estados Unidos não eram atacados dentro do seu território. Chomsky também menciona o ataque japonês a Pearl Harbor, mas ressalta que na Segunda Guerra Mundial apenas duas colônias norte-americanas foram atacadas e não o território (CHOMSKY, 2005).

A ideia de que o terrorismo precisa da mídia para divulgar suas causas pode ser percebida nos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. De acordo com Wainberg, o segundo avião demorou alguns minutos para atingir a segunda torre do World Trade Center para que a mídia pudesse fazer boas imagens do ato.

Sobre os ataques de 11 de setembro, Octavio Ianni (2004, p. 230) descreve uma possível relação entre os ataques terroristas e a produção cinematográfica de Hollywood:

As cenas de catástrofe que ocorre em Nova York, quando desabam as torres gêmeas do World Trade Center, impressionam inclusive pela semelhança com cenas de filmes de catástrofes. Uma parece reprodução, imitação ou continuação da outra. Uma é o produto de um ataque terrorista, ao passo que a outra é o produto da indústria cultural, na qual germina a cultura do terrorismo.

Após os atentados, no decorrer da cobertura da mídia, a personificação do terror foi sendo construída ao longo das transmissões. Vídeos de Osama Bin Laden, ex-guerrilheiro islâmico treinado pela CIA¹⁹ para lutar contra os soviéticos que invadiram o Afeganistão na década de 1980, foram divulgados, no qual ele e a sua organização terrorista, a Al Qaeda assumiram a autoria dos ataques. Este grupo terrorista já havia atacado o mesmo World Trade Center em 1993 e as embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia em 1998. Além de no ano 2000 ter destruído parte de um navio militar norte-americano no Iêmen, matando 17 militares norte-americanos.

Mas o que poderia ter motivado uma ação tão extrema? Em um período de imensa gravidade e tensão social e emocional é muito difícil que os governantes, grande parte da população e a maioria dos meios de comunicação não sejam influenciados por sentimentos de ódio e vingança, que inviabilizam uma compreensão mais precisa desta complexa questão. O que se viu após os atentados terroristas foi uma furiosa resposta militar a um país miserável (Afeganistão) que supostamente dava refúgio a Osama Bin Laden. Em breve esta questão será melhor analisada.

Nesta monografia tentaremos explicar de forma breve, a partir do pensamento crítico, principalmente o de Noam Chomsky, os atentados terroristas de 11 de setembro como uma espécie de “reação” à política externa dos Estados Unidos nos países árabes.

O Oriente Médio e o Norte da África (onde se encontram o maior número de países islâmicos do mundo) sempre foram objeto de disputa das potências ocidentais, devido aos recursos naturais e a posição estratégica. Esta disputa se intensificou quando foram descobertas grandes reservas de petróleo na região.

¹⁹ Central Intelligence Agency. Central de Inteligência norte-americana. Tradução nossa.

Durante a Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética disputaram a influência na região. Washington sempre teve mais êxito nesta “guerra ideológica”. Para que seus interesses fossem mantidos, o governo norte-americano sempre apoiou monarquias e ditaduras (KHALED, 2011). Muitos destes governos eram impopulares e corruptos²⁰.

Este fato influenciou muito a retórica de grupos radicais islâmicos que viam os Estados Unidos como o “grande satã” que roubava o petróleo árabe e trazia a miséria para grande parte da população destes países. Outro fato importante que contribuiu para aumentar a imagem negativa dos Estados Unidos em grande parte do chamado mundo árabe foi o grande apoio que Washington prestou na criação do Estado de Israel e nas guerras que este travou contra os países árabes²¹.

A forma como o governo norte-americano vem tratando a questão palestina ao longo de mais de meio século também ajudou a aumentar o ódio acirrado dos grupos radicais islâmicos contra os Estados Unidos. De acordo com Noam Chomsky (2004), os Estados Unidos classificavam as ações militares de Israel como “retaliação” aos atentados terroristas de grupos palestinos. Vale mencionar que o governo israelense sempre reagiu com extrema violência aos protestos palestinos (a proporção de mortes sempre foi maior do lado palestino).

Como já foi descrito acima, o apoio a regimes árabes e a presença militar norte-americana nestes países também contribuiu para aumentar a retórica anti-EUA de grupos radicais islâmicos. Segundo Noam Chomsky (2005), Osama Bin Laden em diversas entrevistas a canais de comunicação do ocidente afirmava que os Estados Unidos ocupavam a Arábia Saudita, o Egito e outros países árabes. Um dos principais objetivos da Al Qaeda é “expulsar” os norte-americanos da Arábia Saudita, onde se encontra a cidade de Meca, sagrada para os muçulmanos. A respeito de Osama Bin Laden, Chomsky (2005, p. 69) escreve:

Ele clama pela derrubada dos regimes brutais e corruptos compostos de gângsteres e torturadores, e ao fazer isso seu apelo repercute muito amplamente, assim como a sua indignação contra as atrocidades que ele, e muitos outros, atribuem aos EUA. [...] Enfrentando corajosamente os opressores, que são figuras muito reais, Bin Laden pode tornar-se um herói, mesmo que suas ações prejudiquem a maioria pobre. E, se os EUA tiverem êxito em matá-lo, ele poderá se tornar ainda mais poderoso como mártir, cuja voz continuará a ser ouvida nas fitas cassetes que estão em circulação e em outros recursos.

²⁰ A grande desigualdade social e a luta por mais democracia estão motivando vários protestos populares em vários países árabes.

²¹ Até hoje os EUA dão grande apoio financeiro e ajuda militar a Israel. Segundo o Jornalista da BBC Brasil, Paulo Cabral (2006), os Estados Unidos dão todos os anos uma ajuda financeira de 3 bilhões de dólares a Israel.

Para muitas pessoas os ataques terroristas de 11 de setembro podem parecer um acontecimento isolado de violência e destruição. Contudo, é provável que o terrorismo tenha alguma relação com a disputa pelo poder em escala nacional e mundial (IANNI, 2004). O autor afirma que o terrorismo parece ser o “último recurso” de grupos radicais para tentar difundir suas mensagens.

A ideia defendida por Noam Chomsky e Octavio Ianni é a de que o terrorismo islâmico é uma forma de “reação” às políticas norte-americanas para com os países e a população árabe, onde Washington sempre apoiou regimes (a maioria vistos como impopulares e corruptos pelos grupos islâmicos e por grande parte da população) como forma de garantir seus interesses na região. Como estes grupos não podem enfrentar o gigantesco poder bélico dos Estados Unidos, utilizam ataques terroristas para difundir suas mensagens e conquistar mais apoio das populações dos países árabes e de “voluntários” à causa da Guerra Santa.

O onze de setembro de 2001 representou uma nova configuração da política internacional, colocando novamente a questão da segurança mundial em maior destaque perante outros temas (direitos humanos, questão ambiental). A partir desta data, a maior potência mundial, sob o comando de George W. Bush, começaria a sua chamada “Guerra ao Terror” e a caçada ao novo inimigo número um dos Estados Unidos: Osama Bin Laden. Os efeitos dos ataques terroristas passaram a ditar a política de segurança dos Estados Unidos, a chamada Doutrina Bush²² na qual Washington passaria a intervir militarmente em países que pudessem ameaçar a segurança norte-americana.

2.5 A “GUERRA JUSTA” CONTRA O AFGANISTÃO

Após os ataques terroristas de 11 de setembro, o governo norte-americano formulou novos argumentos políticos para a intervenção em outros países. Noam Chomsky (2004) classifica um destes argumentos como uma “Guerra Justa”, na qual Washington poderia

²² Em setembro de 2002 o governo norte-americano lança a “estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos”, também conhecida como “Doutrina Bush”. Esta estratégia apresentava as principais diretrizes políticas que passariam a ser seguidas após os atentados terroristas de 11 de setembro. Segundo esta doutrina, os Estados Unidos poderiam intervir militarmente em um país que pudesse ameaçar sua segurança nacional, mesmo sem este país ter lançado um ataque. Essa estratégia ficou conhecida como “Guerra preventiva” e foi uma das justificativas para a invasão do Iraque.

intervir militarmente contra países que supostamente abrigavam terroristas e financiavam suas atividades, colocando em perigo a segurança dos Estados Unidos.

Os bombardeios e operações militares no Afeganistão, que começaram no dia 7 de outubro de 2001, foram justificados pelo fato do regime do Talibã supostamente possuir ligações com terroristas da Al Qaeda e “abrigar” Osama Bin Laden. O depoimento do diretor do FBI, Robert Mueller, em 2002, em uma comissão do senado demonstra esta nova política de segurança: “os investigadores crêem que os ataques de 11 de setembro ao World Trade Center e ao Pentágono foram ideia dos líderes da Al Qaeda no Afeganistão” (Mueller, 2002 apud CHOMSKY, 2004).

Noam Chomsky traz um argumento jurídico de Christopher Greenwood (2002 apud CHOMSKY, 2004) para justificar uma invasão norte-americana ao Afeganistão. Ele afirma que os Estados Unidos têm o direito de “legítima defesa” contra “aqueles que causaram ou ameaçaram causar morte e destruição”. Frank Schuller e Thomas Grant (2002 apud CHOMSKY 2004) justificam uma intervenção militar a partir de um princípio de proporcionalidade, no qual, segundo estes autores, os valores chaves da sociedade norte-americana, tais como “liberdade de busca de auto-aperfeiçoamento em uma sociedade pluralista por meio da economia de mercado” foram atingidos durante os ataques de 11 de setembro por “agressores com ortodoxia moral divergente da do ocidente”, já que o “Afeganistão é um país que ficou do lado do agressor, os Estados Unidos poderiam justificada e moralmente recorrer à força contra o Talibã”.

Sobre os ataques terroristas de 11 de setembro e a ofensiva militar norte-americana no Afeganistão, Octavio Ianni (2004, p. 227) escreve:

O que se apresentou de início como um “ataque terrorista” logo se revela um ato político da maior importância, desdobrando-se em um processo político de ampla envergadura, compreendendo a guerra e a coalizão de países contra o terrorismo; a mobilização da máquina de guerra da mais poderosa nação do mundo contra a mais débil nação do mundo; a pretexto de combater o terrorismo mobilizando o terrorismo de Estado. Em poucos dias, praticamente o mundo todo se viu direta e indiretamente envolvido na guerra pela “justiça infinita” e “liberdade duradoura”, contra as nações classificadas pelas elites governantes e classes dominantes norte-americanas e de outras nações da coalizão como pertencentes ao “eixo do mal”.

A coalizão militar liderada por Washington contou também com a ajuda da Aliança do Norte, grupo de oposição ao regime do Talibã. Devido à superioridade militar, em pouco mais de um mês, no dia 12 de novembro, Cabul foi tomada pelas forças aliadas. Como aconteceu na Guerra do Golfo, o gigantesco poderio bélico dos Estados Unidos derrotou rapidamente os fracos inimigos. A partir deste período teve início a tentativa dos Estados

Unidos de tentar “construir” uma democracia no Afeganistão, contemplando as diferentes tribos e etnias. A incessante procura a Osama Bin Laden e aos principais líderes da Al Qaeda segue até hoje. Todavia, o grande líder terrorista ainda não foi encontrado²³.

Noam Chomsky (2004) e Octavio Ianni (2004) argumentam que os bombardeios norte-americanos ao Afeganistão com a justificativa de “enfraquecer” a Al Qaeda e o Talibã, podem ser vistos como terrorismo de estado, devido aos imensos prejuízos civis que ocasionam.

A Guerra ao Afeganistão pareceu ter inaugurado a nova diretriz da política externa dos Estados Unidos, que em 2002 ficaria conhecida como “Doutrina Bush”. Esta afirmava que Washington tinha o direito de usar todo o seu poder militar para combater terroristas que ameaçassem a segurança norte-americana e do mundo²⁴. O conceito de “guerra preventiva” defendia que o governo norte-americano poderia agir militarmente diante de uma suspeita de ameaça por outro país. A Guerra do Iraque, que será analisada a seguir, é um exemplo concreto desta nova política de segurança.

A respeito da cobertura da mídia deste evento, podemos dizer que aconteceu algo semelhante à Guerra do Golfo, onde Armand Mattelart (1994) afirmava haver uma verdadeira exibição do potencial tecnológico do Ocidente. Onde muitas vezes a mídia transmitia ao vivo os bombardeios aéreos no território afegão. Ainda seguindo o pensamento do autor, grande parte dos veículos de comunicação dos Estados Unidos e do mundo, assim como na Guerra do Golfo, sofreu uma espécie de “censura militar”.

Como já foi colocado anteriormente, em um conflito internacional é muito difícil que a mídia seja totalmente objetiva e imparcial. E na grande maioria das vezes acaba servindo de “porta-voz” das ações militares do país agressor, no caso os Estados Unidos. O relato do jornalista português Carlos Fino (2003) parece mostrar a tendência que a mídia segue em uma guerra. O autor relata que, quando a invasão norte-americana já era dada como certa, grandes veículos de comunicação mundial mandaram seus correspondentes para a cidade de Khoja Bahaudin, que fazia fronteira com o Tajiquistão e era controlada pela Aliança do Norte. De acordo com o relato do jornalista, esta cidade era uma espécie de “acampamento” da imprensa mundial, na busca por informações da guerra que naquele momento já era dada como certa.

²³ Na noite de primeiro de maio de 2011 o presidente Barack Obama anunciou a morte do terrorista Osama Bin Laden, depois de quase 10 anos de busca. Porém, segundo alguns especialistas, a suposta morte do líder da Al Qaeda não vai mudar as táticas de grupos terroristas. Segundo o sociólogo Antonio Jorge Ramalho (2011), a morte de Bin Laden foi apenas uma batalha em uma “guerra vencida” pelos terroristas.

²⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u185.shtml> acessado em 25/04/2011 às 19:16.

Carlos Fino ainda relata que houve um predomínio de informações e entrevistas contadas a partir do lado norte-americano. Devido às dificuldades de se chegar a Cabul (pelos perigos da guerra) a busca por depoimentos dos líderes do Talibã ficou seriamente comprometida. Essas informações mostram que na cobertura de uma guerra, grande parte da mídia acaba se “posicionando” ao lado do mais forte e refletindo o seu ponto de vista do conflito.

2.6 A GUERRA DO IRAQUE

Após os ataques aéreos, a invasão e a derrubada do regime do Talibã no Afeganistão, o Iraque parecia ser o “próximo alvo” da ofensiva norte-americana na chamada “Guerra ao Terror”. O lançamento da Doutrina de Segurança Nacional (também conhecida como Doutrina Bush) em setembro de 2002, e as crescentes acusações proferidas por George W. Bush davam indícios de que uma ofensiva militar contra o Iraque estava a caminho.

Segundo essa doutrina, os Estados Unidos tinham o direito de intervir militarmente contra países que supostamente financiavam e abrigavam grupos terroristas que pudessem ameaçar a segurança norte-americana. Esta doutrina justificava a chamada “guerra preventiva”, onde Washington atacaria um país suspeito de financiar o terrorismo e produzir armas de destruição em massa antes que este pudesse realizar alguma ação concreta contra os Estados Unidos.

No discurso proferido em 17 de setembro de 2002, George W. Bush conclamava uma “luta pela liberdade e democracia” contra as tiranias do mundo. De certa forma, o argumento de defender a democracia foi utilizado como justificativa para invadir o Iraque (no capítulo 3, nos artigos analisados fica subentendida esta ideia). Entretanto, a suposta produção de armas de destruição em massa foi o principal argumento para justificar a guerra.

Vale mencionar que o governo Bush interpretou de forma equivocada o artigo 51 da Carta das Nações Unidas de 1945. Este documento afirmava (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945 apud PINHEIRO, 2009):

Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Segundo Leandro Pinheiro (2009), a Carta prevê a necessidade da ocorrência de um "ataque armado" contra um membro da ONU, para que seja justificado o uso da legítima defesa. O autor ressalta que os Estados Unidos defenderam a ideia de não ser necessário a existência de um ataque armado para que se justifique a legítima defesa. De acordo com o governo norte-americano, esta "legítima defesa" pode ser aplicada também nos casos em que algum país adote políticas armamentistas que possam colocar em risco a paz e a segurança mundial.

Esta interpretação distorcida do artigo 51 da Carta das Nações Unidas deu uma suposta legitimidade para os Estados Unidos invadirem o Iraque. Porém, baseado na descrição do artigo 51, mesmo que o Iraque pudesse representar uma ameaça real à segurança do mundo, os Estados Unidos não poderiam intervir unilateralmente antes da decisão do Conselho de Segurança da ONU, que deveria decidir em conjunto sobre o impasse.

Porém, o governo Bush não esperou um pronunciamento do Conselho de Segurança da ONU e decidiu atacar o Iraque antes que os inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica pudessem produzir provas concretas se o regime de Saddam Hussein produzia ou não armas de destruição em massa. Este episódio mostra que a "Nova Ordem Mundial" proclamada pelo então presidente George Bush em 1991 de "fortalecimento do multilateralismo" não passaria de mera retórica em um mundo dominado pelas relações de poder.

É importante lembrar a relação de Bagdá com Washington antes do fim da Guerra Fria. Noam Chomsky (2004) ressalta que nos anos 80 Saddam era um grande aliado da Casa Branca. Porém A "boa relação" entre Bagdá e Washington se deteriorou após a invasão iraquiana ao Kuwait motivada pelas ambições de Saddam Hussein. Após este episódio, George Bush declarou guerra ao Iraque em nome da "democracia e liberdade".

O jornalista português Carlos Fino (2003) constata que após a crise do petróleo na década de 70, o dinheiro do chamado "ouro negro" propiciou um grande desenvolvimento do Iraque nesta década. O jornalista ainda acrescenta que foi desenvolvida uma boa infra-estrutura: aeroportos, redes de água e saneamento, telefones, eletrificação, hospitais etc. Além da erradicação do analfabetismo e a criação de sistemas de educação pública e saúde gratuitos.

Porém, na opinião do jornalista, este grande desenvolvimento econômico pareceu ter "despertado" as ambições iraquianas de potência regional. As guerras do Irã e do Golfo e o embargo econômico imposto após 1991 destruíram grande parte destas conquistas.

Noam Chomsky (2004) traz alguns argumentos de especialistas em segurança nacional e relações internacionais contrários à guerra. Chomsky relata que o diretor da CIA, George Tenet, enviou uma carta ao presidente do Comitê de Inteligência do Senado, senador Bob Graham, descrevendo que, embora fosse pouco provável que Saddam desse início a uma operação terrorista com armas convencionais, químicas ou biológicas que pudesse dispor, a probabilidade passaria a ser “bastante alta” em caso de ataque norte-americano.

Chomsky ainda traz o argumento de uma publicação internacional de inteligência militar que dizia: “Atacar o Iraque pode intensificar o terrorismo islâmico ao invés de reduzi-lo” (2004, p. 145).

Estas opiniões contrárias à intervenção militar no Iraque parecem reforçar os argumentos de Noam Chomsky de que o terrorismo islâmico contra os Estados Unidos é uma consequência de sua política externa.

Como já era previsto, estas opiniões de especialistas e os numerosos protestos em várias partes do mundo não evitaram o ataque ao Iraque. Como na Guerra do Golfo, a guerra de 2003 foi um verdadeiro massacre. Carlos Fino (2003) noticia que em um ponto o embargo econômico contra o regime de Saddam foi eficaz: o exército iraquiano ficou muito enfraquecido e com equipamentos ultrapassados. Logo, o significado da palavra guerra poderia ser até questionado tamanha a superioridade bélica dos Estados Unidos diante do fraco exército iraquiano. Em 15 de abril, menos de um mês do seu início, a Guerra foi dada como terminada pelos membros da Coligação. A partir daí, como ocorreu no Afeganistão, os Estados Unidos e seus aliados tentaram “democratizar” o Iraque, através da implementação de um governo que fosse constituído pelas diversas tribos, etnias e grupos religiosos. O antigo ditador, Saddam Hussein ficou foragido durante alguns meses, mas foi capturado em 13 de dezembro de 2003 e posteriormente foi julgado e condenado à morte por um tribunal iraquiano.

Sobre o comportamento da mídia nesta guerra, Fino (2003) relata que muitos veículos de comunicação de várias partes do mundo se hospedaram em hotéis no centro da capital Bagdá (Carlos Fino e o cinegrafista Nuno Patrício chegaram a Bagdá em 27 de janeiro de 2003), a fim de realizar uma cobertura mais precisa do conflito que se aproximava. As presenças de correspondentes internacionais da *RTP* e de outras tantas redes importantes (*CNN*, *BBC*) parece demonstrar o poder que a mídia tem em um conflito armado na atualidade, no qual a cobertura jornalística da imprensa internacional poderia abrir espaço para o ponto de vista do regime de Saddam Hussein e mostrar as possíveis atrocidades da guerra para a chamada “opinião pública mundial”.

A descrição destes eventos parece ilustrar a chamada “Nova Ordem Mundial”, na qual uma coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos “defenderia a liberdade e a democracia mundial”, além de combater grupos terroristas e países que financiam e apoiam esta atividade. No próximo capítulo, mostraremos os artigos do jornal *The New York Times* referentes a estes eventos e faremos uma análise crítica baseada no modelo da fabricação do consenso de Chomsky e Herman (2003) e no conceito de hegemonia da Teoria Crítica de Cox.

3 APLICAÇÃO DO MODELO TEÓRICO DO CONSENSO FABRICADO NA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS

Neste capítulo analisaremos com maior detalhe a cobertura da mídia norte-americana de quatro eventos políticos relevantes no contexto histórico analisado neste trabalho (1991-2003): A Guerra do Golfo, os ataques terroristas de 11 de setembro, a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque. Os argumentos de Noam Chomsky e o conceito de hegemonia da teoria crítica de Robert Cox serão utilizados neste capítulo para a interpretação do conteúdo dos artigos. As escolhas dos artigos e notícias foram feitas a partir de uma pesquisa realizada na página eletrônica do jornal *The New York Times*, no qual os critérios para a escolha dos artigos foram a data da publicação (próxima ou não do dia de ocorrência dos eventos analisados), título do artigo (se mencionava termos como Guerra do Golfo, ataques terroristas, Guerra ao Terror, etc.), análise do conteúdo dos artigos (ver se tinha relevância com o objetivo da monografia) e os autores da publicação (neste trabalho, foi dada preferência pela escolha de jornalistas. Porém, em um artigo da Guerra do Afeganistão consideramos a opinião de um acadêmico). Vale ressaltar que traduzimos os trechos originais de acordo com a nossa opinião. Caso o leitor queira ler os artigos originais, estes serão disponibilizados em anexo, no final do trabalho.

Vale lembrar que a análise das notícias foi feita a partir do modelo teórico de Noam Chomsky e Edward Herman (2003). O quinto filtro adaptado, combate ao terrorismo e a governos hostis, será o mais relevante para a análise da relação entre a política externa e a mídia norte-americana. Vale ressaltar que no modelo original de Noam Chomsky e Edward Herman, o quinto filtro era chamado: o anticomunismo como mecanismo de controle, onde segundo os autores, o mecanismo de controle anticomunista se difundia pelo sistema para exercer uma profunda influência sobre a mídia de massa.

Para analisar os eventos da chamada “Nova Ordem Mundial”, onde o comunismo sucumbiu como grande “inimigo público”, o quinto filtro foi adequado neste trabalho para explicar com mais coerência o cenário internacional, onde o combate ao terrorismo e a governos hostis que supostamente apoiam grupos terroristas e produzem armas atômicas é o grande inimigo norte-americano.

3.1 ARTIGOS SOBRE A GUERRA DO GOLFO

Neste tópico analisaremos dois artigos sobre a Guerra do Golfo e uma análise do jornalista Tom Gibb, sobre um fato referente a essa guerra. O primeiro artigo da jornalista Jane Gross descreve a reação da população norte-americana às primeiras notícias da guerra. O segundo artigo de Philip Shenon trata das estratégias militares utilizando alta tecnologia contra as forças de Saddam. O tópico especial, de Gibb, mostra o comportamento de uma repórter do canal *CNN* sobre um episódio referente a um bombardeio que envolveu um civil iraquiano.

3.1.1 JANE GROSS (1991): *WAR IN THE GULF: AMERICANS' REACTION; ANXIOUS NATION, DRAWN TOGETHER FOR SUPPORT, EXHIBITS A QUIET PRIDE*²⁵

O artigo publicado em 18 de janeiro de 1991, pela jornalista do *The New York Times* Jane Gross, relata a reação da população norte-americana quanto à Guerra do Golfo que havia começado há pouco tempo.

No primeiro parágrafo, a autora já descreve o comportamento de parte da população dos Estados Unidos em relação às primeiras operações militares no Iraque: “Sobered by the hail of missiles on Israel but proud in a subdued way about America's early military success in the Persian Gulf, men and women around the nation drew close yesterday on the first full day of war.”²⁶

Gross relata que, após os primeiros ataques, a população dos Estados Unidos acordou na manhã seguinte com boas notícias: “for the moment to be a job well done, a huge air attack against Iraq that Pentagon officials said destroyed important targets and cost only one American life in the first 24 hours.”²⁷

²⁵ “Guerra no Golfo: Reação norte-americana; nação ansiosa, se unem para apoiar, exibem um certo orgulho”. (Tradução nossa)

²⁶ “Contidos pela “aclamação” de mísseis em Israel, mas orgulhosos em um domínio do recente sucesso militar no Golfo Pérsico, homens e mulheres ao redor da nação se aproximaram ontem no primeiro dia de guerra”. (Tradução nossa).

²⁷ Pelo momento de ser um trabalho bem feito, oficiais do Pentágono disseram ter destruído importantes alvos em um grande ataque aéreo contra o Iraque e que custaram apenas uma vida norte-americana nas primeiras 24 horas”. (Tradução nossa).

Esta descrição da jornalista parece mostrar certo otimismo que parte da população norte-americana carregava com as operações militares: “Mr. Aberg, like so many Americans, was “real proud and relieved that things seem to be going so well militarily.”²⁸

Este outro trecho demonstra o clima de incertezas que os habitantes dos Estados Unidos carregavam: hora otimismo, hora medo que “aproximaram” estas pessoas em um ato de simbolismo, onde estas doaram sangue para mandar para os combatentes no Iraque:

From the morning of optimism to the evening of fear, Americans came together in a search for community, flocking to houses of worship to pray and to blood banks to send solace to the troops in a most basic and symbolic way. Searching for meaning, they vented a jumble of emotions to radio talk show hosts and lifelong friends. And searching for information, they snatched newspapers off the stands as fast as they were delivered and stayed close to their television sets.²⁹

Neste trecho, a jornalista relata que o então presidente Bush havia “ganhado prestígio” ao autorizar as operações militares pouco tempo depois de acabar o prazo do ultimato dado pela ONU ao Iraque: “President Bush quickly won high praise for directing the swift and sure attack, starting just 17 hours after the United Nations deadline for Iraq to withdraw from Kuwait or face the threat of military action.”³⁰

No seu artigo, Gross também menciona certo medo entre a população pelo fato das operações militares no território Iraquiano poderem “trazer” ataques terroristas no território norte-americano: “Dread that the military situation could suddenly sour was accompanied by fear that terrorist attacks could bring the war to America, a concern that for now is outpacing reality”.³¹

Esta preocupação também é relatada quando a jornalista notícia que o governo norte-americano havia emitido sinal de alerta sobre a possibilidade de ocorrência de ataques

²⁸ “Senhor Alberg, como outros tantos norte-americanos estava realmente orgulhoso e aliviado de que as coisas pareciam estar indo bem militarmente”. Tradução nossa.

²⁹ “Da manhã de otimismo até a tarde de medo, os norte-americanos vieram juntos em uma busca por comunidade (solidariedade), indo até casas de oração rezar, doar sangue e enviar consolo às tropas no jeito mais básico e simbólico. Procurando por significados, eles desabafaram uma mistura de emoções aos programas de rádio anfitriões e aos “amigos vitalícios”. E procurando por informações, pegaram jornais das bancas o mais rápido que eles chegaram e ficaram perto das transmissões de suas televisões.” (Tradução nossa)

³⁰ “O Presidente Bush rapidamente ganhou alto prestígio por direcionar as operações e autorizar os ataques, começando apenas 17 horas após o ultimato que as Nações Unidas havia dado ao Iraque para se retirar do Kuwait ou enfrentar a ameaça de uma intervenção militar”. Tradução nossa.

³¹ “O medo de que a situação militar pudesse de repente- piorar- estava acompanhado pelo temor que ataques terroristas poderiam trazer a guerra para os Estados Unidos, uma preocupação que por agora não encontra lugar na realidade.” Tradução nossa.

terroristas no território dos Estados Unidos, incluindo aeroportos: “In recognition of the threat of terrorism, military bases across the nation have been put on high alert.”³²

Esse clima de medo e preocupação é um dos efeitos que um ataque terrorista, ou a ameaça de ocorrência gera na população de um país que pode sofrer atentados. Para Zimbardo (apud WAINBERG, 2005, p. 64-65), “o terrorismo, ao visar ao impacto psicológico, busca atormentar a população civil tornando-a vulnerável, ansiosa, confusa, incerta e desesperançada”. Embora neste exemplo do artigo a população iraquiana é que deveria ter este tipo de medo por causa do poderio militar norte-americano, a população dos Estados Unidos carregava estes sentimentos de ansiedade por medo de Saddam ou algum outro grupo fundamentalista islâmico lançar represálias contra a população norte-americana, por causa da guerra contra o Iraque.

Gross também noticia que uma parte da população norte-americana protestava contra a Guerra do Golfo, com a descrição de um religioso que lembrava das tragédias da Guerra do Vietnã:

"When the bombing started, I felt the electricity and nostalgia of opposing a war," said Rabbi Michael Paley, the director of the Earl Hall Center for Religious Life at Columbia University in New York. "But today it hit me: this is a real war out there. People will die. I'm older than I was in the Vietnam War. There was a momentary exhilaration Wednesday, but nostalgia is short lived."³³

No fim do capítulo, Gross (1991) descreve a sensação das pessoas entrevistadas quanto ao primeiro dia de operações militares contra Saddam Hussein e menciona a chamada “Nova Ordem Mundial”, discutida com maior detalhe no segundo capítulo desta monografia: “The thoughts and feeling of this first day of war would likely stay with them forever, the men and women interviewed said, since this was certain to be one of those events that marks the end of an old era and the start of a new one.”³⁴

Este artigo que acabou de ser resumido descreve a reação dos moradores dos Estados Unidos quando se depararam com as primeiras notícias da Guerra do Golfo que havia acabado

³² “Em reconhecimento da ameaça de terrorismo, bases militares nacionais colocaram-se em alerta máximo”. (Tradução nossa).

³³ “Quando os bombardeios começaram, eu senti a eletricidade e nostalgia da oposição à guerra”. Disse Rabbi Michael Paley, o diretor do “Earl Hall Center for Religious Life” da Universidade de Columbia em Nova Iorque. “Mas isso me tocou: esta é uma guerra real lá fora. Pessoas vão morrer. Eu estou mais velho do que na Guerra do Vietnã. Havia um momento de alegria na quarta, mas a nostalgia estava viva”. Tradução nossa.

³⁴ “As opiniões e sentimentos deste primeiro dia de guerra parecia que ficaria com eles para sempre. Os homens e mulheres entrevistados disseram, desde que este parecia ser um dos eventos que marcam o fim de uma era e o começo de uma nova.” (Tradução nossa).

de começar. Segundo Gross (1991), a população norte-americana estava em certa medida “otimista” e com receios quanto às consequências desta guerra.

A partir de uma análise crítica, é conveniente afirmar que, de certa maneira, a jornalista norte-americana tentou passar uma ideia de “legitimidade” da população quanto às recentes operações militares. No trecho do primeiro parágrafo (já mencionado e traduzido acima) é possível perceber na descrição da jornalista uma ideia de otimismo que a população tinha quanto ao “sucesso” das operações militares no primeiro dia da Guerra do Golfo.

Em outro trecho é possível encontrar este “apoio” às ações do então presidente George Bush, onde uma pesquisa mostrava um amplo apoio à guerra contra Saddam Hussein:

Early support for the President was evident in a Gallup Poll of 895 Americans, conducted within minutes of Mr. Bush's address to the nation on Wednesday night. Eighty-one percent of those polled said they approved of the way Mr. Bush was handling the situation in the gulf, with 12 percent disapproving.³⁵

Mesmo quando relata os protestos contra a intervenção militar no Iraque, Gross acaba mencionando que alguns norte-americanos estavam “reconsiderando” sua oposição à Guerra do Golfo, onde segundo a jornalista, esta guerra parecia um “momento singular de cooperação internacional”: “While protests continued, some Americans were reconsidering their opposition to the war, in light of what seemed yesterday morning a singular moment of international cooperation.”³⁶

Gross trás o relato de Andrew Dawson, demonstrando que quem é contra a Guerra também pode apoiar a ofensiva militar norte-americana contra Saddam Hussein: “War goes against the most traditional of my feelings. I've never been able to support military action, but something else came over me as I watched this unfold. I'm seeing that a fast and a direct action can save lives.”³⁷

É bem possível que Dawson estivesse “mais confiante” com as operações militares no Golfo pelo fato desta guerra envolver um grande uso de tecnologia, que “diminuiria” as

³⁵ “O apoio mais recente ao presidente estava claro em uma enquete feita com 895 norte-americanos, conduzida em minutos do endereço do presidente Bush até a nação na quarta feira à noite. Oitenta e um por cento dos votantes disseram aprovar o jeito como o Senhor Bush estava conduzindo a situação no Golfo, com doze por cento desaprovando.” (Tradução nossa).

³⁶ “Enquanto os protestos continuavam, alguns norte-americanos estavam reconsiderando a sua oposição à guerra, vendo que ontem de manhã parecia um momento singular de cooperação internacional.” (Tradução nossa).

³⁷ “A guerra vai contra o mais tradicional dos meus sentimentos. Eu nunca fui capaz de apoiar uma ação militar, mas alguma coisa veio sobre mim quando eu olhava esta revelação. Eu estou vendo que uma ação rápida e direta pode salvar vidas.” (Tradução nossa).

chances de bombardear inocentes e aumentaria a eficiência militar. Mesmo se opondo à guerra, o entrevistado sentiu que esta operação “poderia” salvar vidas.

O conceito de hegemonia desenvolvido por Robert Cox explica de forma coerente estes dois últimos relatos. De acordo com este conceito, a hegemonia é uma ordem política pouco contestada e aceita de maneira consensual (SILVA, 2005). No seu artigo, é possível entender que Gross tenta passar uma mensagem de “legitimidade” do uso do poderio bélico contra outro país ao público leitor, mostrando que até mesmo um cidadão que se opõe à guerra se torna “confiante” quanto à efetividade das operações militares dos Estados Unidos no primeiro dia de combate.

Neste artigo também é possível encontrar a ideia de “fascínio mórbido pela força militar de alta tecnologia” usada pelas forças armadas norte-americanas na Guerra do Golfo. (MATTELART, 1994). Neste trecho é perceptível a “admiração” em relação ao uso da tecnologia na guerra:

“Hours earlier, on a day that began with almost smug admiration for the efficiency, precision and technological aplomb of the early bombing runs, Mr. Aberg, like so many Americans, was "real proud and relieved that things seem to be going so well militarily.”³⁸

As ideias de Hardt e Negri (2001) sobre os Estados Unidos como a “polícia do mundo” e mantenedor da paz e da ordem mundial podem ser visualizadas neste trecho:

“A similar hope for a new world order was expressed by Mike Houghton of Alexandria, Va., a manager of international corporate relations at Bell Atlantic.” “What is really good to see is all the countries banding together,” Mr. Houghton said, before the attack on Israel. “Often the United States takes the peacekeeping role and gets criticized for it. But we're all in this together and that's a good sign. It's not an Arab-Western war, as Saddam Hussein likes to paint it. It's an aggressor versus a peacekeeping force.”³⁹

A respeito desta última citação, é possível aplicar o terceiro filtro do modelo teórico de Chomsky e Herman (2003), buscando fontes de notícias. Com base na ideia deste modelo,

³⁸ “Horas antes, em um dia que começou com uma quase orgulhosa admiração pela eficiência, precisão e ousadia tecnológica dos primeiros bombardeios, Senhor Aberg, como tantos outros norte-americanos, estava realmente orgulhoso e aliviado de que as coisas pareciam estar indo tão bem militarmente.” (Tradução nossa).

³⁹ “Uma esperança similar por uma nova ordem mundial estava expressa por Mike Houghton de Alexandria, um diretor de uma corporação internacional de relações na “Bell Atlantic”. “O que é realmente bom ver todos os países atuando juntos,” disse o Senhor Houghton antes do ataque a Israel. “Com Frequencia os Estados Unidos toma o papel de mantenedor da paz e é criticado por isso. Não é uma guerra contra o povo árabe, como Saddam gosta de deixar claro. É um agressor contra uma força de manutenção da paz.” Tradução nossa.

Gross procurou dar mais “credibilidade” ao seu artigo citando a fonte de um diretor de uma corporação internacional, que dava legitimidade à atuação externa dos Estados Unidos contra o Iraque.

Ainda utilizando o modelo chomskyano de análise da mídia norte-americana, a partir da aplicação do quinto filtro, combate ao terrorismo e regimes hostis, podemos afirmar que Gross reproduziu a ideologia do governo norte-americano que se tornaria mais forte principalmente após os atentados de 11 de setembro. No artigo a jornalista menciona o medo que muitos cidadãos norte-americanos tinham de que a Guerra do Golfo “produzisse” ataques terroristas no território dos Estados Unidos.

3.1.2 PHILIP SHENON (1991) *WAR IN THE GULF: WAR NOTEBOOK; AIR FORCE MAKES THE KILLING METHODICAL*⁴⁰

O artigo produzido pelo correspondente do jornal *The New York Times*, Philip Shenon, em 13 de fevereiro de 1991 faz um relato de uma estratégia militar que estava sendo desenvolvida pela força aérea norte-americana para “destruir metodicamente” as forças iraquianas. Além de relatar todo o poderio bélico usado pelos EUA na guerra.

Este trecho do artigo explica esta nova estratégia: “to make the destruction of Iraqi forces much more methodical than it had been in the early days of the war. As Iraqi tanks, artillery positions and other targets are destroyed in one box, allied squadrons move on to another”⁴¹.

O jornalista ainda relata que, dias antes desta nova estratégia militar, pilotos norte-americanos estavam reclamando sobre bombardeios ineficientes. Este trecho mostra a opinião do piloto:

Before the change several days ago, American airmen complained that they were wasting time, and putting their lives needlessly at risk, searching for targets in areas that had already been heavily bombed. “We’re starting to see miles of blackened earth and bomb craters,” an American pilot said.⁴²

⁴⁰ “Guerra no Golfo: “computador de guerra”; Força aérea realiza mortes metódicas.” (Tradução nossa).

⁴¹ “Para fazer a destruição das forças iraquianas muito mais metódica do que foi nos primeiros dias de guerra. Com os tanques iraquianos, artilharia posicionada e outro alvos destruídos dentro de uma “caixa”, os esquadrões aliados movem-se para outra.” (Tradução nossa).

⁴² “Antes da mudança há alguns dias atrás, os pilotos norte-americanos reclamaram que eles estavam perdendo tempo, e colocando suas vidas em risco sem necessidade, procurando por alvos em áreas que já haviam sido

O artigo continua relatando as estratégias das forças militares norte-americanas. No trecho a seguir, Shenon descreve todo o poderio do tanque de guerra M- 60: “They will be the first to pass through deadly minefields, the first to try to overcome a firestorm of artillery, the first to confront a line of deep Iraqi trenches”.⁴³

Shenon também relata a opinião de militares norte-americanos sobre como seriam as suas primeiras experiências na zona de guerra. O Sargento McDuffie, 26 anos de idade afirmava: "A lot of smoke. A lot of fire. Mass hysteria. Something I could never even imagine".⁴⁴

O correspondente também traz a opinião da Capitã Jessie Morimoto, sobre o que ela pensava se passar na mente de Saddam Hussein: "His army is sitting down here and getting slaughtered, and there's nobody to save them except him," she said. "He has an army that is very, very vulnerable."⁴⁵

Shenon também descreve o trabalho de Morimoto como o de “escolher” onde as bombas norte-americanas seriam lançadas. Este trecho demonstra a opinião da militar: “She said the large-scale bombing of Iraqi positions had had an undeniable effect on the tactics of Iraqi soldiers. Front-line troops, she said, had stopped acting as an organized army, with organized tactics.”⁴⁶

O artigo de Philip Shenon foi escrito poucos dias antes do término da Guerra do Golfo (terminaria em 28 de fevereiro de 1991). No começo do artigo, é possível notar que o correspondente do jornal the New York Times escreve da Arábia Saudita, onde foi “fixada” a sede da imprensa para cobrir a guerra.

Neste artigo é possível notar a descrição do poderio bélico das forças armadas norte-americanas para combater os inimigos iraquianos. Como já foi mencionado no capítulo 2, é possível notar uma espécie de “fascínio mórbido pela força militar de alta tecnologia” e uma “exaltação estética da Guerra” (MATTELART, 1994) na descrição de Shenon. Onde o

bombardeadas. “Nós estamos começando a ver milhas fumaça negra e crateras causadas por bombas,” disse um piloto norte-americano.” (Tradução nossa).

⁴³ “Eles serão os primeiros a passar por campos minados, os primeiros a tentar superar a tempestade de tiros da artilharia, os primeiros a enfrentar as profundas linhas das trincheiras iraquianas.” (Tradução nossa).

⁴⁴ “Muita fumaça, muito fogo, histeria em massa. Algo que eu nunca poderia imaginar.” (Tradução nossa).

⁴⁵ “Seu exército está “tendo baixas” aqui e sendo massacrado, e não há ninguém para salva-lo exceto ele,” disse ela. “ele tem um exército muito, muito vulnerável.” (Tradução nossa).

⁴⁶ “Ela disse que a longa escala de bombardeios nas posições iraquianas teve um efeito incontestável nas táticas dos soldados iraquianos. As tropas da linha de frente, ela disse, interromperam as ações como um exército organizado, com táticas organizadas.” (Tradução nossa).

correspondente internacional acaba se portando como o “porta-voz” das forças armadas norte-americanas

Tendo como base uma análise baseada na Teoria Crítica, podemos afirmar que o jornalista, na sua descrição do poderio militar dos Estados Unidos, acabou fazendo uma espécie de “propaganda” da máquina de Guerra norte-americana. A reportagem parece passar uma mensagem de “efetividade” quanto às operações de guerra que estavam sendo travadas em território iraquiano. Esta ideia fica bem clara na parte (já traduzida) que relata que as táticas das forças militares norte-americanas estavam enfraquecendo as operações do exército iraquiano.

Neste artigo não é possível fazer uma aplicação eficaz do quinto filtro adaptado do modelo teórico de Chomsky e Herman (2003). Contudo, antes mesmo deste período, Noam Chomsky (2004) já falava que durante a década de 1980 o presidente Ronald Reagan já mencionava a “guerra contra o terrorismo” que seria patrocinada pela então inimiga União Soviética. Neste artigo não foi encontrada nenhuma menção a uma ligação de Saddam com o terrorismo. Porém, a Guerra do Golfo foi entendida como uma luta pela “defesa da democracia e liberdade” no mundo, o que seria uma premissa da política externa dos Estados Unidos na “nova ordem mundial” (PECEQUILLO, 2003).

3.1.3 TÓPICO ESPECIAL: ANÁLISE DE UM RELATO DE UM JORNALISTA

Este tópico se baseará na análise do relato do jornalista inglês e correspondente internacional da BBC no Brasil, Tom Gibb (2003) sobre o comportamento de uma âncora do canal de televisão norte-americano *CNN*.

Em relação à Guerra do Golfo, Gibb (2003, p. 41-42) descreve:

A ideia de que baixas civis eram simplesmente uma triste, mas inevitável consequência, foi mostrada nas redes norte-americanas em particular. Kyra Phillips, âncora da CNN, entrevistou, no dia 16 de abril, o médico de um menino de 12 anos chamado Ali que foi levado ao Kuwait depois de ter perdido seus braços, seus pais, seu irmão e sete outros membros de sua família por causa de bombas norte-americanas e britânicas. Dr. Imad AL-Najada explicou que, embora Ali estivesse muito grato pelo seu tratamento, ele disse que tinha esperança de que nenhuma outra “criança na guerra tivesse de sofrer o que ele sofreu”. Phillips pareceu chocada pela aparente inabilidade de Ali em entender que os assassinos de sua família estavam apenas tentando ajudar. “Doutor, ele entende por que esta guerra aconteceu? Foi explicado a ele o significado da Operação de Liberdade do Iraque? Ele entende isso?”

A partir da aplicação do modelo teórico de Edward Herman e Noam Chomsky, este relato do Jornalista Tom Gibb mostra como a jornalista da *CNN* “incorporou” a ideologia do governo norte-americano, na defesa da “liberdade” e “democracia” na região do Golfo. Sobre o relato, é possível dizer que a jornalista não deu a importância devida ao imenso sofrimento causado ao jovem iraquiano pelos bombardeios da coalizão liderada pelos Estados Unidos. Com base nesta descrição, podemos afirmar que o sofrimento da população civil iraquiana ficou em segundo plano e que mesmo sendo triste, era “necessário” para assegurar a “defesa” da liberdade e da democracia na região do Golfo.

3.2 ARTIGOS SOBRE OS ATAQUES TERRORISTAS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001

Neste tópico analisaremos dois artigos referentes aos atos terroristas de 11 de setembro de 2001. O primeiro artigo é do jornalista Adam Clymer. Esse foi publicado um dia após os atentados em Nova York e em Washington e mostra as opiniões de ex-militares, políticos e jornalistas sobre os atentados que pararam os Estados Unidos. O segundo artigo foi publicado pelas jornalistas Felicity Barringer e Geraldine Fabrikant, também um dia após os ataques da Al Qaeda. Nesse, as jornalistas relatam a mobilização de vários meios de comunicação para divulgar informações à população referentes aos ataques.

3.2.1 ADAM CLYMER (2001): *A DAY OF TERROR: IN THE CAPITAL; IN THE DAY'S ATTACKS AND EXPLOSIONS, OFFICIAL WASHINGTON HEARS THE ECHOES OF EARLIER ONES*⁴⁷

O artigo publicado no dia 12 de setembro de 2001, pelo jornalista norte-americano Adam Clymer (trabalhou no *The New York Times* até 2003), apenas um dia após os atentados terroristas de 11 de setembro, traz a opinião de ex-veteranos de guerra e de políticos que, ao presenciarem os atos terroristas, lembraram do ataque japonês a base militar de Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941, durante a Segunda Guerra Mundial.

⁴⁷ “Um dia de terror: na capital; no dia dos ataques e explosões, os oficiais de Washington ouvem os ecos dos mais antigos.” Tradução nossa.

Os depoimentos colocados no artigo demonstram um tom de surpresa, indignação e um clima de apreensão quanto aos efeitos psicológicos que estes atos produziram no cotidiano norte-americano. O artigo traz o depoimento de Robert S. Strauss (apud CLYMER, 2001), embaixador e membro do partido democrata compara os episódios de 11 de setembro com os de 7 de dezembro de 1941: "We knew who our enemy was and what we had to do to deal with it. These are uncharted waters for anyone."⁴⁸

Este relato mostra as novas dificuldades do cenário contemporâneo. Não se sabe quando, onde e como os terroristas vão atacar e como combater este tipo de inimigo. A declaração de Benjamin C. Bradlee (apud CLYMER 2001), editor executivo aposentado do jornal *Washington Post*, mostra o clima de incerteza, tensão e medo que os ataques terroristas causaram: "It's like in the Navy, if you were suddenly hit by a torpedo. You have no idea of the extent of the damage. When are we going to know when the attacks are over and the damage control starts?"⁴⁹ Clymer relata que alguns veteranos de Guerra compararam os ataques de 11 de setembro com as bombas em um prédio em Oklahoma, que mataram 168 pessoas.⁵⁰

O jornalista também traz pedidos de retaliações. "It is an act of war,"⁵¹ disse Mr. Michel. De acordo com Clymer (2001), o senador democrata de Vermont, Patrick J. Leahy afirmava: "We should strike back with unbelievable fury."⁵²

Outra declaração também menciona as evidentes consequências que os ataques produziram em território norte-americano: "Mr. Sasser said: 'I don't think this country is going to be the same after this. We're going to lose some of our freedom. We are going to be more security conscious.'"⁵³ Todos estes trechos mostram as consequências dos ataques de 11 de setembro na opinião de veteranos de guerra, políticos e um ex-editor do jornal *Washington Post*.

Tomando como base a aplicação do quinto filtro do modelo teórico de Edward Herman e Noam Chomsky, inevitavelmente o artigo reproduziu o que passaria a ditar a

⁴⁸ "Nós sabíamos onde nossos inimigos estavam e o que nós tínhamos que lhe dar. Estas são águas desconhecidas para qualquer um." (Tradução nossa).

⁴⁹ "É como em um navio, se de repente nós fomos atingidos por um torpedo. Você não tem ideia da extensão do prejuízo. Quando nós vamos saber quando os ataques terminaram e os danos controlados?" (Tradução nossa).

⁵⁰ Vale mencionar que inicialmente foi pensado que este ataque terrorista havia sido executado por algum grupo radical islâmico. Porém, depois foi descoberto que um extremista de direita norte-americano chamado Timothy Mc Veigh havia planejado o ataque que matou 168 pessoas em um prédio do governo federal norte-americano em 1995 (WAINBERG, 2005).

⁵¹ "É um ato de guerra." (Tradução nossa).

⁵² "Nós devemos atacar de volta com uma fúria inacreditável." (Tradução nossa).

⁵³ "O senhor Sasser diz: eu não acho que este país vai ser o mesmo depois disto. Nós vamos perder algo de nossa liberdade. Nós vamos ter mais consciência de segurança." (Tradução nossa).

política externa de Washington a partir daquela data: combater grupos terroristas e lutar contra governos que supostamente financiam estes grupos.

Vale lembrar que este artigo foi publicado um dia após os episódios de 11 de setembro. E a grande maioria das declarações dos políticos e veteranos de guerra pode ter sido captada no mesmo dia dos ataques e publicada no outro dia. Diante de uma tragédia que destruiu parte dos símbolos da hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos no mundo, World Trade Center e Pentágono, fica difícil imaginar que os norte-americanos entrevistados não tenham sido influenciados por sentimentos de vingança, ódio e comoção.

Isso pode explicar um pouco a declaração do senador Leahy, mencionada acima, que já projetava a furiosa ofensiva militar que viria a se tornar realidade. Retomando o conceito de hegemonia da teoria crítica de Cox, podemos afirmar que a retaliação militar é quase uma política incontestada e aceita de maneira quase consensual por parte dos políticos após atentados terroristas. Ainda mais com o histórico norte-americano de “tentar resolver” problemas internacionais a partir de ofensivas militares (Vietnã, Kosovo, Iraque) e a falta de menção no artigo a possíveis tentativas de agir com base no respeito do direito e nas instituições internacionais.

Noam Chomsky (2005) ressalta que, após o atentado terrorista em um prédio em Oklahoma (já relatado acima), muitos pediram que Washington bombardeasse países do Oriente Médio. Mais tarde ficou comprovado que os ataques foram planejados por um militante de direita norte-americano.

Chomsky, ainda afirma que nos anos 80, a Nicarágua agiu politicamente de acordo com os organismos internacionais da ONU para processar os Estados Unidos contra o crime de Terrorismo de Estado contra Manágua nos anos 80. O autor relata que Washington foi condenado por terrorismo, mas muitos políticos menosprezaram a decisão dos tribunais da ONU. Chomsky sugeriu que os Estados Unidos agissem de forma análoga a da Nicarágua para tentar capturar os responsáveis pelos atos terroristas, respeitando o direito internacional. Porém, não foi isso que aconteceu. Um mês e alguns dias após os atentados, tiveram início as operações militares contra o Afeganistão.

Em relação à ofensiva militar ao Afeganistão, Clymer traz a declaração de Leonard Garment⁵⁴ (apud CLYMER, 2001) que dizia: "The country will never be the same. We're into the Taliban century"⁵⁵. É possível dizer que de alguma maneira já esperavam que o regime do Talibã que dominava grande parte do Afeganistão seria “responsabilizado” pelos ataques. No

⁵⁴ Advogado do ex-presidente Richard Nixon.

⁵⁵ “O país nunca mais será o mesmo. Nós estamos entrando no “século do Talibã”.” (Tradução nossa).

próximo tópico de análise, o artigo de Barry Bearak de 12 de setembro, sobre a guerra do Afeganistão, já mencionava a suposta ligação de Osama Bin Laden com o Talibã, que acabou sendo um dos motivos para a intervenção militar no Afeganistão.

Outra declaração de Garment (apud CLYMER, 2001) mostra a relação entre os ataques terroristas e a mídia: “in 1941, the nation could not watch the attack on live television. Now we have the blessing of the tube visited on us, with kind of a grim fascination.”⁵⁶ Sobre esta relação e comparando com o ataque japonês a Pearl Harbor, Wainberg (2005, p. 80-81) afirma:

Essa capacidade de comunicar um fato alarmante ao mundo, ao vivo, no mesmo instante, como foi o ataque de 11 de setembro, é virtude conquistada pelas novas tecnologias de comunicação. Cabe lembrar, para fins comparativos de duas eras, que as fotos do ataque japonês a Pearl Harbor em 1941 foram reproduzidas após mais de uma semana em Nova York e o rádio transmitiu a informação às populações do continente somente 3 horas após a investida dos camikases.

Este último exemplo mostra a rapidez e espontaneidade com as quais a mídia cobriu os atentados terroristas, transmitindo ao vivo ao ataque do segundo avião sequestrado pelos terroristas e o desabamento das duas torres.

3.2.2 FELICITY BARRINGER E GERALDINE FABRIKANT (2001): *A DAY OF TERROR: THE MEDIA; AS AN ATTACK UNFOLDS, A STRUGGLE TO PROVIDE VIVID IMAGES TO HOMES*⁵⁷

O artigo das jornalistas do *The New York Times* Felicity Barringer e Geraldine Fabrikant também publicado em 12 de setembro de 2001 mostra como grandes veículos da mídia reagiram com os ataques. De acordo com as jornalistas, vários meios de comunicação dos Estados Unidos interromperam suas programações para se dedicar exclusivamente à transmissão de notícias referentes aos atentados terroristas e suas consequências na rotina dos norte-americanos. Um exemplo do “trabalho em equipe” de vários veículos de comunicação (alguns como o canal de esportes ESPN e os canais musicais MTV e VH1 também interromperam suas programações para noticiar os ataques) está no trecho destacado:

⁵⁶ “Em 1941, a nação não podia assistir aos ataques ao vivo na televisão. Agora nós temos “a benção” de uma transmissão ao vivo, com uma espécie de estranha fascinação.” (Tradução nossa).

⁵⁷ “Um dia de terror: a mídia; um esforço para fornecer imagens ao vivo aos lares norte-americanos”. (Tradução nossa).

“By noon, all four major television networks had agreed to share video images. By midafternoon, almost all of AOL Time Warner's cable channels, like TBS and TNT, were carrying CNN; Viacom's CBS News feed was being carried by Viacom's music channels, VH1 and MTV; and Peter Jennings of ABC News was appearing not just on his network, but on Disney's ESPN channel and all ABC radio stations. [...] Most of the networks used variations of the title adopted by CNN: America Under Attack.”⁵⁸

Este trecho do artigo mostra como grande parte da mídia reagiu aos atentados terroristas. Ao mesmo tempo que informavam os norte-americanos, todas essas transmissões também produziram os efeitos negativos que os terroristas pretendiam: instalar um clima de pânico e terror entre a população norte-americana. Sobre este possível “efeito negativo” da cobertura da mídia na população, Wainberg (2005, p. 65) relata: “a exposição à televisão nesses dias de intensa crise por várias horas produziu nos telespectadores efeito similar a mencionada “desordem de stress pós traumática”, típica de quem testemunha diretamente os momentos de pânico”.

As jornalistas também relatam que vários jornais importantes, tais como o *The Los Angeles Times*, *The Chicago Tribune*, *The Newark Star-Ledger*, *The Charlotte Observer in North Carolina* publicaram edições especiais tratando dos atentados terroristas.

Barringer e Fabrikant (2001) seguem relatando a cobertura da mídia tradicional dos Estados Unidos e dos impactos que o desenvolvimento das telecomunicações causa no recebimento das notícias por parte dos telespectadores: “The radical changes in the technology of news delivery, however, along with the quality of video imagery gave most of the day's news broadcasts the feeling of an epic disaster movie.”⁵⁹

O artigo também noticiou uma entrevista ao vivo a partir de uma conexão da CNN com o então líder espiritual do Talibã. As jornalistas também mencionam a possível ligação de Bin Laden e o Talibã: “Afghanistan, the country that harbors the headquarters of the accused terrorist, Osama Bin Laden. By evening, the same equipment was showing tracer fire and explosions in Kabul.”⁶⁰

⁵⁸ “Por volta do meio-dia, os quatro maiores canais de televisão tinham concordado em compartilhar vídeos de imagens dos ataques. Pelo meio da tarde, quase todos os canais a cabo da AOL Time Warner, como TBS e TNT, estavam seguindo a CNN; as transmissões da CBS news da Viacom estava fornecendo imagens para os canais de música da Viacom, VH1 e MTV, e Peter Jennings da ABC news estava aparecendo não apenas no seu canal, mas no canal ESPN da Disney e todas as transmissões das estações de rádio da ABC. A maioria das redes usou variações do título adotado pela CNN: America sob ataque.” (Tradução nossa).

⁵⁹ “As mudanças radicais na tecnologia de recebimento de notícias, entretanto, juntamente com a qualidade das imagens de vídeo deram a maioria das transmissões de notícias do dia uma sensação de um épico filme de desastre.” (Tradução nossa).

⁶⁰ “Afeganistão, o país que abriga o quartel do acusado de terrorismo Osama Bin Laden. No começo da noite, o mesmo equipamento estava mostrando traços de fogo e explosões em Kabul.” (Tradução nossa).

Para concluir, as autoras afirmam que em alguns veículos de comunicação a transmissão de comerciais foram suspensas e algumas rádios abriram contato com os telespectadores que quisessem relatar as suas impressões dos ataques de 11 de setembro.

O artigo que acabou de ser brevemente resumido relata o comportamento da grande mídia de massa diante dos ataques terroristas devastadores, que além de destruírem símbolos do poderio norte-americano (IANNI, 2004) e matar muitas pessoas, ainda instauraram um clima de pânico e de terror entre os habitantes dos Estados Unidos. É possível notar como os meios de comunicação tem um papel importante na atualidade, o de levar os fatos em tempo real ao conhecimento dos telespectadores.

Com base na aplicação do quinto filtro do modelo chomskyano de fabricação do consenso, é possível afirmar que no parágrafo abaixo, o artigo reproduziu a ideologia dominante que viria a ser o principal objetivo da política externa dos Estados Unidos após os atentados: Combater os terroristas e os regimes que os apoiam. Nesse parágrafo, as jornalistas relatam:

The only genuinely grainy imagery came from the most advanced and portable equipment: CNN's satellite video phones, which allowed that network alone to televise a news conference with the spiritual leader of the Taliban government in Afghanistan, the country that harbors the headquarters of the accused terrorist, Osama Bin Laden. By evening, the same equipment was showing tracer fire and explosions in Kabul.⁶¹

Nesta descrição, as jornalistas afirmam que o Afeganistão é o país que abriga o centro de operações de Osama Bin Laden. Vale notar que no mesmo dia dos atentados grande parte da imprensa já tratava o Afeganistão como o “culpado” dos atentados terroristas, por ter um regime fundamentalista no poder, o Talibã, que supostamente fornecia abrigo para a Al Qaeda desenvolver suas atividades no território afegão. O fato deste artigo, assim como outros que serão analisados sobre a Guerra do Afeganistão, conter menções do Talibã abrigar Bin Laden, mostra que, de acordo com a visão Chomskyana, já havia um “consenso” de que o Afeganistão seria o primeiro lugar a se procurar pelos terroristas.

De certa forma, é possível que esses trechos que mencionavam a suposta ligação entre Talibã e Bin Laden tenham auxiliado de alguma forma o governo norte-americano a

⁶¹ “A única imagem genuína veio do equipamento portátil mais avançado: O telefone de vídeo via satélite da CNN que permitiram que esse canal transmitisse a entrevista com o líder espiritual do governo do Talibã no Afeganistão, o país que abriga o centro de operações do acusado de terrorismo, Osama Bin Laden. Pelo começo da noite, o mesmo equipamento mostrava traços de fogo e explosões no em Kabul.” (Tradução nossa).

“ganhar legitimidade” perante a chamada opinião pública dos Estados Unidos, em uma intervenção militar no Afeganistão, que um mês depois se tornou realidade.

3.3 ARTIGOS SOBRE A GUERRA DO AFGANISTÃO

Neste tópico analisaremos dois artigos referentes à Guerra do Afeganistão. O primeiro é do jornalista norte-americano Barry Bearak, atual chefe do escritório do *The New York Times* em Johannesburg, África do Sul. Como no último artigo analisado, esse também foi publicado um dia após os atentados terroristas em Nova York e Washington e já mencionava a possível ligação do regime do Talibã com o principal suspeito de ter cometido os atentados terroristas. Osama Bin Laden. O segundo artigo que analisaremos é do cientista político John Mearsheimer (na academia de RI, ele é considerado um autor “neo-realista”). Ele faz uma crítica a algumas operações militares que estavam sendo desenvolvidas no Afeganistão e propõe uma atuação “mais inteligente” para combater o Talibã e a Al Qaeda.

3.3.1 BARRY BEARAK (2001) *A DAY OF TERROR: THE AFGHANS; CONDEMINING ATTACKS, TALIBAN SAYS BIN LADEN NOT INVOLVED*⁶²

O primeiro artigo analisado sobre a Guerra do Afeganistão foi publicado no dia 12 de setembro de 2001 por Barry Bearak, um dia após os atentados terroristas em Nova York e Washington. Bearak afirma que o Talibã, que supostamente abrigava o principal suspeito de coordenar os ataques: Osama Bin Laden, condenou os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono.

Bearak traz no artigo a opinião do então líder supremo do Talibã, Mullah Muhammad Omar, que dizia, através de um porta-voz, condenar os atos terroristas e afirma que Osama não era responsável pelos ataques. Omar (apud BEARAK 2001) ainda diz: We have brought peace to this country and we want peace in all countries.”⁶³

⁶² “Um dia de terror: os afegãos; condenando os ataques, o talibã diz que Bin Laden não está envolvido”. (Tradução nossa).

⁶³ “Nós trouxemos paz para este país e queremos paz em todos os países.” (Tradução nossa)

Bearak coloca outros pronunciamentos do líder espiritual do Talibã Mullah Omar (apud BEARAK, 2001) que dizia: "If we want peace for ourselves, we want peace for others. But such coordinated attacks cannot be carried out by one man or by the Islamic Emirate of Afghanistan."⁶⁴

Bearak afirma que o Talibã reutiliza frases ditas em tempos passados após ataques terroristas. O autor também ressalta que: "The Taliban have consistently refused to surrender Mr. bin Laden, a Saudi, who enjoys the friendship of Mullah Omar as well as the sanctuary of a nation that deems hospitality a sacred duty"⁶⁵.

No fim do artigo, Bearak relata que a Inteligência norte-americana acreditava que havia uma forte relação entre Osama Bin Laden e o Talibã e que o terrorista saudita tinha grande liberdade para se locomover no território afegão.

No artigo produzido por Bearak, é possível notar que de certa forma a mídia norte-americana já buscava encontrar os responsáveis pelos episódios de 11 de setembro.

A partir da aplicação do quinto filtro adaptado do modelo teórico de Chomsky e Herman, é possível afirmar que Bearak de certa maneira reproduziu aos leitores do *The New York Times* a política que seria adotada por Washington, uma espécie de "punição" ao país acusado de supostamente abrigar Bin Laden. O "grau de culpa" atribuído ao Afeganistão pode ser comprovado já no primeiro parágrafo, onde Bearak afirmava que o Talibã abrigava o líder da Al Qaeda e que negava o envolvimento do seu "notório hóspede" nos atentados de 11 de setembro. A "condenação" ao regime do Talibã continua quando Bearak afirma que o talibã estava se "recusando" a entregar Bin Laden e que este tinha liberdade de se locomover pelo território afegão.

É possível compreender esta posição exposta no artigo de tentar "encontrar" logo um culpado pelo ataque, pelo fato de que o artigo foi publicado um dia após o pior ataque sofrido pelos Estados Unidos em seu território⁶⁶.

A "escolha" do Afeganistão como principal suspeito de ser a origem dos ataques pode ser entendida pela relação histórica que Osama Bin Laden teve neste país e pelo fundamentalismo islâmico do regime do Talibã, não visto com bons olhos pela "democracia

⁶⁴ "Se nós queremos paz para nós, nós queremos paz para os outros. Mas estes ataques coordenados não podem ser atribuídos a um homem ou ao Emirado Islâmico do Afeganistão". (Tradução nossa).

⁶⁵ "O Talibã tem constantemente se recusado a "entregar" Bin Laden, um saudita que possui uma relação de amizade com Mullah Omar, assim como reside nesta nação que considera a hospitalidade um dever sagrado." (Tradução nossa).

⁶⁶ Como foi relatado no capítulo 2, Noam Chomsky (2005) afirma que o episódio de 11 de setembro foi o pior ataque em sofrido em território norte-americano. Ele compara este episódio com a Guerra de Independência contra a Inglaterra, onde os ingleses chegaram a incendiar vários prédios públicos e colocado em risco a segurança do então presidente.

ocidental” e pela suposta relação de amizade entre o líder do Talibã, Mullah Omar e o terrorista saudita.

Analisando o último parágrafo do artigo com base no terceiro filtro do modelo teórico de Chomsky e Herman, buscando fontes de notícias, Bearak procurou dar “maior credibilidade” ao seu artigo trazendo a opinião de oficiais da Inteligência dos Estados Unidos, que afirmavam que havia uma forte ligação entre Bin Laden e o Talibã.

No penúltimo parágrafo, Bearak descreve a relação de Bin Laden no Afeganistão, onde este lutou ao lado dos afegãos Mujahedeens (guerreiros) contra os invasores soviéticos. Contudo, o jornalista não mencionou um fato muito importante: Osama Bin Laden havia sido treinado pela CIA para combater os soviéticos.

Sobre este tema, Noam Chomsky (2005, p. 94- 95) afirma:

Os atentados não são uma consequência direta da política americana. Mas, indiretamente são: não há a mínima controvérsia a este respeito. Parece haver pouca dúvida quanto ao fato de os responsáveis virem de uma rede de terrorismo que tem suas raízes nos exércitos mercenários que foram organizados, treinados e armados pela Cia.

Ainda sobre este assunto, o autor relata:

Os Estados Unidos, juntamente com seus aliados, reuniram um enorme exército mercenário, composto talvez de mais de 100 mil homens, arregimentados dos setores mais radicais que puderam encontrar [...] Bin Laden juntou-se a este exército em algum momento dos anos 80 [...] Essas forças lutaram uma Guerra Santa contra os invasores russos. [...] Já em 1989, haviam vencido a Guerra Santa no Afeganistão. Logo que os Estados Unidos estabeleceram uma presença militar permanente na Arábia Saudita, Bin Laden e seus pares anunciaram que, do seu ponto de vista, tal fato se comparava à ocupação do Afeganistão pelos russos, e assim voltaram suas armas contra os americanos.

Com base nesta análise de Chomsky, podemos dizer que Bearak não mencionou um dado importante aos leitores do jornal. Contudo, não é plausível afirmar que Bearak omitiu o fato por vontade própria, simplesmente esqueceu-se ou não conhecia bem a história. Porém, a falta deste dado tirou a possibilidade do público leitor julgar as atrocidades cometidas contra civis inocentes a partir de uma análise crítica dos efeitos da política externa norte-americana no período do final da Guerra Fria.

Todavia, não é coerente afirmar que o jornalista é um “porta-voz” do governo Bush. Já durante os bombardeios ao Afeganistão, Bearak mencionou a questão do sofrimento dos refugiados (BEARAK 2001, apud CHOMSKY, 2005). No qual, como consequência dos bombardeios, a ajuda humanitária ficou muito prejudicada.

Esta análise quebra um pouco a ideia defendida por Chomsky de manipulação do público, onde Bearak, em uma reportagem de outubro, relatou o lado negativo da guerra, com os imensos prejuízos sofridos pelos refugiados. Se ele fosse um “agente do governo”, certamente omitiria este fato. De certo modo, grande parte da mídia já compartilhava ideias da política externa e já faziam um “prenúncio” da invasão ao Afeganistão.

3.3.2 JOHN MEARSHEIMER (2001): *GUNS WON'T WIN THE AFGHAN WAR*⁶⁷

O artigo publicado em 4 de novembro pelo cientista político John J. Mearsheimer trata da análise das táticas militares utilizadas pelo exército dos Estados Unidos no Afeganistão. O autor também faz críticas às operações militares desenvolvidas até aquela data, tais como os crescentes bombardeios e os ataques das tropas terrestres. E propõe uma atuação mais “inteligente” no combate aos terroristas.

Segundo Mearsheimer (2001), estas táticas não oferecem boas opções de combate ao Talibã e a Al Qaeda. De acordo com o autor, um melhor enfoque seria dar ênfase na diplomacia com líderes da etnia Pashtun no centro do país e com os afegãos do sul, completando com a ajuda da inteligência e influência paquistanesa na região. O autor (2001, p. 1) afirma que: “The moment for dramatic demonstration of American military Power has passed. Our resolve must now be expressed through many careful steps, or we will never achieve the victory we seek against Al Qaeda.”⁶⁸

Mearsheimer ressalta que o uso do poder aéreo norte-americano estava limitado, pois havia muitos alvos para atacar em um país como o Afeganistão. Ele também defende a ideia de que os bombardeios, que inevitavelmente causam perdas civis, acabam fortalecendo o apoio ao Talibã dentro do Afeganistão e prejudicando a causa norte-americana (de prender Bin Laden). Sobre os bombardeios e os refugiados, o autor (2001, p. 1) afirma: “This Will only worsen in the coming winter as refugees die from cold and starvation and the American air war is blamed.”⁶⁹

⁶⁷ “Armas não vão ganhar a Guerra do Afeganistão.” (Tradução nossa).

⁶⁸ “O momento para demonstração dramática do poder militar norte-americano havia passado e as nossas determinações deveriam ser expressas a partir de alguns passos cuidadosos, ou nós nunca vamos alcançar a vitória contra a Al Qaeda.” (Tradução nossa).

⁶⁹ “Esses bombardeios vão piorar a situação com a chegada do inverno onde os refugiados morrerão de frio e fome, no qual a guerra aérea norte-americana é culpada.” (Tradução nossa).

Mearsheimer também analisa uma sugestão do então senador John McCain que defendia um aumento no número de combatentes no Afeganistão. O cientista político afirma que se Bush optasse por este caminho, só tornaria a situação pior.

Ele também relembra da resistência afegã à invasão soviética e afirma que os afegãos podem contar com reforços de membros de grupos fundamentalistas islâmicos de outros países. De acordo com o autor, para os Estados Unidos vencerem a guerrilha do Talibã, precisarão realizar táticas brutais, tais como “minar” o apoio dentro e fora do mundo islâmico.

O autor também ressalta que uma grande ocupação no território afegão não seria uma boa tática, pois o território é quatro vezes maior que o Vietnã e sessenta vezes maior que Kosovo. E que o Talibã e a Al Qaeda teriam mais liberdade para agir em outras áreas fora do controle dos Estados Unidos.

Mearsheimer (2001, p. 2) afirma haver pouco sentido em continuar com os bombardeios aéreos e com as forças terrestres no Afeganistão. Ele sugere que a melhor estratégia que os Estados Unidos poderiam seguir era aproveitar o mês sagrado do Ramadã como pretexto para interromper os bombardeios e atuar com diferentes estratégias, como fornecer ajuda humanitária e utilizar rádios para difundir mensagens antitalibã: “[...] dissemination of the America message by radio to Afghans and increase humanitarian AID, particularly to refugees, to break apart the Talibã and replace it with a regime that does not support Al Qaeda [...]”⁷⁰. Mearsheimer defende a tática de enfraquecer o Talibã através do “estímulo” da dissidência dentro deste grupo, oferecendo “subornos” e cargos para membros do Talibã dentro do novo governo.

O cientista político ressalta que o principal alvo é a Al Qaeda e que os Estados Unidos não deveriam descansar até destruir essa organização terrorista. Removendo o Talibã do poder e desencorajando países como a Somália e o Sudão de “abrigar” Osama Bin Laden. O autor diz que a melhor forma de combater a Al Qaeda é agir com inteligência que permitirá ao governo norte-americano localizar os terroristas e utilizar grande poderio na hora e no local certo, protegendo, localizando e premiando os dissidentes que “passarem” para o lado dos “aliados”.

Para concluir, o autor faz uma crítica à ampla utilização da força bélica contra os inimigos. A estratégia sugerida por ele é a de dar ênfase na atuação diplomática e ter cuidado na escolha das operações militares para realizar operações bem sucedidas.

⁷⁰ “Disseminação da mensagem norte-americana pelo rádio aos afegãos e aumentar a ajuda humanitária, particularmente aos refugiados, para quebrar os laços com o Talibã e substituí-lo por um regime que o apoiasse a Al Qaeda.” (Tradução nossa).

Tendo como referência a aplicação do quinto filtro adaptado do modelo teórico de Edward Herman e Noam Chomsky, é plausível afirmar que Mearsheimer reproduziu a ideologia oficial pregada principalmente após os ataques terroristas de 11 de setembro. A mensagem de apoio às ações militares no Afeganistão passada ao público leitor é compreendida por dois motivos: O primeiro é o contexto histórico em que o artigo foi escrito. Menos de dois meses após os ataques terroristas de 11 de setembro, onde o governo Bush ficou “sedento” por vingança e punição aos culpados e já havia iniciado as operações militares contra o Talibã.

Segundo, Mearsheimer é considerado um teórico neorealista, versão renovada do realismo clássico para explicar de maneira mais eficaz a realidade internacional. Esta corrente teórica defende a atuação do “hegemon” para garantir seus interesses no mundo e manter a ordem internacional.

Partindo de uma análise realizada a partir do conceito de hegemonia da Teoria Crítica de Cox, é conveniente dizer que o artigo escrito por Mearsheimer legitima as ações militares no Afeganistão como meio de combater o Talibã e enfraquecer a Al Qaeda.

No entanto, vale ressaltar que, Mearsheimer, de certo modo, fez uma crítica ao grande número de bombardeios aéreos e os classificou como ineficazes no combate a Al Qaeda, propondo uma atuação mais inteligente nas operações militares. O autor também mencionou a questão dos refugiados, sugerindo o aumento da ajuda humanitária para quebrar os “vínculos” do Talibã e da Al Qaeda com a população afegã. Ele também propôs outro meio de atuação, utilizando o rádio para difundir ideias norte-americanas à população afegã⁷¹.

3.4 ARTIGOS SOBRE A GUERRA DO IRAQUE

Neste último tópico analisaremos três artigos referentes à Guerra do Iraque. O primeiro foi assinado pelo “editorial desk”, algo como o editorial do jornal *The New York Times*. Esse foi publicado aproximadamente dois meses e meio após os atentados terroristas. A operação contra o Talibã já havia começado. Nesse artigo é possível encontrar menções à futura invasão norte-americana ao Iraque, para combater o “cruel ditador”. O segundo artigo que analisaremos foi publicado em janeiro de 2003 pelo jornalista Nicolas D. Kristof, e

⁷¹ Sobre a utilização do rádio para difundir mensagens políticas, Wainberg (2005) trás o exemplo da estratégia do Aiatolá Khomeini, que durante a revolução islâmica, difundia gravações de fitas cassetes com mensagens anti-ocidentais contra a monarquia do Xá Reza Pahlevi.

mencionava as possíveis consequências negativas de uma invasão ao Iraque. O terceiro artigo foi produzido pelo jornalista Thomas L. Friedman. Esse se caracterizou por uma análise distinta da invasão ao Iraque que naquela época (janeiro de 2003) já era bem concreta. Friedman olhou o impasse pela questão do petróleo. Contudo, também mencionou a atuação externa dos Estados Unidos explicada pelo quinto filtro adaptado de Noam Chomsky e Edward Herman.

3.4.1 EDITORIAL DESK (2001): *THE WRONG TIME TO FIGHT IRAQ*⁷²

O primeiro artigo que será analisado neste trabalho é de 26 de novembro de 2001. Nesta data, os Estados Unidos já tinham iniciado a ofensiva militar contra o regime do Talebã e a incessante procura ao líder da Al Qaeda Osama Bin Laden no Afeganistão. O artigo foi escrito e assinado pelo “editorial desk”, algo como a redação do jornal *The New York Times*.

Neste artigo, o editorial analisa com sucesso a ofensiva militar no Afeganistão. Porém, faz a ressalva de que combater o Iraque naquele momento não seria muito eficaz. O autor afirma que primeiramente é preciso consolidar o combate à Al Qaeda e prender os principais líderes terroristas que atuam no Afeganistão. Este trecho do artigo mostra a opinião do jornal a respeito de Saddam Hussein: “The world would be a safer place with Mr. Hussein's cruel dictatorship removed.”⁷³ (2001, p. 1)

O artigo também ressalta que uma ofensiva contra o Iraque talvez “enfraqueceria” a coalizão internacional de combate ao terrorismo no Afeganistão e que a chamada “opinião pública” dos países árabes não aprovaria uma intervenção militar contra Saddam Hussein. O artigo também faz uma espécie de “prenúncio” do que viria a ser o problema enfrentado pelos norte-americanos no Iraque. O editorial do jornal afirma que a queda de Saddam Hussein representaria uma fragmentação de poder, devido às várias etnias presentes no Iraque, e isso, na opinião dos autores, favoreceria a influência de países como o Irã. Por fim, o editorial sugere que Washington continue fazendo pressão econômica e política contra Bagdá e que apoie e fortaleça a oposição política ao regime iraquiano.

É possível notar neste artigo vários elementos da política externa dos Estados Unidos. O primeiro é o de lutar contra regimes “hostis” aos interesses norte-americanos na

⁷² “A hora errada para combater o Iraque.” (Tradução nossa).

⁷³ “O mundo seria um lugar mais seguro com o cruel ditador Hussein fora do poder.” (Tradução nossa).

região. O segundo é a intervenção declarada em um país soberano em nome da segurança dos Estados Unidos e do Mundo. Retomando as ideias da “Doutrina Bush” (já explicada no capítulo dois), esta afirmava que os Estados Unidos poderiam intervir militarmente em outros países suspeitos de financiar o terrorismo, produzir armas de destruição em massa e “defender a democracia” no mundo.

O editorial classificou o então presidente iraquiano como um “ditador cruel” e que o mundo seria um lugar mais seguro com Saddam fora do poder. Porém, vale lembrar que nos anos 80 Saddam Hussein era aliado de Washington no combate ao regime teocrático de Teerã. Chomsky (1996) relatou que, durante a Guerra do Golfo, o governo iraquiano reprimiu violentamente as manifestações curdas e xiitas, sob os “olhares dos Estados Unidos”, que nada fizeram.

A partir da elaboração de uma hipótese, na qual um jornalista com uma opinião mais crítica à política externa dos Estados Unidos conseguisse publicar um artigo criticando a atuação externa de Washington, afirmando que o Presidente George W. Bush é mais perigoso para o mundo do que Saddam Hussein, pois ele representa a nação que possui o maior poderio bélico do mundo, incluindo várias bombas atômicas; e imaginando que essa matéria fosse publicada na página principal de um relevante veículo de comunicação norte-americano como o *The New York Times*, vale mencionar que se isso ocorresse, é bem provável que o quarto filtro de notícias do modelo teórico de Noam Chomsky e Edward Herman (2003), a bateria de reações negativas, explicasse esse exemplo hipotético. O autor receberia inúmeras críticas de outros meios de comunicação e de representantes do governo por fazer uma crítica tão feroz à ideologia norte-americana e ao seu líder.

De acordo com o modelo teórico do consenso fabricado, fica difícil imaginar que uma afirmação muito crítica ao governo do então presidente George W. Bush ocorresse, pois em alguns momentos os principais meios de comunicação relevantes nos Estados Unidos compartilham alguns preceitos da política externa norte-americana.

A partir da aplicação do quinto filtro adaptado à nova conjuntura internacional, é possível dizer que este artigo do jornal *The New York Times* em alguns momentos difundiu a ideologia dominante que o Governo norte-americano pregava de combater o terrorismo e o chamado “Eixo do mal.”⁷⁴

⁷⁴ O então Presidente George W. Bush classificou como “eixo do mal” o Irã, Iraque e a Coreia do Norte. Segundo ele, estes países eram uma “ameaça” para a paz e a segurança mundial, pois apoiavam terroristas e produziam armas de destruição em massa.

Fazendo uma análise baseada no conceito de hegemonia da Teoria Crítica de Robert Cox, de certa forma o autor do artigo “compartilha” alguns preceitos da política externa norte-americana, tais como a ingerência dos Estados Unidos em outros países do mundo para combater regimes que supostamente apoiam terroristas. Neste artigo, em nenhum momento foi discutido pelo editorial outra possibilidade de intervenção e uma reflexão mais crítica acerca dos “reais perigos” que Saddam Hussein representa para a segurança internacional. A partir do título do artigo, Hora errada para combater o Iraque, subentende-se que uma intervenção militar já era planejada pelo governo dos Estados Unidos e que o autor do artigo publicado legitimava este ato.

O autor do artigo também menciona em outro trecho que o governo norte-americano deveria continuar com a pressão militar e diplomática contra Bagdá. Para reforçar as sanções econômicas ao Iraque e continuar com as inspeções em busca de armas nucleares:

“Meanwhile, Washington should put maximum diplomatic and military pressure on Baghdad. It can use its improved ties with Russia to enact more sustainable United Nations economic sanctions and to press for an early resumption of international weapons inspections”⁷⁵.

Sobre as sanções econômicas e os impactos sociais na população civil iraquiana, que já foram mencionadas no segundo capítulo, o jornalista português Carlos Fino (2003) em seus preparativos para a cobertura da Guerra do Iraque de 2003, exemplifica os inúmeros prejuízos sociais que o embargo econômico imposto pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas trouxe para grande parte da população iraquiana, como o aumento da incidência de doenças que antes eram controladas como diarreia, febre tifoide, cólera, varíola, difteria, poliomielite.

As sanções econômicas que eram impostas ao Iraque inviabilizavam a compra de novos equipamentos para reconstruir a rede de água e esgoto. Carlos Fino (2003, p. 180) relata que:

Simples bombas de elevação e filtros encomendadas pelos engenheiros iraquianos levam anos para chegar e muitas vezes não recebem a necessária aprovação do comitê da ONU encarregado de manter o regime de sanções; são consideradas passíveis de “duplo uso” (civil e militar) e nessa base a sua aquisição é vedada.

⁷⁵ “Enquanto isso, Washington deveria por máximo esforço diplomático e pressão militar em Bagdá. Pode-se usar os laços com a Rússia para sustentar mais sanções econômicas nas Nações Unidas e pressionar por uma nova inspeção internacional de armas.” (Tradução nossa).

No seu relato, o autor também menciona, com base no relatório da UNICEF de 2002, *A situação da criança no Iraque*⁷⁶, que a mortalidade infantil havia duplicado. Há duas décadas atrás, o índice de mortalidade era duas vezes e meia menor do que período da segunda Guerra do Iraque.

O autor do artigo, ao sugerir o aumento de sanções ao regime de Saddam Hussein, parece não considerar os imensos prejuízos que as sanções impostas pelo Conselho de Segurança da ONU trouxeram à população civil iraquiana. Vale ressaltar que em uma guerra, existe pouca preocupação com as consequências negativas que a população do país que será invadido sofrerá. Neste artigo que reflete o pensamento de um jornalista representante de um importante veículo de comunicação norte-americano, os sofrimentos da população civil iraquiana não foram mencionados.

3.4.2 NICOLAS D. KRISTOF(2003) : *IRAQ WAR: THE FIRST QUESTION*⁷⁷

O artigo publicado pelo jornalista Kristof em 28 de janeiro de 2003 começa explicando sobre supostas ameaças que dois filhos de Saddam Hussein fizeram aos Estados Unidos, caso a maior potência mundial invadisse o Iraque. Kristof faz uma indagação para justificar uma possível invasão. Ele se pergunta: “Will we be safer if we invade?”⁷⁸

O autor relata que uma possível invasão norte-americana ao Iraque poderia representar um risco à segurança da população dos Estados Unidos. Baseado em um avaliação da C.I.A que afirmava que Bagdá poderia realizar ataques terroristas contra os Estados Unidos. Neste artigo, Kristof afirma que uma possível invasão norte-americana deixaria Saddam Hussein “menos constrangido” de ordenar ataques com armas de destruição em massa. Kristof ainda afirma que: “Frankly, it seems a bad idea to sacrifice our troops' lives -- along with billions of dollars -- in a way that may add to our vulnerability.”⁷⁹

⁷⁶ The Situation of The Children in Iraq. Título Original.

⁷⁷ “Guerra do Iraque: a primeira pergunta.” (Tradução nossa).

⁷⁸ “Nós ficaremos seguros se invadirmos o Iraque?” (Tradução nossa).

⁷⁹ “Francamente, seria uma péssima ideia sacrificar a vida das nossas tropas junto com bilhões de dólares.” (Tradução nossa).

O autor ainda ressalta que: “To me there is no principle involved here; it's just a matter of assessing costs and benefits.”⁸⁰ O jornalista revela sua preocupação com possíveis consequências negativas de uma invasão mal calculada e faz uma comparação histórica com os perigos encontrados na Guerra do Vietnã.

Para concluir, Kristof afirma que: “There's no moral tenet that makes me oppose invasion. If we were confident that we could oust Saddam with minimal casualties and quickly establish a democratic Iraq, then that would be fine.”⁸¹

“Este artigo foi escrito um mês e meio antes dos primeiros bombardeios da força aérea dos Estados Unidos contra as forças de Saddam Hussein. A invasão norte-americana ao Iraque já era “dada como certa”. O artigo de Nicolas D. Kristof reflete as dúvidas que pareciam existir na opinião de alguns jornalistas sobre a efetividade de uma invasão ao Iraque. O autor até relembra do mal planejamento e os custos negativos da invasão ao Vietnã.

Tomando como base o quinto filtro do modelo de Chomsky e Herman, podemos afirmar que nesse artigo o autor acaba reproduzindo algumas premissas da política externa dos Estados Unidos como a intervenção militar em um país soberano para tirar um governante considerado “hostil” aos interesses norte-americanos e a “implementação” de um regime democrático e estável no Iraque.

É possível encontrar trechos que associam o regime de Saddam Hussein à produção de armas de destruição em massa. Sobre este assunto, é importante ressaltar que essa suposta posse de armamentos nucleares por Saddam Hussein foi o principal argumento para justificar a invasão norte-americana ao Iraque, além de alegações que Bagdá estava envolvida com os atos terroristas de 11 de setembro. As provas que o então presidente George W. Bush dizia ter nunca foram comprovadas. Saddam Hussein permitiu que membros da AIEA averiguassem as usinas iraquianas, mas nenhuma irregularidade foi encontrada. Mesmo com o não consentimento do Conselho de Segurança, os Estados Unidos invadiram o Iraque.

A última afirmação de Kristof demonstra como a noção de hegemonia política dos Estados Unidos no mundo é compartilhada e por ele aceita. O autor afirma: “não haver

⁸⁰ “Para mim, não há nenhum princípio envolvido aqui, se trata apenas de uma avaliação de custos e benefícios.” (Tradução nossa).

⁸¹ “Não há princípio moral que faça eu me opor à guerra. Se nós estivéssemos confiantes que poderíamos tirar Saddam Hussein do poder com mínimas casualidades e rapidamente estabilizar o Iraque, seria bom.” (Tradução nossa)

princípio moral que lhe faça ser contra a invasão ao Iraque”. A partir da ideia chomskyana, é plausível afirmar que o jornalista passa ao seu público leitor a ideia de consentimento e legitimidade quanto à política externa de intervenção dos Estados Unidos em outro estado para realizar seus objetivos de “defesa” da democracia e combate a um regime que supostamente produz armas de destruição em massa e apoia grupos terroristas.

Em nenhum momento o autor do artigo aborda uma possível ação dos Estados Unidos baseada no respeito às instituições internacionais. Um mês e meio depois os Estados Unidos invadiram o Iraque a partir de uma decisão unilateral do então presidente George W. Bush que não respeitou a decisão do Conselho de Segurança da ONU.

3.4.3 THOMAS L. FRIEDMAN (2003) *A WAR FOR OIL?*⁸²

O artigo publicado em 5 de janeiro de 2003, cerca de 2 meses e 2 semanas antes dos primeiros ataques norte-americanos ao Iraque, publicado pelo colunista do jornal *The New York Times*, Thomas L. Friedman, se diferencia em alguns momentos dos dois artigos anteriormente analisados.

No começo do artigo, o autor começa abordando um protesto que duas mulheres faziam contra a já provável Guerra ao Iraque. Uma das mulheres segurava uma placa que dizia: Just War or Just Oil?⁸³ Após ver esta cena, Friedman se questionou se as duas mulheres não estavam fazendo a pergunta certa, se a guerra que estava sendo preparada pelo governo Bush era realmente uma guerra por petróleo.

Friedman foge um pouco da ideia passada pelos autores dos outros dois artigos analisados, que afirmavam que a guerra contra o Iraque era para “tornar” o mundo mais seguro, “levar a democracia” aos iraquianos, evitar a produção de armas de destruição em massa, etc. O jornalista afirma que a guerra que estava sendo preparada, (em parte) era por petróleo. Porém, o autor fazia a ressalva de que: “Whether it is seen to be only about oil will depend on how we behave before an invasion what we try to build once we’re there.”⁸⁴

O autor faz uma análise bastante interessante que parece justificar a sua opinião de uma guerra por petróleo, ao dizer que:

⁸² Uma guerra por petróleo? (Tradução nossa).

⁸³ “Somente a Guerra ou somente o petróleo?”. (Tradução nossa).

⁸⁴ “se essa guerra será apenas por petróleo vai depender como nós vamos nos comportar ante uma invasão e o que nós tentaremos construir enquanto estivermos lá.” (Tradução nossa).

Why are they going after Saddam Hussein with the 82nd Airborne and North Korea with diplomatic kid gloves — when North Korea already has nuclear weapons, the missiles to deliver them, a record of selling dangerous weapons to anyone with cash, 100,000 U.S. troops in its missile range and a leader who is even more cruel to his own people than Saddam? ⁸⁵

Friedman ressalta que era mais fácil ir atrás de Saddam e derrotá-lo. A Coreia do Norte é um inimigo muito mais forte do que o regime iraquiano, pois possui um grande poder bélico, incluindo bombas atômicas.

A opinião de Friedman parece “se aproximar” da dos autores dos outros artigos, quando ele afirma que: “There is nothing illegitimate or immoral about the U.S. being concerned that an evil, megalomaniacal dictator might acquire excessive influence over the natural resource that powers the world's industrial base.”⁸⁶

No seu artigo, Friedman coloca uma indagação de Michael Mandelbaum, autor especialista da Foreign policy: “Would those women protesting in Aspen prefer that Saddam Hussein control the oil instead -- is that morally better?”⁸⁷ Ainda com base na ideia de Mandelbaum, que afirmava que: “Up to now, Saddam has used his oil wealth not to benefit his people, but to wage war against all his neighbors, build lavish palaces and acquire weapons of mass destruction.”⁸⁸

Friedman ressaltou que o governo Bush teria uma grande causa para travar uma guerra em parte por petróleo, se ficasse claro que o comportamento do governo norte-americano fosse de agir para o benefício do planeta.

Outra ideia que aproxima Friedman dos outros autores analisados é quando ele diz:

I have no problem with a war for oil — if we accompany it with a real program for energy conservation. But when we tell the world that we couldn't care less about climate change, that we feel entitled to drive whatever big cars we feel like, that we feel entitled to consume however much oil we like, the message we send is that a war for oil in the gulf is not a war to protect the world's right to economic survival — but our right to indulge. Now that will be seen as immoral.⁸⁹

⁸⁵ “Porque o governo Bush vai atrás de Saddam Hussein com a 82 divisão de infantaria e a Coreia do Norte com “luvas diplomáticas”, quando a Coreia do Norte já possui armas nucleares e seu líder é mais cruel com o seu povo do que Saddam?” (Tradução nossa).

⁸⁶ “Não Há nada ilegítimo ou imoral a respeito da preocupação dos Estados Unidos com o fato do “ditador megalomaniaco” tentar adquirir excessiva influência sobre um recurso natural que fortalece a industrial mundial”. (Tradução nossa).

⁸⁷ “Aqueles mulheres que protestavam em Aspen preferem que Saddam Hussein controle o petróleo, isso é moralmente melhor?” (Tradução nossa).

⁸⁸ “Saddam havia usado o petróleo não para beneficiar o seu povo, mas sim para travar uma guerra contra todos os seus vizinhos, construindo palácios e adquirindo armas de destruição em massa.” (Tradução nossa).

⁸⁹ “Eu não tenho nenhum problema com uma guerra por petróleo, se esta for acompanhada por um programa real de conservação energética. Mas quando nós dizemos ao mundo que nós não poderíamos nos importar

Outra ação que para Friedman parecia “imoral” perante o resto do mundo seria a de uma ocupação e instalação de um governo no Iraque para obter facilidades nos recursos naturais iraquianos (como em outros países árabes).

Entretanto, afirma o autor:

If, on the other hand, the Bush team, and the American people, prove willing to stay in Iraq and pay the full price, in money and manpower, needed to help Iraqis build a more progressive, democratizing Arab state -- one that would use its oil income for the benefit of all its people and serve as a model for its neighbors -- then a war partly over oil would be quite legitimate. It would be a critical step toward building a better Middle East.⁹⁰

Para concluir, o autor afirma:

So, I have no problem with a war for oil — provided that it is to fuel the first progressive Arab regime, and not just our S.U.V.'s, and provided we behave in a way that makes clear to the world we are protecting everyone's access to oil at reasonable prices — not simply our right to binge on it.⁹¹

No começo do seu artigo, Friedman mostrou uma postura mais “realista” e inovou na sua análise ao não mencionar os argumentos usados pelos autores dos outros artigos analisados, tais como, “defesa da democracia”, “combate a um ditador cruel”, busca por armas de destruição em massa, segurança do mundo, etc, que justificavam uma invasão ao Iraque, e ao afirmar que em parte a Guerra do Iraque era por petróleo, pois o comportamento do governo Bush era o de combater Saddam Hussein com o poderio bélico e a Coreia do Norte apenas com pressões diplomáticas. Vale ressaltar que a Coreia do Norte já possuía armas nucleares no ano de 2003 e o principal argumento do governo Bush para justificar uma invasão era de que Saddam possuía armas de destruição em massa e representava um perigo para a segurança do mundo.

menos com as mudanças climáticas, que nós nos sentimos qualquer grande carro que nós gostamos, aí nós nos sentimos culpados em consumir mais petróleo do que nós podemos, a mensagem que nós mandamos é que uma guerra por petróleo no Golfo não é um guerra para proteger o direito mundial de sobrevivência econômica, mas o nosso direito de consumo. Agora isso seria visto como imoral”. (Tradução nossa).

⁹⁰ “se o governo Bush e a população norte-americana provar que a permanência no Iraque e o pagamento em altos preços pelo petróleo, fosse para ajudar os iraquianos a construir um estado árabe mais progressista e democrático — estado este que usaria o petróleo para o benefício do seu próprio povo e serviria como modelo para os outros vizinhos — então esta guerra, em parte por petróleo seria legítima. Esta seria um passo crítico em direção a construção de um Oriente Médio melhor”. (Tradução nossa).

⁹¹ “Não ter nenhum problema com uma guerra por petróleo — provendo que esta guerra será para fortalecer o primeiro regime árabe progressista e deixando claro para o mundo que nós estamos protegendo o acesso de todos a um petróleo com preços razoáveis, não apenas o nosso direito de consumir.” (Tradução nossa).

O autor justifica o seu pensamento afirmando que a Coreia do Norte era um perigo muito maior para o mundo, por já possuir armas nucleares e o seu líder era muito mais cruel com o seu povo do que Saddam Hussein. Segundo Friedman, era mais fácil invadir o Iraque, pois este não era tão forte, militarmente falando, como a Coreia do Norte. Este argumento parece justificar sua ideia no artigo que a Guerra do Iraque, em parte, seria por petróleo.

Entretanto, Friedman, assim como os autores dos outros artigos analisados, mostrou que, de certa maneira, compartilhava o pensamento do governo dos Estados Unidos ao afirmar que: “não havia nada de ilegítimo ou imoral na preocupação do governo Bush de combater um ditador cruel que estava adquirindo grande influência no domínio de um recurso natural muito importante para o mundo”.

Tendo como base uma análise crítica e usando o conceito neogramsciano de hegemonia e a aplicação do quinto filtro do modelo teórico de Chomsky e Herman (2003) adaptado à nova conjuntura internacional, podemos afirmar que Friedman reproduziu a ideologia dominante do governo norte-americano de intervenção em um país soberano para combater um governo que supostamente ameaçaria os interesses norte-americanos na região, ao exercer grande influência sobre o importante recurso natural que “alimentava” a economia mundial, o petróleo.

Diferente dos outros artigos que argumentaram uma guerra ao Iraque para “levar” a democracia àquele país e destruir as supostas armas de destruição em massa que ameaçavam a segurança mundial, Friedman deu maior importância na questão do petróleo, e que a “guerra por petróleo” seria legítima, se o governo dos Estados Unidos conseguisse implantar um governo árabe progressista que usasse o petróleo para o benefício dos iraquianos e a reconstrução do seu país.

Também subentendemos que Friedman, “justifica” uma intervenção por parte do governo norte-americano para “estabilizar” o Iraque. Esta premissa de “intervenção dos Estados Unidos em outros países” também foi justificada nos outros dois artigos analisados e parece mostrar que os autores dos artigos “compartilham” esta ação política do governo norte-americano.

A aplicação do quarto filtro, buscando fontes de notícias, explica porque Friedman utilizou uma frase de Michael Mandelbaum, autor especialista da respeitada revista Foreign policy. De acordo com este filtro, os jornalistas buscam dar maior legitimidade aos seus artigos ao colocar a opinião de especialistas, que são “muito respeitados” e suas opiniões mais aceitas.

Após a análise de todos estes artigos e com base no pensamento chomskyano, pode-se dizer que, na mídia analisada (*The New York Times*) de certa houve um “consenso” referente à legitimação da ação externa norte-americana de intervir em outros países (Afeganistão, Iraque) para combater o terrorismo e regimes que apoiam esta atividade, “defender” a democracia e “procurar” armas de destruição em massa que pudessem ameaçar a segurança norte-americana e do mundo.

É importante refletir qual o papel da mídia norte-americana na construção da chamada “Nova Ordem Mundial”, tão comentada no segundo capítulo. De certa maneira, os artigos do veículo de comunicação analisados neste capítulo difundiram em parte este conceito, na maioria das vezes de forma indireta (apenas em um artigo foi encontrada a menção à “nova ordem”). Quando nos artigos analisados vimos os termos “Guerra ao Terror”, “Defesa da Democracia”, “Saddam Hussein um ditador cruel”, podemos perceber que em alguma medida a mídia dos Estados Unidos também ajuda a construir este conceito de nova ordem.

Como já foi explicado no primeiro capítulo, optamos pela escolha do modelo teórico de Chomsky e Herman (2003), pois este era um modelo alternativo e poderia fornecer uma explicação coerente para os eventos analisados. Somado com o conceito de hegemonia neogramsciana, isso em certo ponto ocorreu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho aplicamos o modelo teórico do consenso fabricado de Noam Chomsky e Edward Herman (2003) para analisar o comportamento de um importante meio de comunicação de massa dos Estados Unidos (*The New York Times*) ao abordar os eventos políticos referentes à Guerra do Golfo, Ataques terroristas de 11 de setembro, Guerra do Afeganistão e Guerra do Iraque.

No primeiro capítulo resumimos brevemente os 3 debates mais importantes do campo teórico de RI e descrevemos que as ideias de Chomsky e Herman teriam “afinidade” com a Teoria Crítica. Também mostramos do que se tratava o modelo teórico do consenso fabricado e explicamos os cinco “filtros de notícias”. Tomamos a liberdade de alterar o quinto filtro, anticomunismo como mecanismo de controle, para combate ao terrorismo e a regimes hostis, com o objetivo de explicar com mais eficiência a política internacional pós- Guerra Fria. Também apontamos os pontos positivos e negativos deste modelo e a justificativa para a sua escolha. Além de mostrar a visão teórica de Wainberg (2005), que estuda a mídia como uma esfera de disputa dos atores internacionais (Estados, grupos terroristas, organizações não governamentais).

No segundo capítulo fizemos uma reflexão crítica da chamada “Nova Ordem Mundial”. Além de mostrar exemplos que pudessem caracterizar este novo período: “ascensão” da ONU e da “sociedade civil global”. Também descrevemos o contexto histórico desta década e mostramos a cobertura da mídia nestes principais eventos.

No terceiro capítulo aplicamos o modelo do consenso fabricado para analisar os artigos do jornal *The New York Times* referentes aos eventos históricos descritos no segundo capítulo, mencionados no começo deste tópico. O conceito de hegemonia da Teoria Crítica de Robert Cox também foi usado para “fortalecer” o pensamento chomskyano.

Com base em tudo que discutido, acreditamos que a chamada “Nova Ordem Mundial”, pretensamente novos rumos para as relações internacionais com a prevalência da democracia, continua representando a hegemonia norte-americana na política internacional. Também temos a opinião de que a chamada “Guerra ao Terror” é um pretexto para Washington continuar tentando exercer o seu domínio no mundo. Vale mencionar a cobertura da mídia norte-americana dos episódios analisados no terceiro capítulo. Acreditamos que em certo ponto esta cobertura midiática ajuda a “fortalecer” este discurso de nova ordem, na qual

constatamos nos artigos analisados certa “legitimidade” de atuação da potência militar “vencedora” da Guerra Fria na política internacional.

Após a aplicação dos “filtros de notícias” do modelo teórico do consenso fabricado, junto com o conceito de hegemonia neogramsciana de Cox, constatamos que em vários momentos da difusão de notícias ao seu público, parte da mídia de massa dos Estados Unidos (representada pelo jornal *The New York Times*) de certa forma “difundiu” algumas ideologias do governo norte-americano como a de “defesa” da democracia no mundo, combate ao terrorismo e a intervenção em assuntos internos de outros países.

É importante ressaltar que os artigos analisados representam apenas uma pequena amostra da chamada mídia de massa dos Estados Unidos. A partir deste dado, acreditamos que não é coerente afirmar que a mídia norte-americana é um “agente manipulador” a serviço dos ideais dos empresários e do governo. Porém, neste trabalho constatamos que em vários artigos analisados do jornal *The New York Times*, as informações presentes nestes artigos em parte “convergiram” com as ideias da política externa de Washington durante o período analisado.

Este trabalho ampliou a nossa visão sobre a relação entre mídia e política internacional. Acreditamos que poderá servir de base para pesquisas futuras na área de mídia e relações internacionais, no que tange a uma abordagem crítica desta relação.

Porém, devido ao pouco tempo de pesquisa, não conseguimos trazer outras discussões teóricas que enriqueceriam mais este trabalho. Também seria interessante analisar mais artigos que trariam visões de outros jornais sobre a atuação internacional dos Estados Unidos. Outra grande dificuldade foi encontrar material atualizado sobre a relação entre a mídia e a política externa norte-americana.

Pretendemos não nos restringir somente a esta pesquisa, queremos ampliar a análise abarcando outros jornais e seguindo a linha teórica utilizada nesta pesquisa, pois é de grande importância ter uma análise crítica do papel que a mídia desempenha no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

BARRINGER, Felicity; FABRIKANT, Geraldine. A day of terror: the media; as an attack unfolds, a struggle to provide vivid images to homes. **The New York Times**, Nova York, 12 set. 2001. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/2001/09/12/us/day-terror-media-attack-unfolds-struggle-provide-vivid-images-homes.html>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

BEARAK, Barry. A Day of terror: the afghans; condemning attacks, taliban says Bin Laden not involved. **The New York Times**, Nova York, 12 set. 2001. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/2001/09/12/us/day-terror-afghans-condemning-attacks-taliban-says-bin-laden-not-involved.html?scp=1&sq=A%20Day%20of%20terror:%20The%20afghans;%20condemning%20attacks,%20Taliban%20says%20bin%20laden%20not%20involved&st=cse>>. Acesso em: 4 mar. 2011.

CARMONA, Ernesto. Os senhores da mídia. *Voltairenet*. Santiago. Disponível em:

< <http://www.advivo.com.br/blog/carloslbf/os-senhores-da-midia>> Acesso em: 30 abr. 2011.

CHOMSKY, Noam. **11 de setembro**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Novas e velhas ordens mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996.

_____. **O império americano: hegemonia ou sobrevivência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CLYMER, Adam. A day of terror: in the capital; in the day's attacks and explosions, official Washington hears the echoes of earlier ones. **The New York Times**, Nova York, 12 set. 2001. Disponível

em:<<http://www.nytimes.com/2001/09/12/us/day-terror-capital-day-s-attacks-explosions-official-washington-hears-echoes.html>>. Acesso em 9 mar. 2011.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DOWNING, John d. H.. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2001.

EVANGELISTA, Ana Carolina Pires. **Perspectivas sobre a “sociedade civil global” no estudo das relações internacionais**. Dissertação (Mestrado em relações internacionais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2006.

FINO, Carlos. **A Guerra ao vivo:** Afeganistão — A primeira guerra do século XXI; Oriente Médio — Perpétua dança da morte; Iraque — Crônica de uma guerra anunciada. São Paulo: Verbo, 2003.

FONSECA, Carla. O que é globalização? **Shvoong**, 5 jul. 2007. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/social-sciences/political-science/1626460-que-%C3%A9-globaliza%C3%A7%C3%A3o/>>. Acesso em: 6 maio 2011.

FRIEDMAN, Thomas L.. A war for oil? **The New York Times**, Nova York, 5 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/01/05/opinion/a-war-for-oil.html?scp=1&sq=A%20WAR%20FOR%20OIL?&st=cse>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

GIBB, Tom. Ecos de uma outra guerra. In: GOYZUETA, Verónica; OGIER, Thierry (Orgs.). **Guerra e imprensa:** um olhar crítico da cobertura da Guerra do Iraque. São Paulo: Summus, 2003. p. 31-50.

GOYZUETA, Verónica. Jornalismo na guerra: nossas falhas em evidência. In: GOYZUETA, Verónica; OGIER, Thierry (Orgs.). **Guerra e imprensa:** um olhar crítico da cobertura da Guerra do Iraque. São Paulo: Summus, 2003. p. 51-62.

GROSS, Jane. War in the Gulf: americans' reaction; anxious nation, drawn together for support, exhibits a quiet pride. **The New York Times**, Nova York, 18 jan. 1991. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1991/01/18/us/war-gulf-americans-reaction-anxious-nation-drawn-together-for-support-exhibits.html?scp=1&sq=War%20in%20the%20Gulf:%20Americans'%20Reaction;%20anxious%20nation,%20drawn%20together%20for%20support,%20exhibits%20a%20quiet%20pride.%20&st=cse>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público:** política e poder econômico no uso da mídia. São Paulo: Futura, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

JACSON, Robert; SORENSEN, George. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

KHALIDI, Rashid. Domínio dos EUA em xeque. **Correio Brasiliense**, Brasília, 27 fev. 2011.

KRISTOF, Nicolas D. . Iraq war: the first question. **The New York Times**, Nova York, 28 jan. 2003. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/2003/01/28/opinion/iraq-war-the-first-question.html?scp=1&sq=IRAQ%20WAR%20THE%20FIRST%20QUESTION%20Nicolas%20D.%20Kristof%20&st=cse>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

MARINUCCI, Raquel Boing. Relações internacionais e mídia. In: Universitas: Relações internacionais – v.6 n.1 jan/jun. 2008, Brasília 2008, p. 43-52. Disponível em: < <http://www.publicacoesacademicas.com.br/>>. Acesso em: 17 setembro 2010.

MATTELART, Armand. **Comunicação mundo: história das ideias e das estratégias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MEARSHEIMER, John J.. Guns won't win the Afghan War. **The New York Times**, Chicago, 4 nov. 2001. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/2001/11/04/opinion/guns-won-t-win-the-afghan-war.html?scp=1&sq=Guns%20won%E2%80%99t%20win%20the%20Afghan%20War&st=cse>>. Acesso em: 13 abr. 2011.

MILLER, Judith; MYLROIRE, Laurie. **Saddam Hussein e a crise do Golfo**. São Paulo: Scritta, 1990.

NOGUEIRA, J.P.; MESSARI, N.. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PINHEIRO, Leandro Guerreiro C.. **Guerra do Iraque: análise de sua legalidade frente ao direito internacional contemporâneo**. Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n.2178, 18 jun 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/13002>>. Acesso: 18 abril 2011.

SARFATI, Gilberto. **Teorias das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SHENON, Philip. War in the Gulf: war notebook; air force makes the killing methodical. **The New York Times**, Nova York, 13 fev. 1991. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/1991/02/13/world/war-in-the-gulf-war-notebook-air-force-makes-the-killingmethodical.html?scp=1&sq=WAR%20IN%20THE%20GULF:%20War%20Notebook;%20Air%20Force%20Makes%20the%20Killing%20Methodical&st=cse>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

SILVA, Marco Antonio de Meneses. Teoria Crítica em Relações Internacionais. In: Contexto Internacional – vol. 27, no 2, jul/dez 2005. Disponível em: http://publique.rdc.puc-rio.br/contextointernacional/media/Meneses%20Silva_vol27n2.pdf. Acesso em: 4 setembro 2010.

SMITH, S. **The United States and the Discipline of International Relations: “Hegemonic Country, Hegemonic Discipline”**. International Studies Review, 2005.

TAVARES, Elaine. Por que defender a RCTV? **Observatório da Imprensa**, Venezuela, 8 maio 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=432JDB004>. Acesso em: 13 out. 2010.

THE WRONG time to fight Iraq. **The New York Times**, Nova York, 26 nov. 2001. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2001/11/26/opinion/the-wrong-time-to-fight-iraq.html?scp=1&sq=the%20wrong%20time%20to%20fight%20iraq&st=cse>. Acesso em: 9 mar. 2011.

WAINBERG, Jaques A.. **Mídia e terror: Comunicação e violência política**. São Paulo: Paulus, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ANEXOS

ANEXO A - WAR IN THE GULF: AMERICAN'S REACTION; ANXIOUS NATION, DRAWN TOGETHER FOR SUPPORT, EXHIBITS A QUIET PRIDE.

By JANE GROSS

Published: January 18, 1991

Sobered by the hail of missiles on Israel but proud in a subdued way about America's early military success in the Persian Gulf, men and women around the nation drew close yesterday on the first full day of war.

Waking from a short night of sleep that was interrupted by hours in front of the television or by worried dreams, Americans did what they always do in crisis: reached out for each other and marked in their mental calendars where they had been and what they were doing at the moment history was made.

They awoke yesterday morning to what was to many of them surprising news: the military that 11 years ago had embarrassed itself on the deserts of the Mideast in a bungled mission to rescue hostages in Iran had this time carried off what seemed for the moment to be a job well done, a huge air attack against Iraq that Pentagon officials said destroyed important targets and cost only one American life in the first 24 hours.

But by nightfall, with Israel under attack, Americans gasped at a volatile situation that had turned so suddenly from promise to peril, at the reminder that their country and its allies had begun a journey of unknown consequence and duration.

"I'm real afraid that it's sort of a World War III scenario at this point," said Robert G. Aberg, a psychologist in Dallas. "When all this is over, there aren't going to be any winners. How is this going to settle out?"

Hours earlier, on a day that began with almost smug admiration for the efficiency, precision and technological aplomb of the early bombing runs, Mr. Aberg, like so many Americans, was "real proud and relieved that things seem to be going so well militarily." Positive Reactions

Andrew Dawson, the manager of a fine arts ticket service in Houston, said: "War goes against the most traditional of my feelings. I've never been able to support military action, but something else came over me as I watched this unfold. I'm seeing that a fast and a direct action can save lives."

From the morning of optimism to the evening of fear, Americans came together in a search for community, flocking to houses of worship to pray and to blood banks to send solace to the troops in a most basic and symbolic way. Searching for meaning, they vented a jumble of emotions to radio talk show hosts and lifelong friends. And searching for information, they snatched newspapers off the stands as fast as they were delivered and stayed close to their television sets.

All of this seemed a way to join hands with their fellow Americans now that the war, so long awaited, had actually begun. "It's like in a family when some trauma happens," Mr. Aberg said. "It brings into focus your common bonds."

President Bush quickly won high praise for directing the swift and sure attack, starting just 17 hours after the United Nations deadline for Iraq to withdraw from Kuwait or face the threat of military action. But final judgment was still days, weeks, or even months away.

Before any of the reports of counterattacks, Randy Denton, an insurance executive from Maryland, said of the President: "I respect him for making the decision and taking the full brunt of it if it went badly. He will make his mark in history because of this." Support for Bush, but Cautiously

Early support for the President was evident in a Gallup Poll of 895 Americans, conducted within minutes of Mr. Bush's address to the nation on Wednesday night. Eighty-one percent of those polled said they approved of the way Mr. Bush was handling the situation in the gulf, with 12 percent disapproving.

But some Americans yesterday emphasized the uncertainty of war, the folly of being too pleased too soon. "It's so premature to evaluate how this thing is going," said Scott Edwards, a consumer electronics executive from Baltimore. "I'm not sure yet we have legitimate information. I'm not ready to say we won."

Debbie Smith of Foster City, Calif., an administrator at a computer programming company, noted after the attack on Israel that Secretary of Defense Dick Cheney had been right yesterday morning in warning the public not to leap to optimistic conclusions. "It's going to be a longer, more drawn-out course of events," Ms. Smith said.

Dread that the military situation could suddenly sour was accompanied by fear that terrorist attacks could bring the war to America, a concern that for now is outpacing reality.

"I'm looking for them to start bombing bridges, railroad tracks, stuff like that," said Adolph Thacker, an Amtrak employee who was dispensing coffee and doughnuts in the club car of a Washington-to-New York Metroliner yesterday morning. 'Feeling of Impending Peril'

Others making the trip said they were traveling warily, even on a train, and planned to cancel unnecessary airplane trips. "There's an eerie feeling of impending peril," said Phil Williams, a lawyer making the trip from Washington to Baltimore.

In recognition of the threat of terrorism, military bases across the nation have been put on high alert, as have airports, where concourses have been closed to all but passengers carrying tickets and curbside check-in of luggage has been canceled.

Precautions against terrorism were the tightest in Washington, a city preoccupied with security even in ordinary times. Senate staff workers were searched yesterday with uncommon scrutiny before entering the Russell Senate Office Building. Police dogs prowled the Capitol, and Secret Service agents with shotguns stood guard outside the Iraqi Embassy.

In the midst of the largely supportive mood, sporadic antiwar protests continued in cities around the country, including Washington, New York, Chicago, Los Angeles, Hartford and New Haven.

Some who protested on Wednesday night thought better of it yesterday. "When the bombing started, I felt the electricity and nostalgia of opposing a war," said Rabbi Michael Paley, the director of the Earl Hall Center for Religious Life at Columbia University in New York. "But today it hit me: this is a real war out there. People will die. I'm older than I was in the Vietnam War. There was a momentary exhilaration Wednesday, but nostalgia is short lived." Opponents Reconsider

While protests continued, some Americans were reconsidering their opposition to the war, in light of what seemed yesterday morning a singular moment of international cooperation.

"As hokey as this may sound," said Mr. Dawson of Houston, "President Bush's whole premise that there is a possibility for a stronger United Nations and a genuine world peace must be valued," he said. "It surprises me so much to feel this way."

A similar hope for a new world order was expressed by Mike Houghton of Alexandria, Va., a manager of international corporate relations at Bell Atlantic. "What is really good to see is all the countries banding together," Mr. Houghton said, before the attack on Israel. "Often the United States takes the peacekeeping role and gets criticized for it. But we're all in this together and that's a good sign. It's not an Arab-Western war, as Saddam Hussein likes to paint it. It's an aggressor versus a peacekeeping force."

The thoughts and feeling of this first day of war would likely stay with them forever, the men and women interviewed said, since this was certain to be one of those events that marks the end of an old era and the start of a new one.

Several people compared their feelings to those on the days of John F. Kennedy's assassination or the explosion of the space shuttle Challenger, when they knew instantly, watching the first television pictures, that nothing would be quite the same again.

"The course of history has changed," said Mr. Houghton. "I don't know exactly what that means, but I know things are going to be different."

Photo: Americans lent support to the Persian Gulf effort with blood donations. Angelo Licata and Annette Reid stacked cases of blood being readied at the Red Cross center in Buffalo for shipment to the Middle East. (Reuters)

ANEXO B - WAR IN THE GULF: WAR NOTEBOOK; AIR FORCE MAKES THE KILLING METHODICAL.

By PHILIP SHENON, Special to The New York Times

Published: February 13, 1991

IN SAUDI ARABIA, Feb. 12 T— The air war against Iraq is being divided into "killing boxes."

On new Air Force maps of Kuwait and southern Iraq, each box represents an area several miles long and wide, and is identified by a series of letters and numbers.

The idea, the Air Force explains, is to make the destruction of Iraqi forces much more methodical than it had been in the early days of the war. As Iraqi tanks, artillery positions and other targets are destroyed in one box, allied squadrons move on to another.

According to a report prepared by a pool of American reporters, pilots are relieved at this shift.

Before the change several days ago, American airmen complained that they were wasting time, and putting their lives needlessly at risk, searching for targets in areas that had already been heavily bombed. "We're starting to see miles of blackened earth and bomb craters," an American pilot said.

The boxes remain under observation after the allied raids and are again hit if the Iraqis return. Tankers' Fantasy

The M-60 tank has been nicknamed "Pale Rider," and last week one of its four-man Marine crews got the news that they would lead their company's charge through Iraqi fortifications into Kuwait.

They will be the first to pass through deadly minefields, the first to try to overcome a firestorm of artillery, the first to confront a line of deep Iraqi trenches.

Even though they are reservists who just two months ago were safely at home in Florida, the crew, part of the 2d Marine Division, insisted it was ready for what will probably be the longest day of their lives.

Sgt. H. B. McDuffie, who leads the crew, told an American pool reporter that he had been dreaming about what the first day of the ground war against Iraq would like.

"A lot of rounds going off," said Sergeant McDuffie, 26 years old. "A lot of smoke. A lot of fire. Mass hysteria. Something I could never even imagine." The Fright Factor

Capt. Jessie Morimoto, an Air Force intelligence officer, tries to imagine what must be going through Saddam Hussein's mind.

"His army is sitting down here and getting slaughtered, and there's nobody to save them except him," she said. "He has an army that is very, very vulnerable."

Captain Morimoto's job is to decide where American squadrons should drop their bombs.

She collects her information from interviews with pilots just returned from bombing raids over Kuwait and Iraq, and her recommendations are forwarded to American military headquarters in Riyadh, the Saudi capital.

She said the large-scale bombing of Iraqi positions had had an undeniable effect on the tactics of Iraqi soldiers. Front-line troops, she said, had stopped acting as an organized army, with organized tactics.

"Right at the beginning," she said, "we saw the Iraqis responding as any scared army would do" -- firing missiles at American planes, for example. But the counterattack had little effect.

Now, she said, the Iraqi soldiers are acting as individuals, each soldier struggling to find a way to dig in and survive the assault, rather than concern themselves with whatever broader military objectives are set by Baghdad. Pity the Bird and Beast

Saudi environmental officials reported today that large numbers of dead cormorants, grebes and herons had washed up on northern Saudi coast, the newest victims of the war-related oil spills in the Persian Gulf.

An oil-coated dugong, a gentle, walrus-like creature that is a cousin to the manate, was seen offshore, south of the Saudi coastal city of Safaniya, and attempts were being made to recover and treat it.

"Thousands of birds have died north of here, and are dying," said John C. Walsh, assistant director general of the World Society for the Protection of Animals. "Undoubtedly, it's going to be the highest toll ever in the history of the world as far as an oil spill goes."

There are now several oil spills tainting the gulf. The spills are continuing to move slowly south.

Photo: An oil-coated cormorant in a box that is its temporary home at a treatment center in Jubail for wildlife harmed by spills in the Persian Gulf. Saudi environmental officials reported yesterday that large numbers of dead cormorants, grebes and herons had washed up on the northern Saudi coast, the newest victims of the war-related oil spills. (Associated Press)

ANEXO C - A DAY OF TERROR: IN THE CAPITAL; IN THE DAY'S ATTACKS AND EXPLOSIONS, OFFICIAL WASHINGTON HEARS THE ECHOES OF EARLIER ONES.

By ADAM CLYMER

Published: September 12, 2001

WASHINGTON, Sept. 11— Many of the capital's elder statesmen heard an echo of the sudden attack on the country's most important naval base 60 years ago in today's explosions at the World Trade Center and the Pentagon.

"There has been nothing like this since Pearl Harbor," said James M. Cannon, an Army officer, war correspondent and aide to Vice President Nelson A. Rockefeller and President Gerald R. Ford. "It's a sobering day. It takes your breath away."

Some of his contemporaries argued that, in some ways, today's events were worse.

"It was much simpler" in 1941, said Robert S. Strauss, the former ambassador and Democratic Party chairman, who was at Sunday dinner with his parents in Stamford, Tex., on Dec. 7, 1941. "We knew who our enemy was and what we had to do to deal with it. These are uncharted waters for anyone."

Representative David R. Obey, Democrat of Wisconsin, said today's attacks were more unsettling because in 1941 Hawaii was a remote territory in the Pacific, while Washington and New York are "the two nerve centers of this country." Mr. Obey, who was 2 in 1941, heard today's news on his way to a subcommittee meeting that would have considered transferring money from missile defense to antiterrorist activities. The meeting was canceled.

Leonard Garment, a lawyer and former aide in the Nixon White House, noted that in 1941, the nation could not watch the attack on live television. "Now we have the blessing of the tube visited on us, with kind of a grim fascination," he said.

Senator John McCain, Republican of Arizona, demurred from comparing 1941 to 2001. "At least at Pearl Harbor the Japanese attacked military targets," he said. The attack killed about 2,000 sailors.

But however they felt about the precise comparison, people who recalled World War II had their memories jarred by today's events. Bob Michel, the retired House Republican leader, said, "I saw so much of the bombing during the war," at battles like St.-Lo in Normandy.

Benjamin C. Bradlee, the retired executive editor of The Washington Post, said: "It's like in the Navy, if you were suddenly hit by a torpedo. You have no idea of the extent of the damage. When are we going to know when the attacks are over and the damage control starts?"

Mr. Bradlee heard today's news at breakfast, then came to his office at The Post. "I haven't got anything to do, but there was no way of not coming down," he said.

Some of the city's veterans also thought of the assassination of President John F. Kennedy, especially recalling "the uncertainty about who did it," Mr. Bradlee said.

Others compared the attacks to the 1995 bombing of the Federal Building in Oklahoma City, which killed 168 people. Senator Thad Cochran, Republican of Mississippi, said, "The Oklahoma City bombing was similar in an innocent population losing their lives to an act of terrorism."

Before being whisked away to a secret, secure site, Senator Don Nickles, the assistant Republican leader from Oklahoma, issued a statement saying, "As the Oklahoma City bombing proved, our country has been very vulnerable to terrorism and unfortunately today we have experienced another real disaster."

There was no shortage of calls for retaliation.

"It is an act of war," Mr. Michel said. "You can't be namby-pamby."

Senator Patrick J. Leahy, Democrat of Vermont, said, "We should strike back with unbelievable fury."

And there were longer-range suggestions. Former Senator Warren Rudman of New Hampshire, a co-chairman of a commission that reported in March that the nation "is very poorly organized to design and implement any

comprehensive strategy to protect the homeland" against terrorism, said today that he was "shocked and saddened but not surprised."

Mr. McCain and James Sasser, the former senator and ambassador, said there was obviously a need for better intelligence. Mr. McCain singled out the need for human agents, saying, "Satellites can't divine intentions."

Mr. Obey, though, said, "There will be plenty of time for questions about why we didn't get any warning." He added, "But now, let's not chew up the people at these agencies who have to deal with it."

But there was also a sense of inevitability. Mr. Garment said, "The country will never be the same. We're into the Taliban century."

Mr. Sasser said: "I don't think this country is going to be the same after this. We're going to lose some of our freedom. We are going to be more security conscious."

Mr. Leahy said: "The one area where we are vulnerable in a democracy is to terrorist attacks. That is what has always been our Achilles' heel, but the only way they win is if we allow them to shut us down."

Senator Edward M. Kennedy of Massachusetts, who was waiting for Laura Bush to testify on reading before his committee when he got the news about the attacks, called off the session but insisted the hearing was just "postponed."

Mr. Kennedy said, "We are not going to see the business of America deferred because of terrorism." He added a moment later: "The breadth of this, the scope of this, the magnitude of the devastation, pounding away all day long. It's a real searing of the nation's soul."

Photo: Members of Congress singing "God Bless America" yesterday on the steps of the Capitol after a joint statement condemning the attacks. (David Scull for The New York Times)

ANEXO D - A DAY OF TERROR: THE MEDIA;AS AN ATTACK UNFOLDS, A STRUGGLE TO PROVIDE VIVID IMAGES TO HOMES.

By FELICITY BARRINGER and GERALDINE FABRIKANT

Published: September 12, 2001

Television's broadcast networks and many of its cable channels -- both news and entertainment -- scrapped their regular schedules yesterday. Radio stations took live television news feeds. Two dozen newspapers published special editions and Web sites threw out their advertising and in some cases stripped down to basic text and still images to help their overtaxed computers handle a demand for news unlike any they had experienced.

Between the moment when perplexed morning news broadcasters began fielding calls from Greenwich Village residents who saw a low-flying plane crash into One World Trade Center and the moment more than an hour later when New York's twin towers crumbled into Roman candles of smoky debris, the country's media outlets geared up to become the public stage of a national emergency.

By noon, all four major television networks had agreed to share video images. By midafternoon, almost all of AOL Time Warner's cable channels, like TBS and TNT, were carrying CNN; Viacom's CBS News feed was being carried by Viacom's music channels, VH1 and MTV; and Peter Jennings of ABC News was appearing not just on his network, but on Disney's ESPN channel and all ABC radio stations.

Most of the networks used variations of the title adopted by CNN: America Under Attack.

Images of billowing smoke from lower Manhattan and the low, smoldering profile of the Pentagon, hit, like the Trade Center towers, by a hijacked commercial jetliner, were dominant on all networks. Referring to the unusual agreement to share images among the bitterly competitive news divisions of the networks and CNN, the Fox News president, Roger Ailes, said: "All the networks decided that this is a national emergency. We're not keeping score today."

Nor were they making much money, as they largely scrapped (cut out) commercial advertising.

In Washington, where the downtown had become a ghost town after the federal government was shut down, delivery trucks for The Washington Post headed for suburban 7-Eleven stores carrying a special edition dominated by a two-inch headline, "Terror Hits Pentagon, World Trade Center," with a lead editorial headlined "War." Special editions were also published by The Los Angeles Times, The Chicago Tribune, The Newark Star-Ledger, The Charlotte Observer in North Carolina, The Austin American-Statesman in Texas, not to mention small dailies like The LaCrosse Tribune in Wisconsin.

Traffic at news Web sites soared, with 10 times or more the usual number of users trying to log on, clogging the Internet and slowing response time.

Because New York was not just ground zero of the opening attack but also the heartland of the media industry, some of the most dramatic early accounts were from correspondents working at or near their homes. Don Dahler, an ABC News correspondent who covered recent civil wars in Africa, was getting dressed for work in his third-floor apartment in Tribeca, perhaps half a mile from the World Trade Center, when he heard the first plane hit.

"I heard what is a very familiar sound anywhere else in the world, in war zones," Mr. Dahler said. "It sounded to me like a missile, a high-pitched scream and a roar followed by an explosion, my mind was telling me it's a missile. Then I saw this gaping wound in the World Trade Center. I called into 'Good Morning' immediately and started reporting," standing on his sixth-floor rooftop with a cellular telephone.

Mr. Dahler, just one of the network's sources, was not on the air when he felt the first of the two towers collapse. "When it collapsed I could feel a rumble, and I tried to interrupt to say that something was happening right

before my eyes," he said. "The building collapsed. I was telling them it looks like its coming down, it looks like it's coming down. They switched to me right after it had fallen."

If there were a few stutter-steps like that, it was not surprising. It was one of the rare instances when television brought disaster into American homes in real time.

The radical changes in the technology of news delivery, however, along with the quality of video imagery gave most of the day's news broadcasts the feeling of an epic disaster movie.

The only genuinely grainy imagery came from the most advanced and portable equipment: CNN's satellite video phones, which allowed that network alone to televise a news conference with the spiritual leader of the Taliban government in Afghanistan, the country that harbors the headquarters of the accused terrorist, Osama Bin Laden. By evening, the same equipment was showing tracer fire and explosions in Kabul.

Beyond the vivid pictures, the reporting included a number of mistakes borne of rumors that sprang up throughout the day. CNN reported that another plane was headed for the Pentagon. Fox News reported that the State Department was on fire. CBS News reported that a second airplane tried to attack the Pentagon. All the reports were later corrected.

The closest major news organization to the scene was The Wall Street Journal, whose main offices nearby were evacuated at 9:15 a.m. Reporters and editors worked from home or other Dow Jones offices from New Jersey to Hong Kong to prepare a Wednesday issue.

Talk radio shows, which sometimes feed on inflammatory commentary, were unusually low key yesterday, with hosts sympathizing or eliciting information from eyewitnesses rather than goading.

On the New York radio dial, reporters at news stations struggled to describe the breadth of the destruction. And talk radio hosts -- sometimes after ominous music played in the background -- covered subjects from airport security to retaliation.

The radio reports played a larger role than usual in bringing news to the city, since the antennas that broadcast the signals of WABC and WNBC were destroyed along with the twin towers. New Yorkers without cable television -- about 30 percent to 35 percent of the city's viewers -- could only get WCBS, whose antenna is on the Empire State Building.

The radio journalists reverted to the techniques of Edward R. Murrow's wartime broadcasts from London to make the story visual. On WCBS-AM, the journalist Peter Haskell reported that ambulances were lined up "as far as the eye can see on both sides of the West Side Highway." On WINS, the reporter Steve Kastenbaum said: "It looks like the entire city is just walking home. The Brooklyn Bridge is a sea of people coming off the F.D.R. Drive, walking down from Midtown, walking across the East River to their destinations."

Elsewhere in the country, some stations used the event to set up a dialogue with listeners. A Christian radio station in Los Angeles, KFSG-FM, canceled commercial advertising yesterday until 6 p.m. and used its afternoon hours to take calls from listeners who wanted to talk about the attacks.

Photo: Visitors in Washington, trying to get information anywhere they could, watched television yesterday on the Ellipse near the White House. Media outlets sought to become the public stage of a national emergency. (Stephen Crowley/The New York Times)

ANEXO E - A DAY OF TERROR: THE AFGHANS; CONDEMNING ATTACKS, TALIBAN SAYS BIN LADEN NOT INVOLVED

By BARRY BEARAK
Published: September 12, 2001

In a series of statements on Tuesday night, this nation's Taliban rulers, hosts to the terrorism suspect Osama bin Laden, condemned the attacks on America and said that their notorious guest was not involved.

The Taliban's supreme leader, Mullah Muhammad Omar, issued a denial through a spokesman in Kandahar, Abdul Hai Mutmain: "Mullah Omar condemns this act. Mullah Omar says Osama is not responsible. We have brought peace to this country and we want peace in all countries."

Hours after the statement, it appeared that an attack might be under way. About 2:20 a.m., explosions lighted the horizon and the quiet predawn was shattered by a series of booms that lasted about 15 minutes. In Kabul's northern reaches, near the airport, a spray of fire reached skyward. It appeared to be a munitions dump that had been attacked.

Explosions and sabotage are not infrequent in the city. This assault most likely was the work of the United Front, the Taliban's last remaining opposition. One of the front lines between the adversaries is only 35 miles from the city.

In denying that Mr. bin Laden was involved in the attacks in the United States, Rehmatullah Hashmi, a Foreign Ministry spokesman, said, "Amir-ul-Momineen condemns the attack," using another title for the Taliban leader, Mullah Omar, one that means the commander of the faithful. "If we want peace for ourselves, we want peace for others. But such coordinated attacks cannot be carried out by one man or by the Islamic Emirate of Afghanistan."

Those statements were somewhat boilerplate, reusing phrases issued at earlier times after earlier acts of terrorism.

The Taliban have consistently refused to surrender Mr. bin Laden, a Saudi, who enjoys the friendship of Mullah Omar as well as the sanctuary of a nation that deems hospitality a sacred duty.

Rather than expel their multimillionaire ally, who once fought alongside the Afghan mujahedeen against Soviet invaders, the Taliban have purported to cramp his style, insisting that he indulge in neither political nor military activities while on Afghan soil.

But American intelligence officials believe that Mr. bin Laden's ties with the Taliban are increasingly close and that his freedom of movement may have increased in recent months. A recent videotape of Mr. bin Laden in Afghanistan showed him and his followers engaging in combat training, including firing heavy weapons and storming buildings.

ANEXO F - GUNS WON'T WIN THE AFGHAN WAR.

By John J. Mearsheimer

Published: November 4, 2001

CHICAGO— Neither the current bombing campaign nor the deployment of American ground forces to Afghanistan offers good military options for dealing with the Taliban and Al Qaeda. A better approach would emphasize ground-level diplomacy, with open wallets, among Pashtun leaders in central and southern Afghanistan, the fullest use of Pakistani intelligence and influence, and selective military actions. The moment for dramatic demonstration of American military power has passed. Our resolve must now be expressed through many careful steps, or we will never achieve the victory we seek against Al Qaeda.

American airpower is of limited use because there are few valuable targets to strike in an impoverished country like Afghanistan. Taliban ground forces are hard to locate and destroy from the air because, in the absence of a formidable ground opponent, they can easily disperse. Furthermore, the inevitable civilian casualties caused by the air assault are solidifying Taliban support within Afghanistan and eroding support elsewhere for the American cause. Britain's defense minister, Geoff Hoon, recently warned that public opinion in Britain, America's most loyal ally, is turning against the war because of the bombing campaign. This will only worsen in the coming winter as refugees die from cold and starvation and the American air war is blamed.

Nor is the Northern Alliance likely to deliver victory. It is despised by many Afghans (and Pakistan), and the Taliban outnumber it by about three to one. Alliance soldiers are poorly led, trained and equipped. Despite recent talk about how the Northern Alliance would capture Mazar-i-Sharif and Kabul, it has launched no major offensives. Indeed, the Alliance may be losing ground to the Taliban, even with American air support.

The bleak prospects have led some to call for deploying large contingents of American ground forces. Senator John McCain has advocated this strongly. But the Bush administration will only make a bad situation worse if it follows the senator's advice.

For starters, it is not clear how the United States would get a large army into land-locked Afghanistan any time soon. Some light infantry troops could be flown into Uzbekistan or makeshift airfields in Afghanistan. But mechanized forces, which are essential for gaining military superiority, would have to be moved across either Pakistan or Russia and Uzbekistan to reach Afghanistan. It seems unlikely that any of these states will agree to such an arrangement, which would be a logistical nightmare in any case.

The United States would also run the risk that China and Iran, both of which are suspicious of Washington's motives and share borders with Afghanistan, would try to undermine the war effort out of fear that a victory might mean a permanent American military presence on their borders.

Even if logistical and diplomatic problems can be overcome and ground forces are deployed in Afghanistan, our problem is not solved. The American expeditionary force would easily rout the Taliban in a conventional war --

which is why there would not be one. The Taliban would launch a guerrilla resistance from the countryside. It is unlikely that the United States could win this armed struggle at any reasonable cost. Afghanistan is ideally suited for guerrilla warfare, as the Soviets discovered in the 1980's.

If history is any guide, most Afghans would oppose an American invasion and fight the foreign occupiers, probably with substantial help from "freedom fighters" from around the Arab and Islamic world. Finally, to stand any chance of winning the guerrilla war the United States would have to employ brutal tactics, further alienating support within and outside the Muslim world just when we would most need it to destroy the far-flung Al Qaeda.

Afghanistan is four times the size of South Vietnam, 60 times the size of Kosovo. Victory in Afghanistan would probably require at least 500,000 troops. (The initial peacekeeping deployment in Kosovo was 50,000 troops.) Such a large force would be needed in Afghanistan because the United States would have to control most of the countryside as well as the major towns and cities. Otherwise the Taliban and Al Qaeda would be free to operate in those areas outside American control.

In short, it makes little sense to continue the current bombing campaign or to send American ground forces into Afghanistan. The best available strategy for the United States is to use the Muslim holy month of Ramadan, which begins in mid-November, as an excuse to halt the bombing campaign and pursue a different strategy. Specifically, the Bush administration should rely on bribery, covert action, dissemination of the American message by radio to Afghans and increased humanitarian aid, particularly to refugees, to break apart the Taliban and replace it with a regime that does not support Al Qaeda. The key to undoing the Taliban is to sow dissension within its ranks by offering carrots -- bribes and positions in a new government -- to elements that might defect. American policymakers should enlist Pakistan's assistance in this effort, and they should also work with the various factions in Afghanistan to create a framework for a broad coalition government.

The principal target is Al Qaeda, and the United States should not rest until it has destroyed that terrorist organization. Removing the Taliban from power, and discouraging states like Somalia and Sudan from taking in Osama bin Laden and his fellow terrorists, are major steps in that direction. But probably the most important ingredient in the war against Al Qaeda is good intelligence, which will allow the United States to locate the terrorists and strike at them with deadly force when the time is right -- and to locate, protect and reward those who come to the American side. The Bush administration should devote abundant resources to improving America's intelligence capabilities and to buying information on the terrorists from other governments.

Americans must face a hard reality: massive military force is not a winning weapon against these enemies. It makes the problem worse. In contrast, a strategy that emphasizes clever diplomacy, intelligence-gathering, and carefully selected military strikes might produce success eventually if we pursue it with patience and tenacity.

This is not terribly heartening. But it is the least bad alternative at the moment, and international politics is often about choosing among lousy alternatives.

Drawing (Geneviève Coté)

ANEXO G – THE WRONG TIME TO FIGHT IRAQ.

Published: November 26, 2001

The surprisingly swift successes of the American military campaign in Afghanistan have spurred talk about military action to oust Saddam Hussein from power in Iraq. The world would be a safer place with Mr. Hussein's cruel dictatorship removed". At this point, however, there are no good short-term options for getting rid of him. The Bush administration would make a serious mistake by moving to wage war in Iraq.

One reason is that America's mission in Afghanistan is far from accomplished. Osama bin Laden and many top aides remain at large, Taliban fighters still hold out in the countryside and a few urban redoubts, and the creation of a stable post-Taliban government has barely begun. Until these basic objectives are achieved, Afghanistan will remain a potential base for international terrorism.

Finishing the job in Afghanistan requires holding together the international coalition Washington has skillfully assembled. War in Iraq at this juncture would almost certainly shatter that coalition. While some Arab leaders have no love for Mr. Hussein, public opinion in the Arab world would not allow them to support American military action against him, at least in the absence of clear evidence linking Baghdad to the events of Sept. 11 or subsequent bioterrorism. The American and British governments could quickly find themselves alone in any military campaign against Iraq.

War in Iraq would also undermine whatever possibility now exists for damping violence between Israelis and Palestinians and restarting efforts toward a lasting peace. Progress in the new peace initiative announced by Secretary of State Colin Powell last week might make it easier to ratchet up the pressure on Baghdad at a later date. Moving militarily against Iraq now would hobble America's power as a Mideast peacemaker.

Diplomacy aside, the military challenges of war in Iraq are far more formidable than anything yet seen in Afghanistan. Mr. Hussein can count on the loyalty of a large army, equipped with more modern and lethal weapons than the Taliban ever had. The center of his power, Baghdad, is a sprawling metropolitan area unsuitable to the kind of special operations American troops have conducted in Afghanistan. In another crucial difference, the United States would be operating without any effective local allies like the Northern Alliance in Afghanistan. The Iraqi National Congress, the umbrella opposition group supported by Washington, is a feud-ridden collection of exiled politicians who command no combat forces.

Without ground fighters, American air power cannot prevail. The only military option with any realistic promise of success would be sending in an overwhelmingly large American ground force. It takes months to transport and build up such forces, and, unlike the situation prior to the Persian Gulf war, Washington could not count on the use of staging bases in Saudi Arabia.

Even if these military obstacles could somehow be overcome, Washington would still be faced with the problem of putting together a new Iraqi government. The country is sharply divided between Sunni and Shiite Muslims and between Arabs and Kurds, and there is a real risk of its disintegrating into weakened fragments, easily manipulated by more powerful neighbors like Iran.

What Washington should do now is intensify its efforts to build up a more serious internal Iraqi opposition. While Mr. Hussein's security forces are fearsomely effective, there are hundreds of thousands of discontented

Iraqis. Many can be found among the southern Shiite and northern Kurdish minorities that took up arms against Baghdad in 1991, only to be abandoned by Washington, and probably also among the ruling Sunni Arab group of central Iraq. An effective internal opposition could develop into a potential fighting force and perhaps the nucleus of a future government.

Meanwhile, Washington should put maximum diplomatic and military pressure on Baghdad. It can use its improved ties with Russia to enact more sustainable United Nations economic sanctions and to press for an early resumption of international weapons inspections. More than two decades of experience suggests that Saddam Hussein is unlikely ever to become a respectable international citizen. The challenge of removing him is best left for a day when the United States can count on the strong and effective support of opposition forces in Iraq.

ANEXO H – IRAQ WAR: THE FIRST QUESTION.

By NICHOLAS D. KRISTOF

Published: January 28, 2003

A new book about Iraq by Con Coughlin describes Saddam's younger son, Qusay, giving a speech last year in an underground bunker before his father and top officials: "With a simple sign from you, we can make America's people sleepless and frightened to go out in the streets. I only ask you, sir, to give me a small sign [to] turn their night into day and their day into a living hell."

The older son, Uday, told Iraqi journalists last week: "If [the Americans] come, what they wept for on Sept. 11 and what they view as a major event, it will appear as a picnic for them."

That Baghdad bonhomie comes to mind now that the U.N. reports have been issued and the debate about invading Iraq moves to center stage. The starting point to justify an invasion, it seems to me, has to be an affirmative answer to the question: Will we be safer if we invade?

The real answer is that we don't know. But it's quite plausible that an invasion will increase the danger to us, not lessen it. As a C.I.A. assessment said last October: "Baghdad for now appears to be drawing a line short of conducting terrorist attacks [in the U.S.]. Should Saddam conclude that a U.S.-led attack could no longer be deterred, he probably would become much less constrained in adopting terrorist actions." It added that Saddam might order attacks with weapons of mass destruction as "his last chance to exact vengeance by taking a large number of victims with him."

Frankly, it seems a bad idea to sacrifice our troops' lives -- along with billions of dollars -- in a way that may add to our vulnerability.

No doubt this seems craven, and I admit there are so many high-minded American hawks and doves that I'm embarrassed that on this issue I'm unprincipled. To me there is no principle involved here; it's just a matter of assessing costs and benefits.

It would be nice to weigh only lofty principles. But the greatest failure in foreign relations in the last half-century has been blindness to practical, on-the-ground dangers, like those that mired us in Vietnam. And it's only sensible to weigh them before leaping into Iraq.

There's no moral tenet that makes me oppose invasion. If we were confident that we could oust Saddam with minimal casualties and quickly establish a democratic Iraq, then that would be fine -- and such a happy scenario is conceivable. But it's a mistake to invade countries based on best-case scenarios.

ANEXO I - A WAR FOR OIL?

By THOMAS L. FRIEDMAN

Published: January 5, 2003

Our family spent winter vacation in Colorado, and one day I saw the most unusual site: two women marching around the Aspen Mountain ski lift, waving signs protesting against war in Iraq. One sign said: "Just War or Just Oil?" As I watched this two-woman demonstration, I couldn't help notice the auto traffic whizzing by them: one gas-guzzling S.U.V. or Jeep after another, with even a Humvee or two tossed in for good measure. The whole scene made me wonder whether those two women weren't -- indeed -- asking the right question: Is the war that the Bush team is preparing to launch in Iraq really a war for oil?

My short answer is yes. Any war we launch in Iraq will certainly be -- in part -- about oil. To deny that is laughable. But whether it is seen to be only about oil will depend on how we behave before an invasion and what we try to build once we're there.

I say this possible Iraq war is partly about oil because it is impossible to explain the Bush team's behavior otherwise. Why are they going after Saddam Hussein with the 82nd Airborne and North Korea with diplomatic kid gloves -- when North Korea already has nuclear weapons, the missiles to deliver them, a record of selling dangerous weapons to anyone with cash, 100,000 U.S. troops in its missile range and a leader who is even more cruel to his own people than Saddam?

One reason, of course, is that it is easier to go after Saddam. But the other reason is oil -- even if the president doesn't want to admit it. (Mr. Bush's recent attempt to hype the Iraqi threat by saying that an Iraqi attack on America -- which is most unlikely -- "would cripple our economy" was embarrassing. It made the president look as if he was groping for an excuse to go to war, absent a smoking gun.)

Let's cut the nonsense. The primary reason the Bush team is more focused on Saddam is because if he were to acquire weapons of mass destruction, it might give him the leverage he has long sought -- not to attack us, but to extend his influence over the world's largest source of oil, the Persian Gulf.

But wait a minute. There is nothing illegitimate or immoral about the U.S. being concerned that an evil, megalomaniacal dictator might acquire excessive influence over the natural resource that powers the world's industrial base.

"Would those women protesting in Aspen prefer that Saddam Hussein control the oil instead -- is that morally better?" asks Michael Mandelbaum, the Johns Hopkins foreign policy expert and author of "The Ideas That Conquered the World." "Up to now, Saddam has used his oil wealth not to benefit his people, but to wage war against all his neighbors, build lavish palaces and acquire weapons of mass destruction."

This is a good point, but the Bush team would have a stronger case for fighting a war partly for oil if it made clear by its behavior that it was acting for the benefit of the planet, not simply to fuel American excesses.

I have no problem with a war for oil -- if we accompany it with a real program for energy conservation. But when we tell the world that we couldn't care less about climate change, that we feel entitled to drive whatever big cars we feel like, that we feel entitled to consume however much oil we like, the message we send is that a war for oil in the gulf is not a war to protect the world's right to economic survival -- but our right to indulge. Now that will be seen as immoral.

And should we end up occupying Iraq, and the first thing we do is hand out drilling concessions to U.S. oil companies alone, that perception would only be intensified.

And that leads to my second point. If we occupy Iraq and simply install a more pro-U.S. autocrat to run the Iraqi gas station (as we have in other Arab oil states), then this war partly for oil would also be immoral.

If, on the other hand, the Bush team, and the American people, prove willing to stay in Iraq and pay the full price, in money and manpower, needed to help Iraqis build a more progressive, democratizing Arab state -- one that would use its oil income for the benefit of all its people and serve as a model for its neighbors -- then a war partly over oil would be quite legitimate. It would be a critical step toward building a better Middle East.

So, I have no problem with a war for oil -- provided that it is to fuel the first progressive Arab regime, and not just our S.U.V.'s, and provided we behave in a way that makes clear to the world we are protecting everyone's access to oil at reasonable prices -- not simply our right to binge on it.

